

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**

**DE VITIMA A PROTAGONISTA: As histórias de
vida de Exploração Sexual Comercial vivenciadas
pelas egressas da Instituição Casa Mamãe
Margarida**

ANA PAULA ANDRADE ANGIOLE

MANAUS – AM 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

ANA PAULA ANDRADE ANGIOLE

“DE VITIMA A PROTAGONISTA: As histórias de vida de Exploração Sexual
Comercial vivenciadas pelas egressas da Instituição Casa Mamãe Margarida”

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado do Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social e
Sustentabilidade na Amazônia da
Universidade Federal do Amazonas,
como requisito para obtenção do título
de Mestre em Serviço Social, sob a
orientação da Professora Doutora
Heloisa Helena Correa da Silva

Orientadora: Profa. Dra. HELOISA HELENA CORREA DA SILVA

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

A588" Angiole, Ana Paula Andrade
"DE VITIMA A PROTAGONISTA: As histórias de vida de
Exploração Sexual Comercial vivenciadas pelas egressas da
Instituição Casa Mamãe Margarida" / Ana Paula Andrade Angiole.
2015
123 f.: il.; 31 cm.

Orientadora: Doutora Heloisa Helena Correa da Silva
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal
do Amazonas.

1. Exploração Sexual Comercial. 2. historia de Vida. 3.
Experiência . 4. Sistema de Acolhimento.. I. Silva, Doutora Heloisa
Helena Correa da II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

DIDICATÓRIA

Às minhas filhas Paola, Sofia e Marcela e ao meu raspinha do tacho Pietro, vocês são a razão do meu viver!

Ao meu marido, amigo e companheiro de todas as horas Jorge Cavalcante, *que compartilha as alegrias, as tristezas e o cansaço da vida tornando tudo bem mais leve;*

A minha mãe Zoraide Anjolis, por me mostrar que a vida é feita de escolhas e cada uma delas requer muito cuidado;

Às egressas da Casa Mamãe Margarida, pois uma vez confiaram suas histórias de vida a mim. Porque “o que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim terás o que colher”. *Cora Coralina;*

Dedico.

AGRADECIMENTOS

A Deus, autor da vida e por fazer-me acreditar que nossa existência pressupõe outra infinitamente superior;

Aos meus irmãos, Ana Cláudia, Alison Marcelo e Jussara Anjolis, pelo carinho, incentivo e apoio;

Aos meus sobrinhos, sobrinhas e cunhados por tolerarem os meus momentos de stress;

Aos meus tios e tias, em especial tia Lúcia e tia Etelvina Angioli, por acreditarem e serem uma presença constante em minha vida;

Aos meus primos e primas, em especial ao Ederlúcio por me mostrar que nenhuma dor é tão grande que não possa ser controlada;

Aos meus cunhados e cunhadas em especial Suzete, Neila e Anamita Cavalcante pela partilha, amizade e companheirismo;

A minha professora orientadora, Dra. Heloisa Helena Correa da Silva por ter aceitado me orientar, pelo auxílio, dedicação e disponibilidade de tempo, sempre com uma simpatia contagiante e pelo fornecimento de ânimo e de conhecimento;

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, que foram tão importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento desta dissertação.

Às minhas amigas e irmãs camaradas Francenilda Gualberto, Ana Beatriz Ciryno, Célia Carvalho, Elane Silva, Silvia Bezerra, Paula Siqueira e Andreia Palheta incentivo e carinho.

Às minhas irmãs de alma Marcia Keila Adelino, Nika Jaqueline Soares, Soraya Araújo e Sulamita Castro por fazerem de meus momentos de tristeza, desânimo e aflição, momentos risos e descontração;

À professora e coordenadora do curso, de Serviço Social Adisimar Saraiva Maciel pelo apoio e pela compreensão.

Aos meus alunos do Curso de Serviço Social, em especial, do Projeto Responsabilidade Social: compromisso com a cidadania, sempre com uma palavra de apoio e incentivo;

O meu muito, muito obrigada.

EPÍGRAFO

*Tem que ter coragem pra chegar e representar
Tem que ter coragem e manter a cabeça erguida
Tem que persistir, prosseguir, perseverar
Se quiser vencer deve-se bater mais forte ainda*

*Se está de pé, cuidado para não cair
O tempo não acabou, então nem pense em desistir
Idealize a medalha, busque a superação
Concentre a energia como um raio ou um trovão
Acredite que a vitória só depende de você
Use sua mente, pois nela está o poder*

*De nada vale o guindaste sem operador
Assim é o nosso corpo, como fogo sem calor
Então pare um minuto, nunca aja sem pensar
Ou então tu estarás gastando em vão sua energia
Não se vence uma batalha sem a dor e o suor
Mas depois que tu venceres, sentirás muito melhor*

*Aí a conclusão que tudo valeu a pena
E como um bom brasileiro, já chega roubando a cena
Força, garra e muita superação
Brasileiro de verdade bate forte com a mão, então!!!*

(Superação Mr. Kalé e Robert Mc)

RESUMO

A dissertação intitulada “De vítima a protagonista: as histórias de vida de Exploração Sexual Comercial vivenciadas pelas egressas da Instituição Casa Mãe Margarida”, que tem como objetivo geral: compreender a experiência de exploração sexual comercial vivenciada pelas egressas da Casa Mãe Margarida, tendo como objetivos específicos identificar a situação de exploração sexual comercial vivenciada pelas egressas; Evidenciar os processos socioeducativos da Casa Mãe Margarida visando ao rompimento da situação abusiva; Verificar como as egressas da Casa Mãe Margarida exploradas sexualmente (re)escreveram suas vidas. A fenomenologia foi a corrente metodologia pautada na pesquisa qualitativa, utilizando a história oral, contando com o método de história de vida como estratégia para alcançar os objetivos propostos. A pesquisa qualitativa pauta-se na subjetividade, elemento equalizador para o desvelamento do referido estudo, pois o estudo sobre a vida das pessoas penetra em sua trajetória histórica e compreende a dinâmica das relações que estabelece ao longo de sua existência. Assim, este tem como objeto de pesquisa três egressas que estiveram em regime de acolhimento no ano de 2006 na Instituição Casa Mãe Margarida (CMM).

Palavras-chave: Exploração Sexual Comercial, História de Vida, Sistema de Acolhimento.

RESUMEN

La tesis doctoral titulada "De víctima a protagonista: la Exploración Sexual Comercial de la historia de vida experimentada por los egresados de la institución Casa Mamá Margarita", cuyo objetivo general: para entender la exploración sexual comercial de la experiencia vivida por los egresados de la Casa Mamá Margarita, con el Objetivos específicos Identificar la situación de exploración sexual comercial experimentado por los graduados; Destacar los procesos sociales y educativos de la Casa Mamá Margarita destinada a romper la situación abusiva; Compruebe cómo los egresados de la Casa Mamá Margarita explotados sexualmente (re)escribió sus vidas. Fenomenología fue la metodología actual guió el estudio cualitativo utilizando la historia oral, con el método de la historia de la vida como una estrategia para lograr los objetivos propuestos. Agenda de investigación cualitativa sobre el ecualizador elemento de subjetividad para la inauguración del estudio debido a que el estudio de la vida de las personas, penetra en su trayectoria histórica y entiende la dinámica de relaciones que se establecen a lo largo de su existencia. Así, así es como tres graduados de una investigación de sujetos que han estado anfitrión de régimen en 2006 la institución Casa Mama Margaria (CMM)

Palabras clave: Explotación Sexual Comercial, Historia de la Vida, Hogar Sistema

LISTA DE SIGLAS

AMA – Abrigo Moacir Alves

CMM – Casa Mamãe Margarida

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FMA – Filhas de Maria Auxiliadora

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ONU – Organização das Nações Unidas

PPP – Projeto Político Pedagógico

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
PRIMEIRO CAPÍTULO	18
VIOLÊNCIA, EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL E EXPERIÊNCIA UM BREVE OLHAR	18
CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	19
1.1 Os Sujeitos da Pesquisa.	23
1.2 Compreendendo a violência contra criança e adolescente	29
1.3 Violência contra criança e adolescente	34
1.4 Sobre a violência sexual contra criança e adolescente.....	37
1.5 Exploração Sexual Comercial de crianças e adolescentes	40
1.6 Tipificando a Exploração Sexual Comercial.....	44
1.7 O conceito de Experiência segundo Edward Palmer Thompson	49
SEGUNDO CAPÍTULO	52
DA SITUAÇÃO IRREGULAR À DOCTRINA DE PROTEÇÃO: SISTEMA DE ACOLHIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	52
2.1 A trajetória das políticas de atenção à criança e ao adolescente no Brasil.....	53
2.2 Sistema de acolhimento Institucional	65
2.3 O acolhimento como medida de proteção.....	70
2.4 Projeto Pedagógico da Instituição Casa Mamãe Margarida	80
TERCEIRO CAPÍTULO	87
DE VÍTIMAS A PROTAGONISTAS: HISTÓRIA DE VIDA DAS EGRESSAS DA CASA MAMÃE MARGARIDA	87
3.1 Casa Mamãe Margarida Território de Proteção	88
3.2 A Práxis Pedagógica como elemento equalizador	90
3.3 A cada conto acrescento um ponto para a construção da identidade.....	97

3.4 Tecendo vidas na construção do protagonismo.....	100
3.4.1 Projetos que protagonizam	103
3.5 Para onde meus pés me levem.....	105
REFERÊNCIAS.....	113
APÊNDICE A	120
APÊNDICE B	123
APÊNDICE C	125

INTRODUÇÃO

A escolha do objeto de estudo para o Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia teve como ponto de partida minha vivência de estágio e minha experiência profissional na Instituição Casa Mamãe Margarida, no período de 2001 a 2008. A oportunidade de coordenar o Serviço Social da Instituição colocou-me diretamente à frente da problemática da violência sexual no município de Manaus, por meio do sistema de acolhimento da Instituição Casa Mamãe Margarida. A temática não me era distante, pois, em minha infância, fui vítima desta terrível e cruel violação de direitos que assola milhares de vidas e que obrigou a me debruçar sobre bibliografia disponível na busca de ampliar o horizonte dos meus conhecimentos sobre tal temática e, inconscientemente, possibilitou-me curar minhas feridas esquecidas e silenciadas em minhas memórias.

A realidade de vida de crianças e adolescentes é marcada por experiências de abandono, negligência, violências em suas múltiplas faces, exclusão, marginalização, elementos provenientes da desigualdade social, política, jurídica e econômica praticadas pela sociedade brasileira, que interfere na dinâmica familiar, colocadas sem as bases mínimas que atendem às necessidades de alimentação, moradia, educação, emprego e salários, tendo como consequência direta as refrações das expressões da questão social.

As expressões da questão social que atingem direta e indiretamente crianças e adolescentes têm se apresentado em um cenário de constantes debates e reflexões, sendo foco de várias investigações, ações públicas e civis em diversos países, ocorrendo seu início no século XX, passando a ter destaque e atenção desde a aprovação da Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente (1959), que reafirmou os princípios basilares presentes na Declaração dos Direitos dos Homens (1948), sancionado pela Organização das Nações Unidas (ONU), o que fomentou um novo olhar para a infância e a adolescência.

Fazendo um recorte histórico desde a década de 1980 aos anos 2000, inicia-se um movimento de luta em detrimento da situação da criança e adolescente. Este período impulsionou um esforço, e tornou-se fértil de reflexões e sistematizações legais que se fizeram presentes através do protocolo Facultativo para a convenção sobre os Direitos da criança.

Estes esforços desvelaram um cenário sombrio sobre as práticas relacionadas as diversas formas de violência contra a criança e adolescentes, principalmente, quanto ao abuso e à exploração sexual comercial.

No Brasil, ganham notoriedade a partir da década de 1990, com a Comissão Parlamentar de Inquéritos (1996), que investigou os casos de prostituição no território brasileiro, gestando, assim, um olhar preocupante de organizações que lutam em defesa e pela garantia de direitos da população infanto-juvenil.

De acordo com Libório (2004), em nível internacional, esta ganha seu espaço de debate, impulsionando vários encontros e, dentre estes, os Congressos Mundiais contra a Exploração Sexual Comercial de crianças e adolescentes, em Estocolmo no ano de 1996 (Suécia), o de Yokohama (Japão) em 2001 e no Rio de Janeiro em 2008 (Brasil), estabelecendo, assim, um novo momento da história no combate à Exploração Sexual Comercial de Crianças, tendo como eixo central, construir um referencial que, estrategicamente, colocasse o fenômeno em um espaço de discussão, buscando ser observado dentro de um processo de reflexão, ação e reflexão, devendo este ser analisado do ponto de vista histórico, cultural, econômico, social e jurídico.

A partir dos eventos e estudos, compreende-se que a Exploração Sexual Comercial consiste na utilização de crianças e adolescentes em atividades sexuais remuneradas, como a exploração no comércio do sexo, a pornografia ou exposições em espetáculos sexuais públicos ou privados. Como também, o Turismo e o tráfico para fins sexuais.

Faleiros (2000) salienta que, apesar de se ter avançado no aspecto conceitual quanto a este fenômeno, uma das maiores dificuldades ainda enfrentadas infere quanto a não haver dados quantitativos conclusivos, em âmbito nacional, que estabeleçam números precisos sobre crianças e adolescentes que estejam em situação de exploração sexual comercial no País, o que mascara a realidade existente. No entanto, em 2001, foi divulgado o relatório sobre Exploração Infantil produzido pela ONU, afirmando que o Brasil ocupa o primeiro lugar em Exploração Sexual Infanto-Juvenil na América Latina e o segundo no mundo.

No mesmo ano, o Governo Federal divulgou um levantamento consolidando o mapa das denúncias sobre exploração sexual de crianças e adolescentes. O estudo aponta a existência de delações desses crimes em 2.798 municípios brasileiros, sendo que a região Nordeste apresenta o maior número de municípios (34%), seguida pelas Sudeste (30%), Sul (18%), Centro-Oeste (10%) e Norte (8%).

De acordo com dados do Disque-Denúncia Disque 100, no período de 2005 a 2010, foram registrados 25.175 casos de exploração sexual contra crianças e adolescentes. Entre as capitais, o ranking de cidades em que mais ocorreram denúncias é liderado por Salvador (BA), seguida por Rio de Janeiro (RJ), Fortaleza (CE), São Paulo (SP) e Natal (RN). Contudo, estes dados de denúncias, ainda, não apresentam a real magnitude desta violência na sociedade brasileira deixando invisíveis os números que não são registrados ou identificados.

A Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA) declarou que, no ano de 2011, no Brasil, ocorreram aproximadamente 165 abusos por dia, ou sete por hora, o que pode ser demonstrado pelo o crescimento das denúncias dos casos de violência contra criança e adolescente. De maio de 2003 a março de 2011, o Disque 100 realizou um total de 2.640.801 atendimentos, recebeu e encaminhou 156.664 queixas de todo o país. Em relação aos municípios brasileiros, 90% deles já foram atendidos pelo serviço.

A configuração atual da sociedade amazonense não se difere das demais em todo território nacional. Esta deve ser entendida dentro de uma perspectiva histórica, forjada em um cenário escravista, de elites oligárquicas dominantes, tendo o imaginário social intrinsecamente alimentado em um ideário de dominação e exploração das categorias inferiorizadas pela raça, gênero e idade.

No estado do Amazonas em um cenário alimentado pelos *status* dos “coronéis de barranco”, que consolidaram as estruturas hegemônicas de um poder econômico, político, jurídico e social de mando e desmandos que produz e reproduz o processo de exploração e de violação de direitos dos sujeitos mais vulneráveis que se gestam, expandem-se e se consolidam um sentido de naturalização e banalização quanto à exploração de crianças e adolescentes.

Não é por acaso que, nos últimos anos, assiste-se, pelos meios de comunicação de massa regional e nacional, a denúncias acerca do problema da Exploração Sexual Comercial em vários municípios do estado do Amazonas. Exemplo disso, as barbaridades ocorridas nos municípios de Presidente Figueiredo (2011), Coari e Iranduba (2014), o que choca pela crueldade, pela manipulação e pela imposição de poder. Em outros municípios, impera o silêncio em relação a este fato criminoso, visto como algo natural que faz parte das relações sociais e da vivência da sexualidade em todo o estado do Amazonas, ainda com a inversão de que as vítimas passam a ser as violadoras, pois passam a ser culpabilizadas pela violação de seus direitos.

A cobertura dos meios de comunicação e as campanhas de sensibilização têm contribuído para romper o silêncio, mas não têm sido capazes de reverter esta situação, ou mesmo, de desvelar a dimensão desta problemática.

Dados apresentados pela Delegacia Especializada em Atendimento a Criança e Adolescente (DEPCA) apontam que, no ano de 2010, foram registrados dez (10) casos. No ano 2011, detecta-se uma elevação dos números registrados, saltando para sessenta e dois (62). Dados que, como salienta Faleiros (2000), não condizem com a realidade, pois se trata de uma atividade criminosa, o que dificulta a coleta de dados, ou mesmo, por não ser

denunciada ou mesmo registrada na rede de atendimento pela nomenclatura devida, ou a não identificação da situação.

Conforme literatura que esta autora consultou, encontra-se a citação de que há uma “lacuna em relação ao trabalho com meninas prostituídas” [...]. Estas lacunas passam a ser visualizadas ou sentidas entre as bibliografias postas, o discurso da rede e a dificuldade de identificação no processo de atendimento, onde surgem questionamentos quanto à efetivação e à garantia dos direitos ao público atendido.

No enlace dos questionamentos, é que surge a questão norteadora do presente estudo, o intuito de explorar a compreensão que estas meninas-mulheres têm de si mesmas no processo de exploração sexual comercial. Quais elementos contribuíram para que estas pudessem se perceber nesta situação, e como esses elementos refletiram na reconstrução de suas vidas. São produções da própria vida, que se constituem em um processo de transformação em um movimento social intrínseco envolto por inúmeras contradições, as quais são fomentadas nos valores que regem a vida em sociedade, conforme literatura também consultada na pesquisa desta dissertação.

Assim, tal cenário impulsionou a proposta do estudo que tem como tema DE VITÍMAS A PROTAGONISTAS: as histórias de vida de exploração sexual comercial vivenciada pelas egressas da instituição Casa Mamãe Margarida. Esta investigação poderá instrumentar a prática de atendimento às vítimas de exploração sexual no processo de fortalecimento e formação política social, possibilitando, assim, um rompimento da condição de vítima para protagonista construtora de sua própria história.

Tendo como objetivo geral compreender a experiência de exploração sexual comercial e o processo de fortalecimento para o rompimento da situação abusiva das egressas da Casa Mamãe Margarida. Para tanto, lançou mão dos objetivos específicos de identificar a situação de exploração sexual comercial vivenciada pelas egressas; conhecer os processos socioeducativos da Casa Mamãe Margarida, visando ao rompimento da situação abusiva e evidenciar como as egressas da Casa Mamãe Margarida exploradas sexualmente (re) escreveram suas vidas. Tendo como categoria analítica: história de vida, exploração sexual e sistema de acolhimento, o que se dará a partir das experiências de exploração sexual comercial vivenciadas pelas egressas da Casa Mamãe Margarida.

A instituição localiza-se na Zona Leste do município de Manaus e atende a crianças e a adolescentes do sexo feminino de 08 a 18 anos de idade, em situação de risco pessoal e social; é referência estadual em atendimento a vítimas de violência sexual, com especial atenção à exploração sexual, sendo, também, referência regional no atendimento ao tráfico de seres humanos.

Neste sentido, a experiência se dá como forma de apreensão da realidade a partir de elementos dela própria, salientando a dinâmica da própria vida. Ou seja, o concreto em todas as suas manifestações do ontem e do hoje; como também, buscar-se-á compreender esta experiência a partir do ponto de vista das egressas, utilizando a metodologia qualitativa, em história oral, a fim de apreender interpretações individuais de experiências sociais, permitindo ao pesquisador acessar o modo pelo qual as egressas se relacionam, compreendem e interpretam o mundo, ou seja, a sua realidade, levando-se em conta este tipo de violência, que é complexa, tendo suas manifestações envoltas em uma penumbra nem sempre explícita, ligada, intrinsecamente, a atividades ilegais.

Neste sentido, o estudo tem a intenção de contribuir, a partir das falas das experiências de vida dessas adolescentes, para a ampliação do corpo de conhecimento acerca do processo de atendimento e cuidados com adolescentes vítimas de exploração sexual, segundo a sua ótica, considerando seus referenciais de vida.

Assim, para uma maior compreensão da proposta deste estudo, serão apresentadas três seções que se complementam e se retroalimentam para o seu pleno desenvolvimento.

No primeiro Capítulo: Violência, exploração sexual comercial e experiência um breve olhar – serão apresentadas as considerações metodológicas, apresentando os sujeitos da pesquisa expressa, expondo uma breve trajetória do fenômeno exploração sexual seus conceitos e sua perpetuação através do tempo histórico, compreensão da experiência, como também, a percepção das adolescentes enquanto sujeito na sociedade, e como estas compreendem a experiência de exploração sexual comercial a partir da sua percepção de mundo.

No segundo Capítulo, intitulado: Da situação irregular a doutrina de proteção: sistema de acolhimento à criança e ao adolescente será abordado o resgate histórico do sistema de acolhimento, suas políticas e diretrizes pedagógicas que influenciaram a consolidação do processo de atendimento desenvolvido na Instituição Casa Mamãe Margarida, assim como sua práxis pedagógicas e a vivência das egressas na instituição, e também, como o trabalho da CMM contribuiu para a modificação do processo de vida das egressas.

No terceiro Capítulo: De vítimas a protagonistas: as histórias de vida das egressas da Casa Mamãe Margarida, será apresentada a análise das experiências de vida das egressas, tendo por base o trabalho da Instituição Casa Mamãe Margarida e a influência que este trabalho teve na vida destas, possibilitando ou não reescreverem suas histórias de vida, caminhando por estradas distantes da exploração sexual comercial.

PRIMEIRO CAPÍTULO

VIOLÊNCIA, EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL E EXPERIÊNCIA UM BREVE OLHAR.

“Caiu um anjo e ninguém viu
Caiu, pelo egoísmo adulto
Pela sede de conquista
Pela falta de amor
Pela falta de respeito

O anjo caiu, e está estatelado
Ninguém junta, ninguém acolhe
Com frio, fome, sede e cansaço”

(Anjos Caídos – Leandro Mendes)

Ao trabalhar “violência, exploração sexual comercial e a experiência”, veio-me à memória que a infância e adolescência são, ou melhor, deveriam ser as etapas mais importantes da vida, pois é nestas etapas que os sujeitos iniciam suas experiências e descobertas do mundo a sua volta. Travam suas relações sociais com a família e a sociedade, forjam suas identidades, absorvem as regras, normas e valores sociais, familiares e religiosos, regidos com cuidado, amor e proteção para o seu pleno desenvolvimento.

Contudo, nem sempre é assim, alguns têm sua infância roubada e sua adolescência negada por uma das faces da violência que se reveste de um poder real e imaginário, que recorta a sociedade como um todo sem distinção. Violência que deixa marcas ou não, que produz modificações profundas na forma de se ver, de se sentir e de compartilhar a vida. Algumas vezes, estas modificações se tornam aparentes, por mudanças em seu comportamento e ações que são interpretadas como desobediência e rebeldia. Em outras, ficam trancafiadas em uma caixinha em nossas memórias, como feridas que não cicatrizaram, mas estão adormecidas e, muitas vezes, só voltam à tona quando nos deparamos com histórias de vidas que se aproximam e se distanciam das nossas.

Comigo não foi diferente, não sabia, ou melhor, não entendia o comportamento e as ações do meu tio para comigo, foi somente através das leituras que descobri que as propostas, os convites, os olhares e, muitas vezes, os carinhos eram violência sexual. É lamentável que, assim como eu, centenas de meninas e meninos tiveram suas vidas marcadas de uma forma ou

de outra pela violência sexual, o que muitos não concebem como tal, pois todos os dias somos bombardeados pelos meios de comunicação em massa, salientando uma das faces da violência, porém, quando se trata da violência sexual, o estupro ganha notoriedade nestes espaços, sendo deixado de lado, o assédio, a sedução, os convites de melhoria de vida, as propostas de deixar tocar no corpo por uma boneca nova ou mesmo a troca de sexo por um sanduíche.

É neste cenário que se buscará delinear este primeiro capítulo, expondo as considerações metodológicas, apresentando os sujeitos da pesquisa. Assim como um breve debate quanto à violência e à exploração sexual comercial.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Por metodologia entende-se o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade que, conforme sinaliza Minayo (1994, p.22), “... inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do pesquisador”. Na busca de conhecimentos, são inúmeros os caminhos que se mostram como possibilidades de apreensão da realidade, baseados em posturas filosóficas diversas.

Um dos caminhos metodológicos para a pesquisa é a fenomenologia, que se originou como um movimento na filosofia, sendo aplicada, posteriormente, nas ciências humanas. De acordo com a literatura consultada, a fenomenologia de Merleau Ponty é existencialista, no sentido de que se debruça sobre a existência do homem num mundo pré-dado. Trata-se de uma filosofia que não se dedica ao abstrato, mas sim, ao “homem histórico”, à medida que este se engaja e existe no mundo. De acordo com os autores indicados na referência e que tratam do tema, a fenomenologia propõe o retorno às coisas mesmas, na busca das essências dos objetos, das qualidades, essas coisas vistas como parte de um mundo vivido, experienciado, que constitui um mundo do irrefletido sobre o qual se constroem as ciências. Vide autor nas referências. “A verdade não habita o homem interior”, ou seja, “não há homem interior”, há o homem no mundo e é no mundo que ele se conhece. Isso supera a noção de uma consciência fechada sobre si própria. Não se trata de negar o mundo interior, como o fazem os empiristas, e não nega a existência do mundo exterior, como o fazem os idealistas. A experiência vivida, pré-reflexiva do ser no mundo (*être-au-monde*), no sentido de ser lançado ao mundo, com a sua intencionalidade, num mundo que já está aí, pronto, mas não totalmente acabado. As concepções fenomenológicas merleau-pontiana estão voltadas para a compreensão do homem como ser em situação, nunca totalmente livre, mas num mundo

também nunca totalmente acabado: nascer é, ao mesmo tempo, nascer do mundo. O mundo já está constituído, estabelecido, mesmo que nunca completamente. Tratando-se de uma modalidade da pesquisa qualitativa, não se pretende chegar a generalizações. O foco de atenção está centralizado no desvelamento do fenômeno, interrogando o mundo ao redor.

Na busca de identificar os referidos significados, pontua-se a pesquisa qualitativa que tem como objetivo suscitar e identificar o que os participantes pensam a respeito do fenômeno estudado, privilegiando a narrativa oral ou melhor, a história de vida, que é uma das modalidades de estudo em abordagem qualitativa.

Desta forma, a história de vida trabalha com a estória ou o relato de vida, ou seja, a história contada por quem a vivenciou, desvelando os fatores que influenciam direta e indiretamente sua vida. Conforme Martinelli (2010, p. 22), “é importante não desconectar o sujeito de sua estrutura, da interpretação que este faz de sua vivência cotidiana”, elencando o reconhecimento da singularidade do sujeito.

Thompson (1981) um dos grandes historiadores e percussor da história oral, contribui destacando a importância de reconhecer a experiência social do sujeito uma vez que o modo de vida é a forma como este sujeito consolida sua identidade, constrói e vive sua vida, vinculado aos seus valores, sentimentos, crenças, costumes e as formas de relações sociais cotidianas que trava, o que se entrelaça diretamente ao modo de vida do sujeito e do conhecimento de suas experiências; assim, as experiências do cotidiano social expressam-se na cultura do sujeito.

Deste modo, o autor baseia-se na premissa de que os conhecimentos sobre os indivíduos só são possíveis com a descrição da experiência humana, tal como ela é vivida e tal como ela é definida por seus próprios atores, ou seja, desvela a realidade do sujeito, o que se dá a partir do significado e significância que por ele são atribuídos a sua experiência vivida em seu cotidiano.

Para fins de estudo do objeto da pesquisa em questão, farar-se-á uso da metodologia História Oral, tendo como recurso metodológico a história de vida que, segundo Alberti (1989), é:

Um método de pesquisa (histórico, antropológico, sociológico) que privilegia a realização de entrevista com as pessoas que participam de, ou testemunham acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (1989, p.52)

Nesta metodologia, o recolhimento das informações se dá por meio de entrevistas, e pode ser realizado sempre que se pretender produzir dados a partir dos relatos orais daqueles a serem entrevistados numa determinada pesquisa. Embora existam críticas a respeito desta

metodologia, uma vez que é carregada de subjetividade, o que não invalida o reconhecimento de que as fontes orais, muitas vezes, são únicas formas de registro e estudo de realidades tão específicas e particulares com as quais o pesquisador pode se deparar.

Faz-se necessário salientar que as fontes orais e escritas não se excluem, pelo contrário, complementam-se para uma melhor compreensão. Portelli (2006) salienta que as fontes orais revelam as intenções, efeitos, as mentalidades, imaginário, crenças e pensamentos referentes às suas experiências. Esta pode não ser um dado preciso, porém possui dados que muitas vezes não se fazem presentes em um documento escrito, pois possibilitam apreensão e compreensão do tempo presente, conhecer lembranças do passado de pessoas invisíveis, subalternas sem status na sociedade, mas que vivenciaram e experimentaram acontecimentos de uma época.

Esta certeza imprime credibilidade à fonte oral, tão importante quanto os registros escritos. Ressalta-se que, com a pesquisa qualitativa, que se reporta à fonte oral para buscar o significado das vivências, experiências pessoais, familiares, profissionais, comunitárias e sociais dos indivíduos, é possível aprofundar o conhecimento da realidade a partir da concepção que o pesquisado lhe atribui, permitindo, também, que não seja necessário escolher um grande número de sujeitos e ainda compor o universo de pesquisa intencionalmente com aqueles sujeitos que melhor contribuirão para o alcance dos objetivos do estudo (MARTINELLI, 2003, p. 23-24).

Assim, a narrativa ganha destaque à medida que “narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar, é interpretar”, como se deu, ou como se percebeu no bojo de uma situação salientando o momento com o seu olhar lincado a outros eventos e elementos que consolidem sua memória. (PORTELLI, 2006, p. 2)

Segundo Martinelli (2010), é nessa experiência que as pesquisas qualitativas se valem da fonte oral, tendo a história de vida como recurso metodológico, tendo como elemento norteador, o fato de conhecer e aprofundar conhecimentos sobre determinada realidade recuperando experiências de vida obtidas por meio de conversas através de entrevistas.

Portanto, esta possibilita revelar como o sujeito concebe a experiência vivenciada em um dado momento. Assim, para fins desta pesquisa qualitativa, o uso das histórias de vida contribuirá para elucidar a experiência de exploração sexual comercial vivida pelas egressas da Casa Mamãe Margarida, a partir do entendimento de violência, suas percepções e perspectivas com a experiência vivida e seus elementos influenciadores. Como também as experiências destas com o atendimento desenvolvido na Instituição Casa Mamãe Margarida, e

como este contribuiu para o fortalecimento, ou não, da sua condição de vida, possibilitando um novo olhar sobre a sua realidade social.

Nessa perspectiva, compreende-se que a história de vida pode acrescentar uma dimensão viva, trazendo novas perspectivas, como também contribui para o resgate da memória. Ressalta-se que a memória humana consiste na capacidade de rememorar o passado enquanto testemunha de uma experiência vivida, com isso, não é apenas a lembrança de qualquer sujeito, mas de um sujeito inserido em um contexto político, social, econômico e cultural.

Para o pleno desenvolvimento do estudo, o mesmo foi subdividido em fases que se complementarão concomitantemente.

A primeira fase se deu a partir do levantamento das referências bibliográficas à luz dos teóricos e será o eixo basilar para a concretização do referido estudo, como também a eleição para o lócus da pesquisa e os sujeitos participantes.

Na segunda fase, constituiu-se a fonte de coleta de dados que se deu através da oralidade, utilizando-se como fonte inspiradora a história de vida das egressas da Casa Mamãe Margarida, por meio de entrevistas abertas com a utilização da observação participante. A utilização da técnica de observação neste trabalho completa o método da história oral, que não se fixa apenas nas palavras pronunciadas, mas nos gestos, olhares, entonação de voz entre outros elementos não verbalizados, mas expressados no momento da entrevista.

Para a realização da entrevista aberta, tendo a história oral e o recurso metodológico da história de vida como referenciais, fez-se o uso de gravadores de áudio, o que contribuiu para complementaridade do processo. Tendo cada entrevista sido agendada previamente com os sujeitos participantes, respeitando o seu tempo, disponibilidade e motivação. Cada coleta de dados ocorreu em média três (03) encontros por sujeito participante, com duração estabelecida pela vontade das participantes, máxima de cento e oitenta (180) minutos.

O material gravado foi posteriormente transcrito, devendo ser apagado da mídia digital após o final de sua transcrição, e o transcrito, ser descartado posteriormente à publicação do relatório final. Acordo estabelecido verbalmente no ato da entrevista pelas entrevistadas.

Na terceira fase do presente estudo, os dados sofreram análise qualitativa, a partir da história de vida das egressas com a intenção de compreender como estas se perceberam dentro do processo de exploração sexual, como também identificar o trabalho desenvolvido pela instituição junto a estas adolescentes, proporcionando-lhes romperem com o seu papel de vítima e reescreverem suas histórias de vida. Reitero o compromisso ético da pesquisa, respeitando o anonimato dos sujeitos de acordo com o Termo de Consentimento Livre e

Esclarecido , com o acordo verbal posterior a assinatura do TCLE, firmado com as participantes da pesquisa em apagar os relatos verbais após a transcrição ou posterior à publicação do relatório.

1.1 Os Sujeitos da Pesquisa.

Um jardim é um espaço planejado, geralmente ao ar livre, para a exibição, cultivo e apreciação de várias plantas e flores de diferentes tamanhos e formas, assim como, outras formas de elementos naturais, podendo ser em espaços cultivados internos e ainda, incorporar materiais naturais e artificiais.

Para que pudéssemos compreender as flores que compõem o jardim da margarida, acreditei ser necessário, neste espaço, apresentar de forma breve a história de vida de cada flor que compõe esse jardim e sua experiência com a exploração sexual comercial. Assim, as egressas passarão a ser denominadas de Margaridas, e com os codinomes de Rosa, Amarela e Lilás, estas passaram ser chamadas assim, pela preferência de cor que cada egressa tem, como também algumas de suas informações foram suprimidas para preservar a identidade das mesmas.

É importante salientar que as informações apresentadas neste espaço foram originadas dos relatos de vida que as mesmas forneceram de forma espontânea.

Margarida Rosa

Tem 27 anos de idade, natural de Manaus-Amazonas é órfã de pai que faleceu um dia antes do seu nascimento. Desde então, sua mãe não mais se casou, passou a viver para o cuidado e manutenção dos seis filhos, entre os quais uma é especial. A família vivia em extrema pobreza, “acordávamos tarde porque não tínhamos o café, o almoço era sempre ovo e salsicha e quando tinha às vezes, o lanche e ou jantar era café com pão ou farinha, às vezes, quando tinha banana, a gente comia até a casca, às vezes a fome era tanta que comia a banana e a casca, outras vezes, eu guardava pra comer depois”. Na sua infância devido à mãe ter que trabalhar, a mesma ficava sob os cuidados de sua irmã mais velha, que não tinha controle sobre esta “eu era bem soltinha, todos lá em casa não obedecia muito ela não”. Devido às dificuldades financeiras, a família precisou mudar-se de bairro, passando morar alugado ao lado da casa de sua tia materna. Esta era casada e tinha dois filhos, um destes também é especial, pois, assim, as irmãs poderiam se ajudar. Foi nesta aproximação que começaram acontecer coisas estranhas, ” meu tio, me lembro bem, foi no carro, ele dirigia perguntou se eu

queria pegar nas coisa do carro, digamos para aprender a dirigir tinha uns oito pra nove ano, eu disse que sim e ele colocou a mão dele dentro do meu short. Ai! sempre que ele podia me chamava pra dirigir [...] mesmo não querendo eu ia, minha irmã manda eu ir, não falei pra minha mãe, só quem ficou sabendo disso foi minha irmã mais velha e, ela disse pra não falar, disse que era bobagem e só ia perturbar a mãe. Aos nove anos, passei a estudar à tarde, mas isso sempre me perturbava mais, mantinha em segredo. Depois comecei a frequentar uma igreja, inclusive evangélica, nesta igreja, conheci uma família que tinha duas filhas praticamente da mesma idade”. Decorrente da necessidade (comida), a mesma frequentava constantemente esta casa. Esta família era muito bacana, eu frequentava muito essa casa. Contudo aos 12 anos, passou a ser violentada pelo genitor desta família amiga “foram várias vezes, um pouquinho mais intensa que com meu tio, eu o chamava de pai, só que de um jeito carinhoso, brincava com as filhas dele e cuidava às vezes do filho dele, ele me dava algumas coisas, mandava algumas coisas pra minha casa, ajudava minha mãe, tinha uma gratidão muito grande por ele, e durante um tempo não via problema nenhum. Mas, só que eu já tava batizada na igreja, fazia parte do coral devido a tudo que estava acontecendo eu resolvi contar, achava diferente, porque ele só fazia isso comigo, me achei diferente, na igreja fui disciplinada. Minha mãe chegou a denunciar e eu também, e lá na delegacia, a pessoa ficava falando que parecia que eu não queria denunciar e, de certa parte não, havia uma gratidão para com essa pessoa, e até também da minha família, apesar que minha mãe queria levar adiante a denúncia. As coisas ficaram difíceis pra mim, apanhei da minha mãe, do meu irmão, teve fofoca... conversinha, aí chegou um momento, entramos em acordo e retiramos a denúncia. Não entendia por que faziam tanto alarde, não via como violência sexual e muito menos como exploração porque eu saí com os caras, mas vinha só pra cima de mim, porque nada acontecia, meu tio me tocou, eu fui culpada, o irmão lá da igreja me usava, o Antônio me usava e e me dava dinheiro eu fui culpada, aí eu quis mermo (risos), aí eu eu fui mermo culpada, porque eu queria – depois da confusão toda da minha tia querendo me mata, meu irmão também e muita fofoca, na igreja, deixei de ir, na rua da minha casa (gargalhada) as mulheres queriam me vê bem longe – Depois, as coisas foram se acalmando, mas alguma coisa mudou em mim enquanto mulher, me via diferente eu já tinha quase treze pra quatorze anos, já havia vontade de manter relação, de querer ficar com alguém, tem uma pessoa, aí eu passei a sair com outras pessoas mais velhas, vi que eles queriam sair comigo, fazer coisas comigo, saía por dinheiro ou por momentos que essas pessoas poderiam me proporcionar, mas me davam alguma coisa. Me envolvi com meu professor, depois com o dono do mercadinho, e com vários outros, foram muitos! Eu nem lembro direito, sempre por dinheiro ou alguma coisa, com o cara do mercadinho era sempre por alimento. Mas, sempre era

masturbação, sexo oral e anal, porque eu ainda era virgem. Aí eu conheci o Antônio, ele trabalhava perto da minha casa, conhecia minha mãe, aí acabei me envolvendo com ele, a gente saía, mas sempre era só masturbação e sexo anal, ele sempre falava que queria ser o primeiro. Ele também me levava pra ficar com outras pessoas e me dava dinheiro. Um dia eu tinha uma dívida, eu saí com ele, disse que tinha tirado minha virgindade, costume dizer que minha virgindade custou R\$ 126,00. Porque era burra, a gente saiu e depois ele ligou perguntando se estava tudo bem, disse que estava estranha, aí ele falou que pra eu ficar bem tinha que fazer de novo, e aí ele foi me buscar no outro dia e consumou o ato – eu realmente não sabia por que conhecer meu corpo, eu mesmo não conhecia. E somente no dia seguinte ele me deu o valor que eu estava necessitando para pagar uma dívida. Ai! Começou uma loucura, ele, digamos que assim, era fixo, mas eu saía com outras pessoas que me davam muito mais dinheiro que ele, me envolvi com um irmão da igreja, aí foi maior confusão porque ele era casado. Quando eu disse que não queria mais ficar com ele, ele falava que ia me matar, dizia que ia falar pra minha mãe, eu tinha muito medo e continuava saindo com ele. Me envolvi com muitos homens, nunca engravidei, por milagre porque eu não tinha cuidado. Acho que é um milagre, nunca peguei uma doença, porque foram muitos. A pessoa da igreja, que me envolvi, aí foi o fim! ele mesmo contou pra mulher dele, eu me afastei, algumas pessoas ficaram sabendo, minha mãe, família ficou sabendo. Meu irmão que é machista, era como o pai da casa, ele ficou sabendo ele ficou com muita raiva queria me bater, ficava dizendo que tinha que me matar, que eu não prestava, que tinha que me deixar aleijada. Aí para amenizar a situação eu fui viver, infelizmente, com uma prima, porque lá em casa ninguém queria me ver. E nessa época a minha mãe já tinha falado que ia me colocar no abrigo, mas fui pra lá, desisti da escola. Eu tinha a mania de escrever em um diário, foi assim que minha mãe ficou sabendo de muita coisa, porque ela pegou o meu diário. Lá na casa da minha prima, eu tive a infelicidade de escrever uma carta, pedindo, tipo assim, como se fosse pedir perdão pra Deus, sei lá. E nessa carta eu coloquei o nome de todos, todos, mais todos os homens com quem eu me envolvi, todos com quem eu transei, olha que foram muitos. Infelicidade! A minha prima pegou a carta, tirou uma xerox e mostrou pra minha tia ela mostrou pra mulher dos outros, porque uma das pessoas que estava na carta era o pai dela, o marido da minha tia, minha tia dizia que ia me matar, todo mundo ficou sabendo, foi um escândalo. Ela mostrou pra as outras mulheres, foi um Deus nos acuda, todas queriam minha pele. Minha tia queria me matar e meu irmão também. Peguei uma surra da minha mãe de cruzeta, ela queria me levar pra um abrigo, acho que era Ester, lá pra BR. Depois disso eu fui para Casa Mamãe Margarida, aí foi horrível, porque a ideia que eu tinha de abrigo era prisão, colher minha liberdade e até mesmo por uma questão afetiva, mesmo que eu e minha família

não tínhamos mais uma boa relação, mas eu sabia que eu ia sentir muita falta, principalmente da minha irmã especial. Entrei na Casa Mamãe Margarida 19 de março em 2003, fui recebida por Paula, que depois me levou para o abrigo, conferiu minhas coisas, me apresentou para Irmã Liliana, a Irmã falou algumas regras rapidamente e depois fui conhecer o meu quarto e meu armário. Foi só lá na Casa Mamãe Margarida que eu aprendi que o que eu vivi era é violência sexual, era exploração sexual e, eu não era culpada, foi lá também que que aprendi que a mulher, nós sofremos violência por ser mulher, quando somos crianças, quando somos adolescente, quando somos jovens, quando somos mulheres – porque eu aprendi também que ninguém nasce mulher torna-se – e quando a gente também for velha sofremos violência. Foi lá que passei a me vê diferente, a me sentir respeitada, que poderia sair, fica com alguém sem ter que transar, foi lá que eu vivi.

Margarida Amarela

Tenho 26 anos de idade, natural de Manaus, filha de mãe solteira, sou a mais velha de quatro irmãos. Minha mãe me teve ela tinha 14 anos de idade, ela veio pra Manaus com meu pai, só que ele deixou ela eu ainda nem tinha nascido e ela ficou só no mundo. Foi ajudada por uma pessoa que se tornou uma grande amiga. Quando eu nasci, ela me deu pra essa pessoa, só que com o passar do tempo ela arrumou um marido e foi lá me buscar pra ficar com ela. Eu não lembro direito, porque era muito criança. Só sei que ela ficou com esse marido por uns dois anos, e teve meu irmão, quando ela se separou, a gente foi morar em um quarto alugado, e não demorou muito, fomos pra casa de um outro marido dela. Ele batia nela, na gente, às vezes, ele ficava passando a mão em mim, ele dizia que quando eu chegasse fica com trinta quilos estava pronta, eu não entendia direito, minha mãe ficava puta quando ele fala isso - aí ela cansou de apanhar e fomos embora, passou um tempo ela conheceu um cara muito bacana, ele ajudou minha mãe fazer uma casa no fundo da casa da amiga dela da tia XXXX e fomos morar nós e mãe, o namorado dela não morava lá, ele tinha a mulher dele, mais sempre ele ia lá com minha mãe, era sempre uma festa, ele levava rancho, pão, refrigerante, e quando ele tava lá, minha mãe mandava a gente ir brinca na rua, só que a mulher dele descobriu tudo foi uma brigalhada e ele nunca mais foi lá, voltamos a passar fome. E quem ajudou a gente era a tia XXX, ela sempre ajudou minha mãe, aí a mãe já tava grávida de novo - A gente não tinha o que comer, não tínhamos nada, o que tínhamos na casa ou era dado ou era juntado do lixo, eu vivia pedindo leite da vizinha, pra fazer água de leite pro meu irmão, porque tinha que render. A mãe não ficava em casa, ela saía pra ficar fora e era eu quem ficava com meus irmãos. Eu não estudava, não estava matriculada, porque minha

mãe perdeu o meu registro e do meu irmão, e ela não tinha dinheiro pra tirar outro, aí na escola, lá perto de casa a diretora da escola, deixava eu ficar na sala, diziam que era ouvinte, mas era mais pra eu poder merendar. Só que a professora ficava falando que eu não era aluna, que ela não tinha que ficar me ensinando, que eu ia só pela merenda, que eu era morta de fome. Isso ia me revoltando, aí eu fugia, passei ir pra rua. Teve uma vez que a mãe saiu e não voltou, ficou tipo uns quatro dias, eu tive que me virar. Uma menina lá da rua disse que era fácil ganhar dinheiro, que tinha um cara lá na feira que era só deixar ele tocar nos peito que ele dava dinheiro. Ela me levou lá e ele me levou pra trás da banca, eu nem tinha peito direito, mas ele pegou e me deu peixe. Foi a primeira vez, depois eu ia sempre, até que um cara disse que me dava grana pra chupar ele, meu irmão tava doente e não tinha leite, aí eu fui, né? Ele me deu acho que uns trinta reais (R\$ 30,00), sei que deu pra comprar leite, massa, o remédio e mais umas coisinhas, minha mãe não falava nada, acho que tava com uns 10 pra 11 anos de idade. Aí ela engravidou de novo, e colocou um homem dentro de casa, aí ela vivia brigando comigo por causa dele, e ele vivia querendo me pegar, quando eu ia tomar banho, ele ficava vendo, e se tocando – uma vez acordei ele tava sem roupa me olhando, gritei tanto que a tia foi vê o que tava vendo, ele falou que eu tava doida, quando minha mãe chegou eu levei a maior surra – depois disso, passei praticamente viver na rua, aí eu saía com um e com outro, na rua tinha um cara que comandava e recebia o nosso dinheiro, ele protegia agente dos outro caras. Vivia nos bares e festa, aí eu vinha o pessoal da Central e pegavam a gente - o pessoal da Central pegava me deixava na casa da mãe, era só um dia no outro eu já fugia, na rua eu não apanhava, ficava com os caras que me davam dinheiro, e não tinha que ficar vigiando criança enquanto ela fica na rua só de boa. Aí uma vez eu tava na rua e fui currada, vários caras me pegaram e fizeram tudo que quiseram, aí fui levada lá pro hospital e depois pra Central, eles tentaram de novo me levar, aí minha mãe falou que não queria mais eu na casa dela (voz embargada) ela nem procurou saber como eu tava, quando a tia da Central foi falar comigo eu fiquei doida, aí ela ficou falando que que ela não tinha por que ficar aguentando aquilo, e era por isso, que nem minha mãe não me queria, sei lá, aí eu fui mandada pra Casa Mamãe Margarida. Entrei na Casa e eu não queria ficar lá não, mas não tinha pra onde ir mesmo. Tive que ficar, foi o jeito, ainda bem! Porque lá eu fui muito bem recebida, a tia Paula me recebeu, mesmo fedendo me deu um abraço e disse seja bem vinda! Eu achei aquilo estranho, fiquei esperando ela pedi algo, porque ninguém me tratava bem nunca, mais não baixei a guarda, fui levada pro abrigo, conheci a Irmã Socorro, ela me deu umas roupas, mostrou o meu quarto e meu armário, me deu material de limpeza, e disse que eu tinha que cuida das minha, ele voltou e me deu uma tolha – lembro bem que ela falou que quando a Irma Liliana chegasse ela me daria o que estava faltando. E assim foi, no outro dia tomei

maior susto, tivemos que acordar cedo, sete e meia, já estavam servindo o café, eu que acordava só tarde tive que ir me acostumando foi uma barra. Fui fazer um teste com com a Tia Elizete, para poder ver qual a turma eu ia, foi um saco, sabia escreve mas não sabia ler, fiquei pra tia Cris, mais ficava com tia Elizete para aprende a ler [...] antes pra mim não tinha essa não, violência era a facada, porrada de tirar sangue e coisa e tal, mãe bate filho, os cara passa a mão, ganha dinheiro pra ficar com os caras era normal, nunca vi nada fora do normal com isso não. Pra mim mulher tinha mesmo que cuidar do seu home, aguentar calada a porrada, ter que trabalha e chegar em casa cuidar dos filhos e ainda deitar com marido, e ficar quieta - São sabia de nada, tudo que eu sei devo a Casa e o pessoal que trabalha lá, porque antes eu nem me via como gente foi eles que fizeram eu me enxergar como mulher e me valorizar. Lembro as vezes dos encontros e me lembro das palavras da tia Paula e da tia Keila dizendo que cada uma tem o seu momento, ninguém caminha igual.

Margarida Lilás

Tenho 26 anos, sou de Manaus mermo, minha vida sempre foi muito conflituoso, sou filha de mãe solteira, que tem acho que uns seis filhos, é que minha mãe era de muita da farra, e deu ela deu dois filhos, que ela nem sabe pra quem. A gente não tinha casa, quando ela tinha um cara, a gente ia, ela separava aí a gente ia embora e ficava bolando de um canto pro outro, até ela encontrar o pai. Ele não é meu pai de verdade, mas é como se fosse, ele foi o único que ajudou minha mãe de verdade, porque os outros só davam filho e porrada nela, e ainda queriam me pegar. Ele não levou a gente pra casa dele, a gente tinha comida todo dia, só que minha mãe não conseguia ficar só com um cara, ela era fogo! Ele cansou de levar chifre e foi embora, mas deu a casa pra gente. Ela levava os cara pra lá, eles enchiam de porrada ela, a gente saía correndo pedindo ajuda dos vizinhos – eu tava crescendo e minha mãe não tava nem aí pra mim, ela não deixava a gente sair pra lugar nenhum, se não a porrada comia, mas ela ficava sempre fora, ou enchia a casa de homem e a cara de cachaça. Eu fui ficando puta porque todo mundo da minha idade saía e podia fazer um monte de coisa e eu tinha que ficar em casa cuidando de menino. Ela ficou doente, muito doente e a gente não tinha nada pra comer, aí meu me ofereci mesmo, o cara me deu uma grana, comprei as coisas. Aí eu aprendi o caminho, passei a fugir sempre de casa, ia pras festa, bebia, fumava quando voltava, minha mãe me batia, mas doía só àquela hora, depois passava. [...] fiz um monte de amizades com umas meninas, e a gente aprontava todas, saía com os caras, eles pagavam pra gente. Chegava a fazer uma boa grana, era muito legal. Meus irmãos foram crescendo e também não aguentavam ficar em casa, eles fugiam, iam pra rua, aprontavam todas. Vivendo nessa vida,

fui pega várias vezes, pela central de resgate, como minha mãe não me queria, eles me levaram pra Mamãe Margarida, e eu pirei, não queria ir pra lá, não. Porque minha mãe não me queria, ela não cuidava de nenhum de nós, ela gostava era da farra e não gostava de ter que cuidar de filho, ela vivia dizendo isso pra gente, depois que cresci é que vi que o que ela fazia era programa.

Esse é um pequeno retrato da vida das flores que enfeitam o jardim da Margarida. Flores que trazem consigo a marca da negligência e do abandono diante do que preconiza a Doutrina de Proteção Integral, ancorada na Constituição Federal de 1988.

1.2 Compreendendo a violência contra criança e adolescente

A literatura consultada mostra que, no final da idade média, foram construídos novos conhecimentos, na busca de estabelecer explicações acerca dos fenômenos da natureza e dos problemas sociais e humanos através de uma libertação do pensamento dogmático, pois as atividades estruturantes de organização das sociedades humanas repousam, inicialmente, no meio natural, permeadas de mitos, rituais e magia, pois se tratava de relações divinas. Para cada fenômeno natural, havia um deus, uma entidade responsável pela organização da vida no planeta. O medo da vingança dos deuses era o moderador do comportamento dessas pessoas, impedindo uma intervenção danosa, ou, sem uma justificativa plausível para destruição natural, tal como ele se apresenta aos seres humanos (CHAUIN 1995)

Estes buscavam normas de convivência e a simples organização das mesmas sem a preocupação de compreender a relação homem-mulher e a sociedade, e como as relações de gêneros instituídas influenciavam a reprodução da vida em sociedade. As mudanças entre o passado e o presente, ou o antigo e o moderno, irão se consolidar em apenas um pensamento hegemônico na sociedade ocidental. Este processo passa a ganhar maior visibilidade e aceitação entre os séculos XVII e XVIII, emergindo os fatores socioculturais e intelectuais, alicerçados por revoluções e pelo pensamento iluminista.

O cenário social perpetuado frente a um saber dogmático eclesiástico do mundo natural irá dar espaço ao saber científico consolidado pela Revolução Francesa (1789), que inferiu mudanças profundas no modo de vida em sociedade, proporcionando, assim, o progresso alimentado pelas potencialidades humanas e a promoção do conhecimento tecnológico que impulsionaram novos rumos da vida em sociedade. Gestando, assim, a questão social que se expandia como um grande câncer nas teias da sociedade.

A questão social surge na Europa Ocidental na terceira década do século XIX e traz consigo diversos olhares e discursos que, ao longo do tempo, agregaram definições e concepções em torno do termo “questão social”. Esta se reduz, apenas, à questão econômica, tornando-se, por vezes, uma concepção rasa diante da complexidade que envolve a questão social.

Frente a esta complexidade, Wanderley (1997) salienta que a Questão Social está intrinsecamente enraizada nos padrões de referência dos componentes da formação e organização do Estado, Nação, gênero, cidadania. Estes se consolidam proporcionando uma visão crítica de permanência ou de mudanças na sociedade, ou seja, vai mais além da questão econômica, vinculam-se à gênese da construção da sociedade que fomentará um processo crítico, propondo permanecer ou modificar estes valores dentro da sociedade.

Neto (2001) mostra que a origem do termo questão social vem como instrumento de resposta ao pauperismo que se alastrou na Europa Ocidental, fruto do processo de industrialização, e veio forjando uma nova dinâmica da pobreza.

Esta se dá por um tipo de exploração diferenciado que se efetiva em “um marco de contradições e antagonismo [...] na qual se cria exponencialmente a riqueza social (NETTO, 2001 p. 46), uma vez que a produção da riqueza é coletiva, porém sua apropriação é privada.

Dentro desta perspectiva, a miséria cresce na mesma medida em que a acumulação do capital individualiza-se.

O pauperismo dentro da ordem capitalista se difere do pauperismo anterior a esta ordem. Segundo Castell (1995), é somente nesta ordem que o pauperismo se configura como a escassez das condições mínimas de sobrevivência, em detrimento ao crescente acúmulo de riqueza, ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas não acompanhou as condições da reprodução social.

O termo do pauperismo pela expressão questão social vincula-se não só aos desdobramentos sociais, mas também aos sociopolíticos. Uma vez que esta surge como ferramenta em defesa da ordem burguesa, tendo como objetivo maior a preservação da propriedade privada.

Ao voltar os olhos para Questão Social na América Latina, Wanderley (2001) salienta que esta é forjada pelos processos de vida de povo pela consolidação do Estado, formulação política, econômica e social, ou seja, a Questão Social na América Latina foi determinada pelos colonizadores e avançou na história alimentada pela conjectura de dominação da burguesia. Esta se consolidou nas raízes mais profundas da desigualdade e da injustiça social.

A Questão Social no contexto brasileiro não se faz diferente dos demais países da América Latina, porém apresenta suas particularidades que irão forjar, no Brasil, as suas

singularidades dentro da Questão Social. Desta forma, no cenário brasileiro, esta se faz presente nas classes subalternas pela pobreza e pela exclusão.

Yasbek (2001) aponta que a pobreza, a exclusão social e a subalternidade são configuradas como inserção na vida social, aponta, também, que, muitas vezes, são esquecidas dentro do discurso de que as desigualdades sociais são de classes, mas também se entrelaçam em outros aspectos como étnico-racial, de gênero, regional e inter-regional. Estes elementos se alimentam e retroalimentam e consolidam a questão social, sobretudo quando se volta os olhares para realidade amazônica, visualizando o padrão de desenvolvimento adotado desde sua descolonização transcorrendo a história desta região, e se firmando na exploração dos recursos naturais e na expropriação do homem amazônida desde sua colonização, que está ramificada pela implantação da Zona Franca e pela expansão do polo industrial, principalmente a partir dos anos 70. (SCHERER 2009)

É importante destacar que o século XX foi um grande palco de transformações, em todas as ordens, principalmente, na ordem econômica. Nesta ordem, o mundo tornou-se para muitos propósitos uma “unidade operacional básica”, gestando, assim, “unidades mais velhas, com as economias nacionais definidas pelas políticas de Estado territoriais, que passam a ser reduzidas às complicações das atividades transnacionais” que irão, desta forma, desencadear a aceleração da globalização, gerando, assim, transformações, não só na economia e na política, mas também nas relações sociais, impactando diretamente os aspectos da vida privada. (Robins Bawet p.26)

Esta incide, segundo Hobs Bawert (2002), na “desintegração de velhos padrões de relacionamento social humano”, produzindo a erosão dos valores coletivos e a ascensão dos valores individuais. Forjando-se assim, a consolidação de “uma sociedade formada por um conjunto de indivíduos egocentros sem conexão entre si em busca apenas da própria satisfação”, seja ela de ordem biológica, econômica, seja social. o que não se fez diferente na sociedade brasileira, contudo, apresenta suas particularidades que são enaltecidas com a marca de um sistema que elege as relações mercadológicas e as relações de poder, em detrimento as sociais.

Essa digressão vem contribuir para que se tenha uma melhor compreensão da situação de violência enfrentada por crianças e adolescentes através dos tempos. Para tanto, faz-se necessário desnudar o conceito de violência.

Ao tratar da categoria violência, é interessante salientar que não é algo novo, esta acompanha a humanidade desde os tempos mais remotos, apresentando características, formas e conceitos que se vinculam a uma determinada sociedade em um tempo histórico.

Em todas as sociedades, a violência se fez e se faz presente, em algum nível nos processos de dominação que se estabelecem com diferentes configurações, envolvendo dispositivos de coerção análogos, que implicam distintas formas de utilização de violência. Tornando-se um fenômeno complexo e multicausal, o que dificulta a sua conceituação.

Neste sentido, Minayo (1998) e Faleiros (1998) salientam que não se pode usar o termo no singular e sim no plural, violências, uma vez que se trata de uma realidade plural, diferenciada, cuja suas particularidades necessitam ser desveladas, o que dificulta alcançar um consenso quanto a sua definição.

Diante da busca por estabelecer um conceito unívoco, muitas são as tentativas de explicações sobre o fenômeno violência. Como salienta Minayo (1998), vários são os enfoques que propiciam uma divisão de correntes e interpretações. De um lado, a violência é estabelecida pelo resultado das necessidades biológicas, psicológicas e sociais, gestando esta interpretação na sociologia ou na etologia que submetem a questão social. De outro lado, encontram-se os que explicam a violência como um fenômeno de causas sociais estabelecido pelo aniquilamento da ordem.

Assim, estas formas de explicar a violência fomentam uma complexa e difícil tarefa de consolidar um único conceito, pois estes se gestam em diferentes aspectos, de como se concebem e percebem suas manifestações de acordo com o grupo social, Estado, região, país e cultura. A violência é difusa, pois recorta a sociedade manifestando-se em diferentes níveis e padrões culturais e em cada sujeito, contribuindo para a não formação de um conceito único.

Assim, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estabelece que a violência se configura como:

uso intencional da força física ou do poder, real ou ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.

Neste sentido, o conceito de violência apresentado pela OMS salienta que é uma ação realizada em um espaço e tempo restritos, este reduz as agressões ao corpo em suas diferentes dimensões. Não busca estabelecer uma definição que abarque tanto os atos quanto os estados de violência.

Assim, a violência, mais do que uma ação situada, pode se manifestar de forma continuada e ampliada, Silva e Silva (2005) salienta esta como sendo:

uma expressão multifacetada: seria tudo o que se vale da força para ir contra a natureza de um gesto social: todo ato contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar): todo ato de

agressão contra o que uma sociedade define como justo e como direito. Consequentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror (p.15).

Os conceitos de violência ora apresentados comungam que em todas as suas manifestações, a violência ocorre na imposição de poder. Poder este que rege as relações sociais e consolida-se pela falência do discurso e pela negação do diálogo. Configurando a violência como exercício da dominação de um sujeito sobre o outro, tendo como consequência a violação dos direitos humanos. Na ampliação deste conceito, Adorno (1988) contribui neste debate afirmando que a violência é:

A violência é uma forma de relação social; está inexoravelmente atada ao modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições sociais de existência. Sob esta óptica a violência expressa padrões de sociabilidade, modos de vida, modelo atualizados de comportamentos vigente em uma sociedade em um momento determinado de seu processo histórico. A compreensão de sua fenomenologia não pode prescindir, por conseguinte, da referência às estruturas sociais; igualmente não podem prescindir da referência aos sujeitos que a fomentam enquanto experiência social. Ao mesmo tempo em que ela expressa relações entre classes sociais, expressa também relações interpessoais (...) está presente nas relações intersubjetivas que se verificam entre homens e mulheres, entre adultos e crianças, entre profissionais de categorias distintas. Seu resultado mais visível é a conversão em objeto, sua coisificação. A violência é simultaneamente a negação de valores considerados universais: a liberdade, a igualdade, a vida.

A violência assume, em suas diversas manifestações, um duplo caráter simbólico e prático funcionando como mola propulsora de produção e reprodução nos diversos campos da ordem social. Segundo Faleiros (1998), o simbólico social é estruturado pelo sistema cultural de valores, mitos e símbolos construídos historicamente e vigentes em uma dada sociedade. São estes símbolos que socializam os diferentes sujeitos em sociedade, colocando-os em seus espaços.

Desta forma, Adorno (1988) amplia o entendimento de violência não forjada apenas entre dois sujeitos, mas consolida que esta se gesta na formação e estruturação do Estado nação e vincula-se ao modo como este cria e recria os meios de produção e reprodução da vida em sociedade, transformando suas relações sociais mercantilizadas, relações coisificadas, consolidando os sujeitos em mercadorias e, como tais, tornam-se produto.

Tal fenômeno encontra-se enraizado nos valores culturais, políticos, econômicos, sociais e jurídicos que se ligam e interligam para sua manutenção. Chamando atenção para a participação da produção da violência, de forma que a violência estrutural e a violência social encontram-se relacionadas às desigualdades sociais, promovidas pelo sistema social injusto e

gerador de exclusão, de marginalização e de discriminação de classe, gênero, etnia, orientação sexual e de geração.

1.3 Violência contra criança e adolescente

Na formação social brasileira, o Estado se constituiu subordinado a interesses particulares através de interesses e do poder local, e não a partir de um pacto social baseado em regras formalmente definidas e aceitas. Sua base estrutural fundamenta-se em relações tradicionais, onde a ordem geral estabelecida se confunde com o poder pessoal, subjugando os demais em um estado de vulnerabilidade e exclusão social.

Neste contexto, Ramos (2007) afirma que a violência contra criança e adolescente é tão antiga quanto o próprio histórico da humanidade. Registros históricos apontam que, no período entre os séculos I a V d.C., ocorreu um estímulo para a valorização do respeito pelas crianças, porém, na Idade Média, houve um retrocesso quanto ao descuido e abandono, tornando-se comuns no trato para com estas. Neste período, as crianças são vistas como adultos em miniatura, e os adultos tratavam-nas sem discriminação e sem pudor.

O desenvolvimento da criança ocorria através das relações diretas que eram estabelecidas com os mais velhos em todos os níveis. As atitudes dos adultos eram refletidas nas atitudes das crianças, seu comportamento, suas crenças e valores. Atitudes que eram reproduzidas na vida em sociedade.

No início da modernidade, a infância passa ser reconhecida como a fase de ouro, a criança torna-se a representação da inocência e da bondade, o que veio a se contrapor no século XVI que foi marcado por agressões que deveriam ser praticadas como forma de educar para introduzir estes sujeitos ao mundo dos adultos. É um tempo de grandes modificações e criações, surge o telegrafo, a escolarização, fortalecimento dos laços sociofamiliares. Somente no século XX, é que crianças e adolescentes serão reconhecidos como sujeitos de direitos, deixando de ser encarados de forma repressiva e assistencialista.

No Brasil, é a partir do século XX que crianças e adolescentes passaram a fazer parte dos espaços das agendas públicas, desde a implantação do Juizado de Menores (1923), transcorrendo pelo Código de Menores (1927) e Código de Menores de 1979. Contudo, os acordos para a Doutrina de Proteção Integral se dão com a Constituição Federal de 1988 e com a promulgação Lei nº 8.069 de 1990 - Estatuto da Criança e Adolescente que irão dar mais visibilidade às violações de direitos e às mais diversas formas de violência contra estes sujeitos. Salientando que, para efeitos desta lei, considera-se criança a pessoa de até doze anos

de idade incompletos, e o adolescente aquele entre doze e dezoito anos. Entretanto, aplica-se o estatuto, excepcionalmente, às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade, em situações extraordinárias.

Desta forma, para refletirmos sobre o tema da violência contra criança e adolescente, lançaremos mão dos debates construídos por autores brasileiros como Guerra (1999), Libório (2004), Eva Faleiros (2008) e Vicente Faleiros (1998), segundo os quais, a violência contra a criança e o adolescente é todo ato ou omissão cometidos por pais, parentes, outras pessoas e instituições, capazes de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima.

Conceito que implica, de um lado, uma transgressão no poder/dever de proteção do adulto e da sociedade em geral; e de outro, a coisificação da infância. Ou seja, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm em serem tratados como sujeitos de direitos em processo peculiar de desenvolvimento, passíveis de serem influenciados por uma sociedade que privilegia o consumo.

Poder que, ao longo do tempo histórico, foi estabelecido aos adultos social e juridicamente, ansiando sua inferência junto à educação e à consolidação de valores para a formação e desenvolvimento destes sujeitos. Neste sentido, o poder ganha notoriedade e legitimidade, tornando-se necessário para estabelecer as regras e normas de convívio em sociedade. Contudo torna-se violento quando deturpa estas relações, quando contrapõe estes direitos, comprometendo e negando a identidade do outro (FALEIROS 2000).

Libório (2004) afirma que a violência contra criança e adolescentes encontra-se entrelaçada na:

violência estrutural, (em cujo interior encontramos a exclusão social, a influência da globalização e da imposição das leis do mercado), a violência social (expressa nas dimensões gênero, raça, etnia e geracional) a violência interpessoal (presentes nas relações interpessoais, tanto intra como extra familiares, aspectos psicológicos (a construção da identidade e o processo de vulnerabilidade), sendo entendidos dentro do contexto da adolescência, sexualidade, violência e violação de direitos. (p. 26)

Estas violências se influenciam direta e indiretamente, incidindo-se sobre a condição de vida das crianças e adolescentes, a partir de fatores históricos, econômicos, políticos, culturais, sociais e jurídicos, tornando o seu crescimento e desenvolvimento vulneráveis. Por ter um caráter repetitivo através dos tempos, essa forma de violência aparece "naturalizada" no seio da sociedade.

Assim, a violência contra crianças e adolescentes representa toda ação ou omissão que pode gerar lesões, danos e transtornos ao desenvolvimento integral dos mesmos, havendo, assim, uma relação assimétrica e desigual de poder manifestada pela força física, pelo poder

econômico ou político, pela dominação e opressão familiar ou geracional. Caracterizando-se em violência física, psicológica, negligência e sexual. (FALEIROS, 2014)

Neste sentido, a violência contra criança e adolescentes, segundo o Centro Regional de Atenção aos Maus-Tratos na Infância-CRAMI (2013), vem apresentando-se de modo revelador o trato que a sociedade dispensa para estes sujeitos. Esta se revela pelas denúncias recebidas no Disque 100 no ano de 2012, que registraram 130.029 casos de violência, apresentando um crescimento de 58% em relação a 2011, quando este serviço registrou 82.117 denúncias. E, em 2013, o Disque 100 recebeu mais de 124 mil denúncias de violência contra crianças e adolescentes. Isso significa que 14 casos de violência foram registrados, em média, por hora no ano passado.

Estes números são alarmantes, porém não revelam a realidade cruel que vivenciam centenas de crianças e adolescentes brasileiros, tendo suas vidas marcadas pela violência e pela omissão da sociedade em fechar os olhos e ouvidos para os gritos de súplica para sua condição, quando não denunciam, quando (re)vitimizam e ou culpabilizam pela sua condição.

Frente ao quadro de violência contra crianças e adolescentes no Brasil, este vem revelar que os sujeitos têm a vida social marcada pela desigualdade, exclusão e dominação, fato que acompanha a história da sociedade brasileira, atravessando a Colônia, Império e República, conservando, ainda hoje, a visão da diferença pela desigualdade imposta pelo poder do adulto de mandos e desmandos, de utilização, abuso, exploração, exclusão e marginalização em uma sociedade que a consolida e legítima.

A violência, nas suas mais diversas formas de expressão, sempre se fez presente na história da criança e adolescentes. Embora esta tenha se configurado em uma refração das expressões da questão social contemporânea, ela é fruto de uma construção histórica que renegou a criança e o adolescente a um lugar de invisibilidade em vários espaços, seja na família, comunidade e sociedade. Fato que contribui para não terem sido por muito tempo, reconhecidos como cidadãos de direito.

Assim, a violência contra crianças e adolescentes representa toda ação ou omissão que pode gerar lesões, danos e transtornos ao desenvolvimento integral dos mesmos havendo, assim, uma relação assimétrica e desigual de poder manifestada pela força física, pelo poder econômico ou político, pela dominação e opressão familiar ou geracional.

Esta é um fenômeno de difícil apreensão pelo grau de subjetividade, polissêmica e controversia. Entretanto abrange conceitos específicos de violência física, psicológica, negligência e sexual. Estas violências se interligam em uma relação de manutenção mútua, pois elas não ocorrem isoladamente, apresentam-se uma dentro da outra, sem que uma negue

a outra, mas se comunicam e se fortalecem. Dentre as diferentes formas de violência, a violência sexual no eixo exploração sexual comercial se estabelecerá como foco dos debates.

1.4 Sobre a violência sexual contra criança e adolescente

A sociedade brasileira gesta-se em uma estrutura cruel, de desigualdades, não só pela dominação de classe, mas também pela dominação de gênero, raça e etnia, expostas ao desafio histórico de enfrentar uma herança de desigualdade e de injustiça social que exclui parte significativa de sua população do acesso ao mínimo de condições de cidadania. Cidadania é negada pela marca histórica de autoritarismo entre adultos e crianças, reflexo de uma compreensão autoritária e deturpada do poder familiar.

Poderes que se encontram vinculados à imposição de poder socioeconômico, racial, étnico e de gênero que conduzem as teias da sociedade. Assim, a violência sexual manifesta-se como produto de relações sociais construídas de forma desigual que negam o *status* de sujeitos de direitos. Preconizando a Lei 8.089/90, em seu artigo 5º, apresenta que nenhuma criança ou adolescente serão objetos de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, por qualquer pessoa que seja, devendo ser punida qualquer ação ou omissão que atente contra seus direitos fundamentais.

A violência sexual contra crianças e adolescentes encontra-se vinculada a uma relação de poder autoritária, de dominação, de subordinação hierárquica das crianças e adolescentes em relação aos adultos que os renegam à condição de não sujeitos portadores de direitos. Recortando a sociedade de uma forma geral, vinculada a um poder alimentado pelo sistema patriarcal que subordina crianças e mulheres aos subjugues dos homens.

Saffioti (apud AZEVEDO & GUERRA, 1989, p. 50) afirma que a:

relação de dominação-exploração que se estabelece entre o homem, de um lado, a mulher e a criança, de outro lado, é uma relação de poder. O adulto em geral, independentemente de seu sexo, detém poder sobre a criança. Quer se trate de pai ou mãe, de avô ou avó, independentemente do grau de correção de suas ordens e argumentos, a criança deve submeter-se aos desígnios dos adultos. Muitas vezes a criança tem suficiente discernimento para verificar a incorreção da ordem que lhe dá o adulto. Todavia, segundo as normas sociais, não lhe cabe discutir tal ordem, uma vez que o adulto pode não ter razão, mas tem sempre autoridade.

É uma ação que transforma diferenças em desigualdades hierarquizadas, tendo como propósito a dominação e a opressão, tratando-os como objeto e não como sujeitos. Esta não se

restringe às classes sociais mais vulneráveis, ela se circunscreve em todos os espaços sociais e ocorre com mais frequência no âmbito doméstico, atingindo, principalmente, as meninas.

Azevedo (1998) destaca que a violência sexual encontra-se entrelaçada em dois conceitos. De um lado, os conceitos e concepções que uma dada sociedade tem sobre a sexualidade e, de outro lado, o papel vinculado à percepção da criança e do adolescente nesta mesma sociedade. Chama atenção, ainda, para o papel que a família vem ocupando através do tempo histórico, e para a forma como esta influência é influenciada na sua organização.

Para que haja uma compreensão quanto ao conceito da violência sexual contra crianças e adolescentes, implica compreender a natureza do processo que seu caráter sexual confere a este tipo de violência, ou seja, que a mesma:

deturpa as relações socioafetivas e culturais entre adultos e crianças/adolescentes ao transformá-las em relações erotizadas, genitalizadas, comerciais, violentas e criminosas; confunde, nas crianças e adolescentes violentados, a representação social dos papéis dos adultos, descaracterizando as representações sociais de pai, irmão, avô, tio, professor, religioso, profissional, empregador, quando violentadores sexuais; o que implica a perda de legitimidade e da autoridade do adulto e de seus papéis e funções sociais; inverte a natureza das relações adulto/criança e adolescente definidas socialmente, tornando-as desumanas em lugar de humanas; desprotetoras em lugar de protetoras; agressivas em lugar de afetivas; individualistas e narcisistas em lugar de solidárias; dominadoras em lugar de democráticas, dependentes em lugar de libertadoras, perversas em lugar de amorosas, desestruturadoras em lugar de socializadoras; confunde os limites intergeracionais. (FALEIROS 2004, p. 86)

Faleiros (2004) afirma que a violência apresentada não poderá ser entendida como um “ato isolado psicologizado pelo descontrole, pela doença, pela patologia, mas com um desencadear de relações que envolvem a cultura, o imaginário, as normas, e o processo civilizatório de um povo”. Devendo esta ser analisada dentro de contexto amplo, de uma totalidade. Não devendo ser analisada simploriamente em seu aspecto individual, mas é necessário voltar-se para os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais de cada sociedade, região, cidade, município e comunidade, pois, em cada lugar, apresenta suas especificidades que se encontram envoltas nos valores éticos, morais que alimentam as regras e normas de convivência em sociedade.

Diante deste debate, Libório (2004) salienta que a violência contra criança e adolescente comunga vários aspectos que se comunicam e se estreitam, indo desde as relações abusivas sem trocas comerciais às que estão relacionadas diretamente à questão monetária. Gestam-se no seio das relações sociais desiguais, enraizando-se pelos valores culturais que produzem e reproduzem a utilização destes sujeitos, como forma de alimentar o imaginário

masculino em que se produz e reproduz a dominação real e/ou simbólica do macho viril e dominador.

Desta forma, conceituar-se a violência sexual inferida contra criança não é algo fácil, pois a mesma toma, no cenário social, vários aspectos conceituais que convergem e/ou são comuns entre sim, porém comungam-se como:

todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa. (Azevedo & Guerra 1989, p. 42)

É todo ato de qualquer natureza, atentatório aos direitos humanos ao desenvolvimento sexual da criança e do adolescente, praticado por agentes em situação de poder e de desenvolvimento sexual desigual, em relação à criança e adolescente vítimas.

Dentro destes enfoques, visualiza-se uma ampliação do conceito, sendo esta classificada em abuso e exploração sexual comercial. O abuso sexual é toda ação sexual cujo agressor esteja em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a vítima, dentro de uma negação dos direitos da pessoa humana.

Nas situações de abuso sexual, a criança ou o adolescente são usados pelo agressor a fim de obter satisfação sexual, o qual pode não ter o contato físico como o assédio sexual, abuso sexual verbal, telefonemas obscenos, voyeurismo, exibicionismo e pornografia, ou envolver o contato físico através da manipulação da genitália, mama, ânus e ato sexual com ou sem penetração oral, vaginal ou anal.

A exploração sexual comercial caracteriza-se pela relação de exploração e poder, quando o corpo da criança ou adolescente é usado e ofertado a fim de obtenção de proveito deste, bem como a de satisfazer a demanda de consumidores do mercado do sexo. (FALEIROS, 2008)

O abuso sexual de crianças e adolescentes é uma violação dos Direitos Sexuais, porque abusa do corpo, seja pela força, seja pela coerção, envolvendo estes sujeitos em atividades sexuais inapropriadas ao seu amadurecimento físico e psicológico, ao respeito, à dignidade, ao processo de desenvolvimento físico, psicológico, moral e sexual sadios. Este tipo de violência é caracterizado pela não relação comercial, sem fins de lucro, ou seja, é um relacionamento interpessoal que visa puramente à satisfação dos desejos sexuais de sujeito.

Geralmente está vinculada a uma relação de confiança entre o agressor e a vítima, ainda que esta seja de forma momentânea e enganosa, sendo praticada por alguém do

convívio direto ou indireto. O que não significa que seja do convívio familiar, podendo ser praticados por sujeitos do convívio comunitário e institucionais.

Podendo este ser conceituado como:

a situação em que uma criança ou adolescente é usado para gratificação de um adulto ou mesmo de um adolescente mais velho, baseado em uma relação de poder, incluindo desde manipulação da genitália, mama ou ânus, exploração sexual, voyeurismo, pornografia, exibicionismo, até o ato sexual com ou sem penetração, com ou sem violência. (ABRÁPIA, 1992. *Apud* Faleiros 2000 p. 45.)

Faleiros (2000) afirma que designação e classificação do abuso sexual intrafamiliar e extrafamiliar definem o local e ato da violência sexual e não a natureza da relação que se estabelece entre o violentador e sua vítima.

Neste sentido, a violência intrafamiliar é um fenômeno universal e tem muitas manifestações, as mais comuns são as que submetem a mulher, crianças, adolescentes e os idosos ao pai, ao marido e ao provedor, ou ainda, os que colocam crianças e adolescentes sob o domínio e não sob a proteção dos adultos. Desta forma, esta é considerada quando a agressão ocorre dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que podem assumir função parental, ainda que sem laços consanguíneos, ou seja, a vítima e o agressor possuem alguma relação de parentesco.

A violência extrafamiliar é aquela a que estão sujeitos crianças e adolescentes fora do convívio familiar sendo praticada por vizinho, conhecidos, profissionais de instituições com os quais possuem vínculo e/ou desconhecidos. Podendo ocorrer com contato físico ou sem contato físico. Geralmente é alguém com quem a criança e/ou adolescente mantêm laços de confiança.

Dentro do contexto de violência sexual, o abuso ganha maior notoriedade e criminalização, enquanto a exploração sexual comercial repousa no imaginário coletivo em um processo de naturalização e aceitação social, fomentada por um discurso preconceituoso, machista, excludente e marginalizador da sociedade que justifica esta violência como um processo cultural e de acomodação social.

1.5 Exploração Sexual Comercial de crianças e adolescentes

A ocorrência da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes vem, através dos tempos, desafiando as sociedades, e se revela como um grave problema em esfera global. A utilização de crianças nos atos sexuais de adultos, abusos em ciclos viciosos de prostituição de mães para filhas, comércio de virgens para prostituição são algumas das práticas que, por

vários milênios, reproduzem na história da humanidade, rompendo o tempo histórico e se mantendo latente em todas as sociedades contemporâneas.

Neste espaço de produção e reprodução da expropriação dos sujeitos, a exploração sexual comercial vem chamando atenção e mobilizando vários setores da sociedade global no intuito de refletir, analisar e compreender tal fenômeno, possibilitando assim, fomentar estratégias de enfrentamento deste câncer que assola a história da humanidade.

Esta é definida como uma relação mercantilizada e abusiva que tira proveito do corpo de crianças e adolescentes. É estabelecida por trocas monetárias, consolidada em uma sociedade do consumo que transforma as relações interpessoais em objeto de troca.

Dentre os vários fenômenos de violência contra criança e adolescente, a exploração sexual comercial no Brasil, somente na segunda metade do século XX, passou a ganhar destaque e a ocupar espaço nas agendas públicas, principalmente, após a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), realizado no início dos anos de 1990 e, paulatinamente, veio sofrendo evolução conceitual em detrimento ao número de estudos e debates que se direcionaram sobre este. (LIBÓRIO, 2004; SOUSA 2004).

Libório (2004) salienta que, na segunda metade dos anos 80 e início dos anos 90, a exploração sexual contra criança e adolescentes era denominada prostituição infanto-juvenil. Esta vem sofrer modificação somente após a CPI da prostituição (1993), que teve o termo modificado para exploração sexual infanto-juvenil.

Souza (2001) salienta que o termo prostituição infanto-juvenil remete-se a uma ação desempenhada por adultos. Sujeitos que decidem exercê-la de forma consciente assumindo os riscos desta. O que não ocorre com as crianças e adolescentes, estes não têm autonomia ou discernimento para decidirem se querem ou não se prostituir, como também, tornam-se invisíveis na condição de abusados sexualmente, assim, passam a ser vistos como sujeitos prostituídos. Estes são visualizados desta forma, pois são sujeitos em processo peculiar de desenvolvimento, encontrando-se em um período de amadurecimento biopsicossocial, devendo este ser acompanhado, orientado e cuidado para o seu pleno desenvolvimento. (LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990).

Neste sentido, as diretrizes da Lei 8.069/90, principalmente, em seu artigo 5º, que afirma: “nenhuma criança e ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência [...]” e junto com os debates consolidados sobre a situação destes sujeitos, o termo vai ser ampliando para exploração e violência sexual, ganhando novos recortes de reflexão e consolidação nos espaços de debates. (LEAL 1999)

O Congresso de Estocolmo realizado em (1996) torna-se um espaço importantíssimo, pois promoveu significativos avanços na construção de conhecimento e teorização, sendo este

espaço consolidado que definiu o termo exploração sexual comercial em detrimento de suas peculiaridades alimentadas por fatores econômicos, políticos, sociais, jurídicos e culturais, conceituando-a como:

todo tipo de atividade em que as redes, usuários e pessoas usam o corpo de um menino, menina ou adolescentes para tirar vantagem ou proveito de caráter sexual com base numa relação de exploração comercial e poder e declara a exploração comercial de crianças e adolescentes é um crime contra humanidade (LEAL, 1999, p. 10)

Todo o processo já apontado veio colaborar na elucidação deste conceito, estabelecendo a definição e diferenciação dos tipos de violências sexuais praticados contra crianças e adolescentes. Libório (2004) chama atenção ao quinto item da Declaração de Estocolmo (1996), que afirma ser a exploração sexual comercial de crianças:

uma violação fundamental dos direitos da criança. Esta compreende o abuso sexual por adultos e a remuneração em espécie ao menino ou menina e uma terceira pessoa ou várias. A exploração sexual comercial de crianças constitui uma forma de coerção e violência contra crianças, que pode implicar o trabalho forçados e formas contemporâneas de escravidão. (ECPAT End Chil Prostitution, Chil Pornography and Traffick ong of Children for Sexual Pourpose, 2002)

Tornando-se, assim, uma das mais perversas formas de exploração do trabalho e violação de direitos destes sujeitos. Faleiros (2000) afirma que a exploração sexual comercial é conceituada como:

uma violência contra criança e adolescente que se contextualiza em função da cultura (uso do corpo), do padrão ético e legal, do trabalho e do mercado. A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é uma relação de poder e sexualidade mercantilizada, que visa a obtenção de proveitos por adultos, que causa danos biopsicossociais aos explorados, que são pessoas em processo de desenvolvimento. Implica o envolvimento de crianças e adolescentes em práticas sexuais coercitivas ou persuasivas, o que configura uma transgressão legal e a violação de direitos à liberdade individual da população infanto-juvenil. (p.72 apud LIBÓRIO, p.23, 2004)

Dentro destes conceitos, pode-se visualizar que o primeiro se caracteriza como relações abusivas, no qual o poder do adulto se impõe frente à vontade da criança e/ou adolescente, como também é apontado uma terceira pessoa ou vários que caracterizam uma organização hierárquica de poder, sendo a criança e adolescente objeto de troca dentro de uma relação mercantilizada.

Exploração sexual de criança e adolescente referem-se ao processo de *tirar proveito do trabalho sexual* de outros. Ou seja, ocorre no *mercado* do sexo. Um comércio que tem atividades onde é *vendida a própria relação sexual* (prostituição) a imagem do corpo e de relações sexuais ao vivo” (strip-tease, shows eróticos) ou *fotografado/filmado (pornografia)*. (Doc. "Levantamento da situação de exploração sexual infanto-juvenil no estado do Pará".) (FALEIROS p.2000.)

Sabe-se que este é um fenômeno em escala mundial que atinge milhões de crianças e adolescentes, principalmente do sexo feminino. Tal situação é apontada dentro de uma dimensão econômica, política, cultural, gênero e jurídica de cada sociedade em distinto tempo histórico.

Contudo visualiza-se que esta vem se formulando e reformulando com o passar do tempo, ganhando novas dimensões, sendo impulsionada pelo mercado capitalista neoliberal, que consolida a desigualdade, acirrando ainda mais a pobreza.

Assim, o sistema capitalista incute ideologicamente que o consumo é resultado de uma necessidade humana, uma necessidade forjada pelo processo de inclusão. O consumo está vinculado ao poder de adquirir mercadoria e, por meio desta, satisfaz a necessidade dos sujeitos, seja ela qual for. Neste enfoque, a mercadoria passa ser mola propulsora do consumo em sociedade. Sendo, desta forma, o consumo, parte integrante de um processo único, inclui uma totalidade, porém, ainda, sendo diferentes, pois cada elemento possui suas características próprias que se vinculam complementando-se. (ZACARIAS, 2013)

Dentro do sistema, a exploração sexual comercial, tornou-se um negócio complexo e lucrativo que acompanha a história da sociedade brasileira, que produziu uma sexualidade de classe, racista, machista e adultocêntrica.

É importante salientar que o mercado do sexo, principalmente, o que se direciona a crianças e adolescentes, não expõe livremente suas ofertas, como também a procura pelos de serviços. Contudo, encontra-se explícito nas teias sociais, por ser um mercado cativo pela imposição do poder, dominação, alienação e pelas condições desumanas em que ocorrem.

Mercado este que é alimentado pelos aparelhos ideológicos que incute sonhos e fantasias, que deturpam os valores sociais, morais e éticos de convivência, consolidando-se por uma lógica burguesa que, pela relação de troca, reduz tudo e a todos a produtos a serem consumidos, introjetando nestes sujeitos mais um elemento em uma consciência reificada.

Faleiros (2004, p. 66) aponta que esta se estabelece pelo:

valor de uso do corpo aparece, contraditoriamente, sem valor, não só em função do contexto cultural de machismo, da transformação da mulher ou do homem em objeto vendável, mas em função do contexto cultural de machismo, de adultocentrismo e

do autoritarismo e das exigências da rede de exploração sexual. A rede é econômica, social, cultural e política.

Esta se apresenta alicerçada em uma rede criminosa que pouco se revela, porém configura-se como uma teia que envolve toda a sociedade fazendo uso e articulando-se de forma variada no cotidiano de suas práticas, envolvendo os sujeitos nas suas vulnerabilidades, sendo gestado pelo sistema globalizado e articulado com os ideais liberais que promovem um reordenamento político, econômico, social e cultural. Deturpa valores e, ao ser realizado, provoca um empobrecimento generalizado da população e gera exclusão social em decorrência da privação de direitos fundamentais, o que contribui para o estabelecimento de uma estrutura social injusta.

A desigualdade social, os discursos do consumo, inclusão e dominação, na rede de exploração e a violência são condições fundamentais para exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, pois a dominação não é simplesmente a alienação do sujeito em relação aos objetos de domínio, é a perda de identidade e a coisificação da vida, e a percepção que cada sujeito tem das relações que travam consigo próprio em relação ao mundo. Configura-se, assim, uma das mais cruéis formas de expressão da questão social, pois, ao introjetar fantasias, os sujeitos nem se reconhecem dentro deste processo, ao contrário, a experiência torna-se gratificante, possibilitando a estes sujeitos experienciar outras condicionalidades que, dentro de sua realidade, não se concretizariam.

1.6 Tipificando a Exploração Sexual Comercial

A exploração sexual comercial é um fenômeno que atinge o mundo inteiro, mobilizando vários setores da sociedade, tendo seu marco expressivo no que tange à compreensão e ao enfrentamento do fenômeno.

Na busca por desvelar esta realidade, foram consolidados três encontros em nível global, sendo o marco inicial, o I Congresso Mundial contra exploração sexual de criança e adolescente, no ano de 1996, que gestou mais dois, o de Yokohama (Japão) em 2001, e o do Rio de Janeiro em 2008 (Brasil). Estes estabeleceram um novo momento da história no combate à Exploração Sexual Comercial de Crianças e adolescentes, tendo como preocupação central construir um referencial que, estrategicamente, colocasse o fenômeno em um espaço de discussão, buscando ser observado dentro de um processo de reflexão, ação e reflexão, devendo este ser analisado do ponto de vista histórico, cultural, econômico, social e jurídico.

No Brasil, esta problemática rompe a sombra da invisibilidade, ganhando ares de destaque na Comissão Parlamentar da Prostituição Infanto-Juvenil no ano de 1993, consolidando avanços conceituais de destaque e diretrizes no enfrentamento desta.

Leal, (1999) afirma que o I Congresso Internacional contra Exploração Sexual Comercial estabeleceu, em nível global, as quatro modalidades prostituição, turismo sexual, pornografia e tráfico para fins sexuais. Estas apresentam uma dificuldade em suas definições, pois se articulam alimentando e retro alimentando e, por vezes, “se confundem em suas particularidades limitando desta forma sua tipificação e os registros destas”. (p. 78)

Neste contexto, faz-se necessário apresentar as diferentes modalidades da exploração sexual comercial com o objetivo de compreendê-las em suas definições e particularidades.

Prostituição

Sabe-se que a prostituição é uma das mais antigas atividades praticadas pela humanidade, esta é a cristalização da promiscuidade sexual com fins mercantis nas sociedades, onde é estabelecida a negociação dos atos sexuais em trocas não apenas monetárias, podendo incluir a satisfação das necessidades básicas ou acesso a bens e serviços.

Faleiros (2004) salienta que a prostituição não ocorre de uma única forma, esta se apresenta em variáveis que estão ligadas e diferenciadas em forma de serviços e preços. No que tange à prostituição direcionada às crianças e aos adolescentes, este termo vem sendo questionado por militantes e estudiosos da área, por considerarem que estes sujeitos não optam por praticá-la, ao contrário, são induzidos e conduzidos pelas condições impostas que interferem diretamente em suas trajetórias de vida, por suas necessidades e imaturidades psicossociais, favorecidas pelos apelos que os aparelhos ideológicos de uma sociedade do consumo lhes impõem.

Neste sentido, os mesmos não são enquadrados como trabalhadores do sexo, mas, sim, “prostituídos, abusados e explorados sexualmente, economicamente e emocionalmente” por um sistema que exclui e marginaliza estes sujeitos que se encontram como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, em processo peculiar de desenvolvimento. (FALEIROS, 2004, p. 78)

Turismo Sexual

O turismo, em aspectos gerais, é um elemento importante para a vida econômica e social de uma determinada localidade, esta é uma atividade que fomenta a produção de bens e

serviços dos sujeitos, viabilizando o suprimento das necessidades básicas e secundárias.

Barreto (1991) salienta que o turismo provoca, no turista, a busca por conhecer, porém este contato se dá de forma superficial, podendo trazer uma visão muitas vezes estereotipada do espaço visitado, inferir deturpação quanto às relações que se estabelecem, usufruindo da cultura e dos prazeres locais, contribuindo, assim, com um grave problema, o turismo sexual.

O turismo sexual insere-se nas questões econômicas, sociais e culturais, que alimentam o imaginário coletivo dos visitantes como atrativos maiores, crianças, adolescentes e mulheres, ou o prazer que estas poderão lhes proporcionar no período de visitação, dentro de uma cultura machista e de utilização do corpo da mulher como objeto de prazer, como mostrou e mostram algumas propagandas turísticas, ou até mesmo de bebidas alcoólicas com os corpos *seminus* e *sensuais*.

No município de Manaus, esta realidade, em muitos casos, passa despercebida, devido à complacência da sociedade para esta atividade e, o quanto complexa esta é, uma vez que ainda se vive em um estado de coronéis de barranco, onde o detentor do poder estabelece as regras e normas, não respeitando a legislação, uma vez que estes se consideram intocáveis pelas leis. Tomemos, como exemplos, as festas de carnaval, o carnaboi e o boi Manaus. São atividades de que um número elevado de visitantes participa, e não dispõem de nenhuma fiscalização nos acessos aos locais onde se realizam, tornando-se, assim, algo banalizado em que não se quantificam os casos de estupros, assédios e outros tipos de ocorrência envolvendo sexo consentido ou não.

Desta forma, o conceito de turismo sexual apresentado pelo Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes na América Latina e Caribe (CECRIA 2008) enfatiza como:

a exploração de meninos, meninas e adolescentes por visitantes, em geral, procedentes de países desenvolvidos ou mesmo turistas do próprio país, envolvendo a cumplicidade por ação direta ou omissão de agências de viagens e guias turísticos, hotéis, bares, lanchonetes, restaurantes e barracas de praia, garçons e porteiros, postos de gasolina, caminhoneiros e taxistas, além da tradicional cafetinagem.

Frente a este debate, Faleiros (2004) salienta que o turismo sexual caracteriza-se como a forma de exploração sexual que mais se vincula às atividades econômicas, pois envolve uma rede lincada a uma economia globalizada, tendo como principal serviço a prostituição, incluindo, também, a pornografia que atinge a população infanto-juvenil mais vulnerável.

Pornografia

A definição para esse termo é difícil, pois os conceitos de criança e pornografia diferem de país para país e referenciam convicções morais, culturais, sexuais, sociais e religiosas que nem sempre se traduzem nas respectivas legislações. A pornografia infantil é considerada pelos especialistas como uma exposição sexual de imagens de crianças reais ou montadas, incluindo a exposição das partes de seu corpo ou de sua genitália, fotografias de sexo explícito, negativos, projeções, revistas, filmes, vídeos e discos de computadores. (FALEIROS, 2004)

Esta se faz presente não só em fotos, vídeos e revistas e materiais considerados pornográficos, mas também nas literaturas, publicidades e cinemas que venham a apresentar e sugestionar crianças e adolescentes como objeto de desejo sexual, expondo ou sendo usados sexualmente por um adulto.

A produção pornográfica utilizando crianças e adolescentes constitui, portanto, exploração sexual, sendo que são considerados exploradores os produtores (fotógrafos e videomakers), os intermediários (aliciadores e pessoas de apoio), os difusores (anunciantes, comerciantes, publicitários) e os colecionadores ou consumidores do produto final.

Tráfico de pessoas para fins sexuais

Embora o tráfico de pessoas tenha surgido há centenas de anos, é na contemporaneidade que se torna um problema complexo e de dimensões cada vez maiores, pois é realizado com diferentes propósitos que vão desde indústria do sexo aos trabalhos em condições abusivas, servidão doméstica, mendicância forçada e doação de órgão involuntariamente.

O tráfico de pessoas para fins sexuais vem ganhando espaço, rompendo tabus no que tange à visibilidade do fenômeno no Brasil e no mundo através de estudos que apresentam apenas a ponta da grande teia, pois o tráfico de pessoas para fins sexuais encontra-se gestado no submundo do crime, o que inviabiliza o desvelar desta triste realidade, tornando sua penetração difícil, uma vez que conta com uma rede complexa e bem estruturada.

A Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes (PRESTAF 2002) apresenta um cenário deste fenômeno na sociedade brasileira, apontando que, no território brasileiro, existem 241 rotas de tráfico para fins sexuais, sendo 131 destas rotas internacionais, das 110 rotas nacionais, 76 localizam-se na Região Norte, configurando que,

nesta área, as fronteiras tornam-se descobertas, como também as estradas são os rios, o que dificulta a fiscalização e possibilita o livre acesso.

Esta pesquisa identificou um número preponderante de sujeitos do sexo feminino. Segundo a PRESTAF (2002), as crianças, adolescentes e mulheres em situação de tráfico para fins sexuais são sujeitos oriundos de classes menos favorecidas, de famílias em extrema vulnerabilidade social, com baixa escolarização, geralmente são afrodescendentes, com idade de 09 a 15, apresentando maior incidência entre a faixa etária de 15 a 17 anos, que já sofreram violência sexual intrafamiliar e ou extrafamiliar. Tornam-se presas fáceis para os aliciadores, que se utilizam desta vulnerabilidade para manipulação e indução destes sujeitos nesta atividade.

É importante salientar que esta modalidade de exploração sexual comercial teve seu conceito definido na Assembleia das Nações Unidas (1994) como sendo:

O movimento clandestino ilícito de pessoas através de fronteiras nacionais, principalmente dos países em desenvolvimento e de alguns países com a economia em transição, com o objetivo de forçar adolescentes a entrar em situação opressora e exploradora, para lucro dos aliciadores, traficantes é crime organizado ou para outras atividades (por exemplo, trabalho doméstico forçado ilegal e falsa adoção). (Apud FALEIROS 2004, p.81)

O Protocolo de Palermo foi introduzido na Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional em 2000, passando a ser adotado pelo Brasil somente em 2004, este define Tráfico Humano como:

[...] o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou a recolha de pessoas, pela ameaça de recursos, à força ou outras formas de coação, por rapto, por fraude, e engano, abuso de autoridade ou de uma situação de vulnerabilidade, ou através da oferta ou aceitação de pagamentos, ou de vantagens para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sob uma outra para fins de exploração". (Termos do Protocolo de Palermo, art. 2º bis, alínea a)

Estas definições incorporam vários elementos que se solidificam em questões subjetivas que envolvem sonhos e o imaginário dos sujeitos em realizá-los. São incutidos por ascensões faraônicas de vários artistas e personagens públicas que surgem do nada e passam a ter melhores condições de vida. Estes sentimentos são introduzidos através dos aparelhos ideológicos a serviço de um sistema, incutindo que todos podem ter suas vidas transformadas, que todos os seus sonhos podem se realizar.

Como exemplo, temos a história da modelo internacional Gisele Bündchen, menina de cidade pequena do interior do Rio Grande do Sul, descoberta em São Paulo quando passeava em um shopping. Passando a ganhar o mundo, a modelo viu sua vida e de sua família mudar rapidamente, seus desejos e sonhos de sucesso foram sendo almeçados. Estas histórias envolvem o imaginário de meninas e mulheres que se projetam nestas situações na busca por melhores condições de vida.

Assim, a dificuldade para se definir modalidades de exploração sexual comercial é justamente a interligação que uma possui com a outra, criando, assim, uma dicotomia, algumas vezes, frente às suas características básicas. Essa visão também é apontada por Libório (2004) salientando que as quatro modalidades estão diretamente inter-relacionadas, influenciando-se mutuamente, podendo gerar um ciclo vicioso de difícil penetração e rompimento.

Desta forma, infere-se que a exploração envolve uma teia de fatores, sejam eles sociais culturais, sejam econômicos que se alimentam e retroalimentam-se, tornando-se, portanto, um fenômeno complexo que poderá produzir modificações profundas na vida das adolescentes envolvidas. Portanto, essa pesquisa será focalizada nas experiências de adolescentes em situação de exploração sexual, no intuito de desvelar a sua apreensão dentro deste contexto como também do processo de atendimento na Instituição Casa Mamãe Margarida.

1.7 O conceito de Experiência segundo Edward Palmer Thompson

Um dos maiores intelectuais do século XX, Edward Palmer Thompson, apresenta, em suas obras, como foco de debates, os movimentos políticos e culturais dos trabalhadores ingleses dos séculos XVIII e XIX. Contudo, com este debate, se visará compreender o conceito de experiência social.

Thompson, em seus escritos, tem por base os princípios da dialética marxista da historicidade e da totalidade dos fenômenos sociais. Nesta perspectiva, a história é gestada no cotidiano da vida real e nas relações que os sujeitos travam entre si, e entre si e a natureza, estabelecidas por meio do trabalho, ou seja, a história e a história do mundo real. Como afirma Kosik (1995):

Mundo real é o mundo da práxis humana. É a compreensão da realidade humano-social como unidade de produção e produto, de sujeito e objeto, de gênese e estrutura. O mundo real é o mundo em que as coisas, as relações e os significados são considerados como produtos do homem social, e o próprio homem se revela

como sujeito real do mundo social. (Kosik, 1995, p. 23 *apud* MARTINS, P. 116, 2006)

Thompson (1981), ao tomar como base o princípio da totalidade e a historicidade do fato social, estabelece que o processo histórico se dá por intermédio de evidências históricas, apreendendo como se dá a relação de homens e mulheres com o mundo a sua volta, buscando evidenciar como estes sujeitos agem e pensam em sua vida material em determinada condição. Estas relações determinadas encontram-se vinculadas a relações estruturadas em termos de consciência de classe dentro de uma percepção particularizada.

Desta forma, entender a experiência na vida dos sujeitos é compreender a relação existente entre o ser social e a consciência social, ou seja, a forma como estes sujeitos definem e redefinem suas ações e os seus pensamentos.

Assim, o conceito de experiência torna-se fundamental para compreender homens e mulheres como sujeitos, neste sentido, Thompson (1981, p. 182) afirma que:

não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura (...) e em seguida (...) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.

Ao articular a experiência com a cultura, este fomenta a cultura como componente integrador de análise, pois a experiência vivida por um sujeito carrega consigo elementos particulares, pois estas não experienciam apenas no ambiente do pensamento e procedimento, estas também experimentam com os sentimentos ligando a cultura, perpassando desta forma todos os segmentos da existência humana, elas se organizam em função do modo de vida, regras as normas, papéis familiares, de solidariedade, dogmas de fé e percepção de mundo, ou seja, como estes sujeitos se identificam enquanto sujeitos em uma determinada sociedade e lidam com suas particularidades.

A experiência social como instrui Thompson (1981) é a mais rica das possibilidades humanas no que tange à exploração do mundo e à de nós mesmos. Esta é construída através das relações com o mundo e como lidamos com estas relações, que irão influenciar na tomada de consciência. As experiências construídas são internalizadas e transmitidas no cotidiano social através dos tempos com naturalidade sem que se perceba esta transmissão.

Dentro da realidade da sociedade brasileira que consolidou sua história em um apartheid social, na erotização e no uso do corpo feminino como objeto de prazer. Tendo o

afrouxamento das leis e a naturalização do uso do corpo como moeda, onde a violência silenciada em um círculo vicioso é que, acredita-se que a categoria experiência, formulada por Thompson, pode propiciar a compreensão da experiência de exploração sexual comercial vivenciada pelas egressas a partir da dialética entre ser social e consciência social. Ou seja, as egressas serão compreendidas como sujeitos reais que vivem, pensam, sentem suas experiências e dão respostas ao contexto social em que se encontram inseridas.

SEGUNDO CAPÍTULO

DA SITUAÇÃO IRREGULAR À DOCTRINA DE PROTEÇÃO: SISTEMA DE ACOLHIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

A justiça só é cega
 Quando não quer ver
 Quando a lei se nega
 A se fazer valer
 Para uns implacável
 Para outros maleável
 Ou até negociável
 Ter leis em questão
 É o mesmo que não
 Leis sem efeito, que abrem exceção
 Abrem precedentes a dúbia aplicação
 Nunca propiciarão
 Um estado de direito
 Assim não se terá verdadeira nação [...]
 (tribo-de-jah)

Ao debruçar os olhos na história, visualiza-se que, no Brasil, há uma tradição de internação de crianças e adolescentes, sendo uma prática que recorta a história desde o período colonial chegando à contemporaneidade alicerçada nos modelos educacionais e assistenciais de cada momento histórico.

Esta vem, ao longo do tempo, apresentando profundas modificações e variações, tendo como o seu ponto de partida as ações caritativas e filantrópicas que alimentavam todo o processo, modificando-se posteriormente para um paradigma-doutrina de “situação irregular”, tendo como visão central a proteção da sociedade dos “menores delinquentes” em situação irregular, e tratava as crianças como menos criança, o que foi fomentando, assim, a ruptura com este olhar, ampliando para a consolidação de sujeito de direitos com a doutrina de proteção integral, direcionando a todas as crianças e adolescentes.

Neste capítulo, será abordado o resgate histórico do sistema de atendimento, sua política e diretrizes pedagógicas que influenciaram a consolidação do processo de atendimento desenvolvido na Instituição Casa Mamãe Margarida.

2.1 A trajetória das políticas de atenção à criança e ao adolescente no Brasil

As políticas de assistência sempre estiveram um foco principal, a criança e o adolescente pobre. Tanto no Brasil, quanto no mundo, sempre existiram crianças e adolescentes órfãos, desprotegidos, abandonados, sem valor, maltratados e delinquentes.

No que tange à infância brasileira, esta tem seus traços desde a colonização moldados segundo determinações da Corte de Portugal que estabelecia e aplicava a burocracia dos representantes da Corte e da Igreja no trato com os sujeitos, na tentativa de incutir a cultura europeia, porém a resistência dos indígenas fomentou um novo direcionamento aos Jesuítas. Estes passaram a investir “pesadamente na educação e catequização das crianças indígenas que eram consideradas” “almas menos dura”, pois eram mais fáceis de serem controladas e manipuladas. (BATHISTA, p. 22)

Com o foco na educação, foi necessária a retirada das crianças indígenas das aldeias de origem deliberadamente, tinha como proposta o cuidado e salvação, pois estavam tirando-as do paganismo, disciplinando-as dentro das normas e costumes cristãos e europeus. Com o passar dos anos, nos séculos XVI e XVII, Marcilio (1998) salienta que os Jesuítas fundaram vários colégios nas principais vilas e cidades ampliando e consolidando os seus objetivos.

Baptista (2003 p. 22) salienta que, dentre as instituições fundadas pelos Jesuítas, a primeira foi Casa de Muchachos, que abrigava crianças indígenas e não indígenas, órfãos, e crianças abandonadas advindas de Portugal ou não, estas aprendiam a língua local e tornavam-se importantes ferramentas para o desenvolvimento do trabalho do exercício de Jesus junto à população para efetivação dos objetivos dos Jesuítas que era de catequisar e impor ideologicamente a sua cultura, ou seja, a forma de vida e os valores morais e religiosos sem se preocupar de fato com o futuro destas crianças e adolescentes.

Baptista (2003), ao lançar mão de Sposati (2004.p.01) colabora com o debate salientando que a Casa dos Muchachos tornou-se o paradigma que irá recortar a sociedade brasileira, fomentando as bases para os abrigos e internatos educacionais que perduram até atualidade, como forma de cuidado das crianças órfãs e abandonadas.

É interessante salientar que a prática do abandono de crianças não era comum nas sociedades indígenas, esta foi aos poucos sendo introduzida pelos europeus, ou melhor, pelos colonizadores espanhóis e portugueses na América. Baptista (2003) afirma que esta foi impulsionada pela condição de miséria que fomentou exploração e a marginalização dos sujeitos. Contudo, a pobreza não é o único fator que impulsionou este fenômeno complexo do abandono, porém torna-se o primeiro a fomentar. A situação de doenças e mortes, vinculando-se a isto, apresentava a dificuldade da população local de seguirem os costumes europeus

quanto ao modelo familiar monogâmico indissolúvel. Segundo a moral religiosa dominante, os filhos gerados fora do casamento não eram aceitos, seu destino quase sempre era o abandono em via pública, e nas portas das casas e igrejas. Sendo o destino de muitas destas crianças servirem de alimento para insetos e animais selvagens.

Esta situação acaba tornando-se insustentável, uma vez que os valores cristãos de caridade e amor ao próximo consolidavam-se no seio da sociedade local, e a pressão da Igreja para com esta situação fez com que o Vice-Rei estabelecesse duas medidas em 1726, a esmola e o recolhimento dos expostos em asilos. (RIZZINI 2011, p.19).

Neste período, a manutenção para a proteção de crianças abandonadas na sociedade brasileira era de responsabilidade das câmaras municipais, fato este imposto pela Coroa Portuguesa, que estabelecia que estas deveriam dispor de um sexto dos seus proventos e se caso não os tivessem era estabelecido imposto, para o cuidado e proteção destas crianças, situação quase sempre desenvolvida a contragostos, pois suas ações limitavam-se em viabilizar valores irrisórios para as famílias substitutas, ou seja, para as amas de leites, que tinham a função de alimentar e criar estas crianças. Ou repassaram esta responsabilidade para os serviços especiais de proteção (RIZZINI 2011)

Rizzini (2011) salienta que, no século XVIII, surgem de fato as primeiras instituições de proteção à criança abandonada e a meninas pobres, com a implantação do sistema da Roda e Casa dos Expostos pela Santa Casa de Misericórdia.

Este sistema foi o mais duradouro, e até a Independência do Brasil, atendia a apenas três cidades. O primeiro em Salvador em 1726, seguido do Rio de Janeiro em 1738 e, em Recife em 1789. Marcilio (1998) afirma que, ao todo, foram quinze cidades a receberam este sistema. As diretrizes do sistema de Roda do Brasil forjavam-se no modelo da Roda dos Expostos da Misericórdia de Lisboa, onde o cuidado e proteção com as crianças se davam com a introjeção destas em famílias cuidadoras, ou melhor, com as amas de leite até aos três anos e, no máximo, aos sete, retornavam para as Casas dos Expostos a fim de serem recolocadas em famílias que deveriam cuidar, educar e proteger.

Batista (2003 p.23) salienta que este sistema não apresentava nenhum plano, nem objetivo educacional e muito menos profissionalizantes. Este seguia um sistema de clausura, distante do convívio social que isolava os sujeitos, em mundo alheio à realidade social. Somente em 1829, será implantada “uma escola de primeiras letras no Recolhimento da Misericórdia na Bahia”, que deu início ao processo diferente quanto ao atendimento às crianças, de uma forma modificada olhando estes dentro de um novo prisma.

O século XIX irá fomentar profundas mudanças no que tange às políticas públicas de atendimento às crianças. O espírito de caridade da época colonial que era de deixar a doação

de parte ou todos os bens em benefícios das crianças abandonadas, com o passar do tempo vai diminuindo, passando, assim, a beneficência filantrópica a ser cada vez mais pública.

Na fase da filantropia, as primeiras propostas de políticas sociais em favor da infância desvalida vinham sendo ensaiadas desde fins da década de 1830. Começaram por intervir no trabalho das Misericórdias, procurando transformá-las em institutos de proteção à infância abandonada a serviço do poder público. Em outras palavras, procurou-se esvaziar o caráter caritativo de sua assistência. (MARCÍLIO, 1998, p. 193).

Os problemas financeiros e a falta de controle sobre as condições das crianças que eram entregues as amas de leites, põem em crise este sistema que sofria pelas frequentes denúncias de abusos e negligências, que eram representados pelos altos índices de mortalidade infantil. O que irá fomentar profundas mudanças no sistema da Roda de Expostos. No decorrer do século XIX, as Casa de Misericórdia foram perdendo sua autonomia, foram adentrando na dependência financeira dos governos, ficando a serviço do Estado. E sob seu controle, passando a seguir as políticas, regras e normas impostas. Ou seja, os controles a serem adotados e os rumos a tomar. Realidade esta que se circunscribe na história se fazendo presente até os dias atuais.

Em 1855, formula-se um novo projeto de políticas públicas inspirado na nova mentalidade filantrópico-científica que fomentará modificações neste sistema resultando a criação de asilos de educandos, destinados a desenvolver ensino profissionalizante em nove (09) províncias.

A primeira modificação foi a extinção das amas de leite mercenárias, acusadas de serem a principal causa da alta mortalidade infantil, devido à negligência, à ignorância, à falta de conhecimentos e à prática das regras mais simples de higiene que eram ausentes de seus cotidianos.

A partir de então, passou a ser desenvolvido o sistema de escritório para admissão aberta, o que proporcionará conhecer quem estava entregando as crianças, o que inferiu a segunda modificação, que se estabeleceu pela queda do anonimato do expositor, utilizado pelo pai, ou pela mãe, de um bebê para desvencilhar-se de vez de um filho não desejado. Embora continuassem existindo, as Rodas de Expostos perderam seu objetivo, o que colaborou para a queda do número de exposições de crianças.

As crianças deixadas nos Asilos da Roda não eram exclusivamente bebês. O que estabeleceu a terceira modificação, que se deu pela ampliação da idade das crianças para até sete anos e a permanência por tempo limitado. Assim, o Asilo dos Expostos passou a ter um caráter de creche, perdendo as características essenciais da Roda de Expostos. Mesmo com

toda mobilização para o seu fechamento, elas se mantiveram até 1950, quando foram fechadas as últimas unidades em São Paulo e na Bahia. (RIZZINI 2011).

O sistema e as instituições coloniais de proteção à infância abandonada não correspondiam mais às novas realidades e às exigências do Brasil da segunda metade do século XIX. Passando, assim, a necessitar da implantação de um novo sistema e de projetos renovadores que viesse atender às expressões da Questão Social que se gestava no seio da sociedade.

Necessidades que foram promovidas por profundas transformações na sociedade brasileira como a Lei do ventre livre; abolição dos escravos; a queda da monarquia; a separação da Igreja do Estado; a perda do monopólio religioso da assistência social, a modificação e o avanço na legislação social, que influenciaram direta e indiretamente nas políticas públicas e sociais voltadas para infância abandonada.

É na década de 1870 que irá ter início o novo projeto voltado para atender às crianças abandonadas, seguindo o modelo que era experimentado na Europa. Tinha como ideologia a instrução elementar, a formação cívica e a capacitação profissional das crianças abandonadas tendo como ideia prática a participação destas crianças no trabalho em obras públicas, em pequenos jornais e nas fazendas experimentais do Estado.

Buscava-se conhecer, e transplantar para o País, os modelos de assistência e proteção aos desamparados que estavam sendo experimentados em solo europeu. Não se tratava mais – e apenas – de salvar as almas dos bebês encontrados pelas ruas, nas portas de casas ou deixados nas Rodas, ministrando-lhes o batismo, e de praticar a virtude do amor ao próximo; tratava-se de dar à assistência pública bases científicas e equipamentos bem estruturados. Era preciso salvar primeiramente o corpo da criança. (MARCÍLIO, 1998, p. 201)

Tratava-se de preparar essas crianças para que estas pudessem ter um ofício e buscar garantir sua manutenção no seio da sociedade, pois a preocupação quanto à pobreza e miséria que atingia grande parte da população brasileira começou a ganhar força em vários espaços. A campanha republicana introjetou o lema “Ordem e Progresso”, que trazia como proposta que as instituições total¹ realizassem a separação da “infância problemática, desvalida, delinquente, de regeneração ou correção dos defeitos, antes que este passasse a conviver da sociedade estabelecida”. (MARCÍLIO, 1998, p. 194).

No início do século XX, Rizzini (2011) salienta que as críticas direcionadas ao sistema de atendimento às crianças abandonadas estavam diretamente ligadas à falta de organização, ao método de trabalho e à ordem. Estas críticas fomentaram uma nova concepção de assistência: não mais a esmola, mas a reintegração social.

São nos primeiros anos do século XX que a designação da infância mudou. Passam-se a ter crianças menos crianças do que outras crianças, forjando assim um divisor. De um lado, o termo “criança” foi empregado para o filho de famílias bem postas. “Menor” tornou-se o discriminativo da infância desfavorecida, delinquente, carente. Assim, a criança e o adolescente abandonados passam a ser chamados de menores em situação irregular, ou menores infratores, exigindo políticas públicas que respondessem a tal questão, como vinha se configurando.

O modelo de proteção e assistência do menor foi forjado no campo internacional no final do século XIX sob a estratégia de contenção da criminalidade infantil, tendo, na América Latina, o campo frutífero de laboratório de ideias que gestavam na Europa e na América do Norte, tendo a infância pobre como seu alvo.

Bathista (p. 24) afirma que as obras filantrópicas que desenvolviam atendimento aos adolescentes se negavam receber meninas e meninos que foram incriminados judicialmente. Diante desta situação, passou a ocorrer uma pressão para que o Estado viabilizasse a criação de instituições que atendessem a essas demandas.

Em 1921, foi promulgada a lei orçamentária Nº 4.242, que tratava da "Despesa Geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1921". Esta lei trazia, em seu artigo 3º, direcionamentos para a então chamada infância ‘abandonada e delinquente. Esta “autoriza o governo a organizar o serviço de assistência e proteção à infância abandonada”, possibilitado, assim, a criação de abrigos.

Rizzini (2011) salienta que o período de 1923 a 1927 foi o mais produtivo em termo de Lei, promovendo a organização da assistência e proteção à infância abandonada e delinquente.

Em 1923, estabelece-se o Decreto nº 16.272 que regulamentou a assistência e a proteção de menores, este tinha como objetivo atender ao menor, sem distinção de sexo, seja ele em situação de abandonado ou de delinquência. Neste mesmo ano, foi criado o Juizado Privativo dos Menores Abandonados e Delinquentes, sua criação foi influenciada pelo que preconizava a Lei nº 4.242/21 e pela Declaração de Genebra em (1923).

Com a criação do Juízo de Menores, estabeleceu-se um novo padrão com relação à prática jurídica dirigida ao menor. Este atuava dentro de uma perspectiva médico-higienista. O menor passou a ser estudado, examinado e qualificado, levando ao seu enquadramento em certas características morais, físicas, sociais, afetivas e intelectuais, tidas como normais e aceitáveis para sociedade da época como forma de manter a ordem e a higienização social.

O Decreto nº 17.943-A em 1927 constituiu o Código de Menores, mais conhecido como Código Mello Mattos, consolidando desta forma as leis de assistência e proteção a menores.

O Código de 1927 incorpora tanto a visão higienista de proteção do meio e do indivíduo, como a visão jurídica repressiva e moralista. Prevê a vigilância da saúde da criança, dos lactantes, das nutrízes, e estabelece a inspeção médica da higiene. No sentido de intervir no abandono físico e moral das crianças, o pátrio poder pode ser suspenso ou perdido por falta dos pais. Os abandonados têm a possibilidade (não o direito formal) de guarda, de serem entregues sob a forma de “soldada”, de vigilância e educação, determinadas por parte das autoridades, que valerão também por sua moral. O encaminhamento pode ser feito à família, a instituições públicas ou particulares que poderão receber a delegação do pátrio poder. A família é, ainda que parcialmente, valorizada. (FALEIROS V., 2011, p. 47)

Neste contexto, a política assistencialista colocou a infância dividida em dois contextos: os menores abandonados, e os delinquentes. Trata dos infantes expostos – crianças de até 7 anos que se encontravam em situação de abandono, apresentando, ainda, as condicionalidades que identificam essa situação: as condições de habitação, de subsistência, de negligência, de exploração e de maus-tratos. Além disso, tipifica os menores em vadios (artigo 28), mendigos (artigo 29) e libertinos (artigo 30). No artigo 159, o código determina: “Recebendo o menor, o juiz o fará recolher ao abrigo, mandará submetê-lo a exame médico e pedagógico, e iniciará o processo que na espécie couber”. (BATISTA, p. 26)

Como também, o código estabelece que os abrigos fossem subordinados ao juiz de direito, tendo o regimento interno aprovado pelo ministro da Justiça e Negócios Interior.

Dessa forma, o Estado passa a ter competência de proteger a infância pobre com educação e formação profissional, fazendo surgir ainda estratégias dos direitos da criança, pois o Estado assumiu a tutela da infância desprotegida. Iniciando, assim, uma prática de identificação da pobreza condicionalidade para a institucionalização de crianças. (RIZZINI, 2011).

Entre as décadas de 1920 a 1940, o Brasil e o mundo atravessaram uma crise econômica, com destaque para a queda da bolsa de valores de Nova Iorque (1929), proporcionando transformações sociais, políticas, econômicas e demográficas. Neste período, o Brasil apresentava um processo de migração interna impulsionado pelo processo de industrialização, e com ele suscitara as refrações das expressões da questão social latentes na sociedade brasileira.

O discurso de proteção social estabelecido a partir de 1930 ganhou espaço, e os problemas referentes aos menores passaram a ser analisados dentro desta nova ótica e, aos poucos, foram ganhando espaço nas agendas públicas, sobretudo, a partir de 1937, com a

Constituição Federal deste mesmo ano, estabelecendo como dever do Estado prover condições para a preservação física e moral da infância e juventude, e o direito dos pais miseráveis de solicitar auxílio do Estado para garantir a subsistência de sua família, ou melhor, de suas crianças. (BATISTA, 2003).

Assim, o Sistema Nacional de Assistência à Infância foi criado pelo então Presidente da República Getúlio Vargas no ano de 1938, com objetivo maior na integração entre o poder público e a iniciativa privada. O Sistema Nacional de Assistência à Infância irá estabelecer e fomentar o surgimento de novas instituições no trato com a infância. Desta forma, em 1938 foi estabelecida a criação do Conselho Nacional de Serviço Social, dois anos mais tarde, houve a criação do Departamento Nacional da Criança (1940). No ano seguinte em 1941, foi criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), sendo direcionado para crianças e adolescentes delinquentes e carentes, e seu enfoque era correccional e repressivo, como uma das estratégias do Estado Novo para a ordem social.

Segundo Rizzini (2011, p 93) o Sam terá que:

- a) sistematizar e orientar aos serviços de assistência a menores desvalidos e delinquentes, internados em estabelecimentos oficiais e particulares;
- b) proceder a investigação social e o exame médico-pedagógico dos menores desvalidos e delinquentes;
- c) abrigar os menores á disposição do Juízo de Menores do Distrito Federal;
- d) recolher os menores em estabelecimentos adequados, a fim de ministrar-lhes educação, instrução e tratamento somato-psíquico até o seu desligamento;
- e) estudar as causas do abandono e da delinquência infantil para a orientação dos poderes políticos;
- f) promover a publicação periódica dos resultados de pesquisas, estudos e estatísticas.

A ausência do Estado em prover os recursos financeiros previstos para efetivação, estudos, pesquisas e de fato viabilizar a assistência psicopedagógica a estas crianças, forjando a utilização da disciplina dos maus-tratos pelas escolas de reeducação, como instrumento de correção e adequação às normas e regras sociais.

O atendimento realizado pelo SAM em seus anos de atuação cultivou uma imagem extremamente negativa da política pública direcionada à infância. Sua função de fato era muito restrita, praticamente se limitava à internação dos menores

encaminhados pelo Juizado. Em momento algum suas ações sugeriram algum tipo de proteção à criança pobre (REIS, 2010, p. 22).

Neste contexto, não existia uma preocupação de fato em assistir as crianças e adolescentes que necessitavam de apoio material, educacional ou psicossocial.

Em 1942, foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA) uma agência nacional de assistência social voltada inicialmente para apoio aos combatentes na II Guerra Mundial e a suas famílias e, mais tarde, passa a atender à população carente; a Fundação Darcy Vargas: organismo de cooperação financeira de apoio à implantação de hospitais e serviços de assistência materno-infantil em diversos pontos do País; a Casa do Pequeno Jornaleiro: programa de atenção a meninos de famílias de baixa-renda, baseado no trabalho informal (venda de jornais) e no apoio assistencial e socioeducativo; a Casa do Pequeno Trabalhador: programa de capacitação e encaminhamento ao trabalho de crianças e adolescentes urbanos de baixa renda; e a Casa das Meninas: programa de apoio assistencial e socioeducativo a adolescentes do sexo feminino com problemas de conduta. (COSTA; GARCIA MENDEZ, 1994).

A ação do SAM vai, aos poucos, incomodando uma parcela da sociedade devido ao atendimento direcionado às crianças e adolescentes quanto aos maus-tratos e negligência que eram praticados com o discurso de manutenção da ordem sob o jugo da “situação irregular”. Em reação a estes fatos, em 1960, se dará início à formulação de uma nova proposta que irá se concretizar em 1964, culminando com a extinção do SAM.

A década de 1960 foi marcada por fortes mudanças no cenário político nacional, tendo seu ápice em 1964, quando ocorreu o golpe militar que gerou um novo pacto político-social, e possibilitou ao Estado brasileiro um aprofundamento de seu caráter autoritário, de acordo com a doutrina de segurança nacional. O Estado brasileiro assume o papel de interventor e principal responsável pelas medidas referentes à criança e ao adolescente.

Neste mesmo ano, foi promulgada a Lei nº 4.513 de 01/12/1964 que autorizava ao poder executivo a criação da Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), órgão da administração indireta ligado diretamente à Presidência da República, investido de funções normativas e responsável pela coordenação da Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM). Neste contexto, a situação da criança e adolescente passou a ser vista como um problema de segurança pública. (RIZZINI, 2011)

Embora a FUNABEM tenha surgido de um movimento de oposição ao sistema repressivo anterior, ela se incorpora ao sistema repressivo tecnocrata do governo ditatorial que

vai se difundindo nos Estados por meio das FEBENS em parcerias com os Juizados de Menores.

Diante desta realidade, Batista (2003) salienta que as determinações da Política Nacional do Menor, principalmente, no que tange à situação pessoal e social de risco, estabelecidas em seu artigo sexto, asseguravam prioridade aos programas de integração do menor à comunidade por meio de assistência a família, e ou a colação destes em famílias substitutas. Este artigo também fomentava a necessidade da criação ou a adequação das instituições já existentes. Estas adequações deveriam possibilitar aos menores em regime de abrigo a experiência aproximada à vida familiar.

Contudo, a efetivação destas não se consolidaria devido à estrutura centralizadora da FUNABEM e a internação que era gestada pela visão de segregação dos menores marginalizados.

Em detrimento da influência das normativas internacionais na afirmação dos direitos da criança, e com os avanços da medicina, das ciências jurídicas, da pedagogia e da psicologia, nas primeiras décadas do século XX, descobriram-se as especificidades da criança. A aprovação da Declaração dos Direitos da Criança em 1926, pela Liga das Nações, seguida da criação o Fundo Internacional de Ajuda Emergencial à Infância, dará origem a Nações Unidas para a Infância. Assim a criação da UNICEF em 1946, pela Organização das Nações Unidas, fato este impulsionado pelo estado de orfanidades e de abandono de milhares de crianças no mundo, resultado direto da Segunda Guerra Mundial.

O ano de 1959 foi um dos momentos cruciais para luta e os avanços das conquistas referentes à infância. Nesse ano, as Nações Unidas proclamaram o primeiro documento legal de âmbito internacional, a *Declaração Universal dos Direitos da Criança*. A criança passou a ser considerada prioridade absoluta e sujeito de direitos, o que por si só foi uma profunda revolução.

Estas normativas internacionais irão impulsionar uma modificação no trato para com os menores, porém, no Brasil, pouco ou quase nada foi modificado.

Assim, em 1979, foi aprovada Lei nº6.697, ou seja, o novo Código de Menores, que, da mesma maneira que o Código Mello Mattos, não atendia universalmente ao trato das crianças e dos adolescentes brasileiras.

O novo código era direcionado aos menores que se encontravam em situação irregular, ou seja, aqueles que se encontravam:

privados de condições essenciais à sua subsistência, saúde, instrução obrigatória; em perigo moral; privados de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável; com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação

familiar ou comunitária; respondendo por prática de ato infracional. (BATISTA, 2003, p. 27)

Este código acabou com a separação entre os abandonados e delinquentes, possibilitou a ampliação dos poderes do Juiz de Menores, como também, oficializou o papel da FUNABEM – estabelecendo que esta, além de atender aos desvalidos, abandonados e infratores, deveria criar estratégias para prevenir e corrigir as causas dos desajustados socialmente. Como também, estabeleceu a descentralização das responsabilidades, passando as unidades de Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor aos governos estaduais, sendo estas supervisionadas pelas políticas gerais estabelecidas pela FUNABEM.

Batista (2003) salienta, ainda, que as instituições que já compunham o sistema de atendimento foram redirecionadas para as instâncias estaduais que deveriam assumir a responsabilidade de manutenção destas. Embora se exigissem modificações na estrutura institucional para o atendimento, nada se modificou. Esta passou a assumir um sistema de segregação de gênero e idade, separação de membros familiares, e a consolidação de internação por pavilhões, que isolavam os abrigados da sociedade para serem adestrados conforme as regras normativas sociais de normalidades.

A década de 1970 foi um período de reorganização política, econômica e social que impulsionou três importantes iniciativas que irão contribuir para a reestruturação do modo de ver e pensar da sociedade brasileira para com as crianças e adolescente que, segundo Barbeta (1993) apud Batista (2003), foi alimentado pela Teologia da Libertação que surge na década de 1960, difundida por meio de uma análise crítica da realidade social, buscando acolher a população menos favorecida na organização da luta pela conquista de direitos, ou seja, forjava um despertar da consciência para participação política e social.

Este terá, em sua ação concreta, a criação da Pastoral do Menor no Brasil em 1977, tendo a missão de promover e defender a vida das crianças e dos adolescentes empobrecidos que se encontravam em situação de risco, sendo desrespeitados em seus direitos fundamentais. A Pastoral do Menor irá difundir através de suas ações as reais condições de vida das crianças e adolescentes pobres brasileiras, tornando-se, assim, elo fundamental para a quebra de paradigmas institucionalizados socialmente sobre as crianças e adolescentes.

O ano 1979 foi instituído como o ano Internacional da Criança, ação esta que se deu em detrimento à comemoração dos 20 anos da Declaração dos Direitos da Criança (1959). Esta comemoração apresentou um cenário da problemática dos menores, chamando atenção para situação na sociedade brasileira, principalmente para condição dos meninos e meninas em situação de rua e de atendimento nos abrigos.

Este irá contribuir com o fortalecimento do Movimento em defesa dos menores (1979) que, no primeiro momento, apontava as inúmeras atrocidades praticadas contra os mesmos no Brasil, culminando com o surgimento do Movimento de Meninos e Meninas Moradores de Rua.

No Brasil, a década de 1980 irá apresentar grandes modificações e conquistas de lutas iniciadas em décadas anteriores: a queda do governo ditatorial, o crescimento e o avanço tecnológico, principalmente, dos processos de telecomunicações, o que possibilitou à sociedade em geral conhecer as inúmeras atrocidades cometidas durante a ditadura militar, assim como as expressões da questão social do período vieram à tona, tais como situações ligadas à fome, desemprego, violência, moradia, entre outros que foram descortinando a visão e aguçando, desta forma, a opinião e a indignação da população brasileira.

Estas ações contribuíram para o processo de fortalecimento da cultura democrática suscitando, assim, uma articulação com os movimentos populares em defesa dos direitos, da liberdade e da cidadania. Ou seja, levou à redemocratização da sociedade e do Estado brasileiro: reconquistando os “direitos de expressão individual e coletiva, de organização popular e partidária, de greve, de voto, culminando nas mobilizações sociais de 1984/1985 que reivindicavam as eleições diretas para presidente da república”. (RIZZINI, p. 662. 2010)

Como resultado das lutas em 1988, foi promulgada a Constituição Federal de 1988 (CF 88), também chamada de Constituição cidadã que traz em seu bojo artigos específicos direcionados à criança e ao adolescente, inferindo mudanças profundas na forma de ver, pensar, agir com e sobre a criança e adolescente).

É importante salientar que, desde a promulgação da CF 88, se instituíram, gradativamente, com base nos direitos sociais as ordenações legais:

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n. 8.069/90), a Lei Orgânica da Saúde – LOS (Lei Federal n. 8.080/90); a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda (Lei Federal n. 8.242/91); a Lei Orgânica da Assistência Social – Loas (Lei Federal n. 8.742/93), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei Federal n. 9.394/96); a Lei Orgânica de Segurança Alimentar – Losan (Lei Federal n. 11.346/06), além da recente integração dos serviços sociais, por meio do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Esse aparato legal veio possibilitar as condições de assegurar diretrizes de políticas sociais básicas com capacidade de atender às necessidades primordiais da população brasileira.

Frente à desatualização do Código de Menores de 1979, os novos elementos jurídicos normativos, em especial CF 88, que reconhecem crianças e adolescentes como sujeitos de

direitos, assim como garantem o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos décadas anteriores irão dar base de fortalecimento e pressão para aprovação e promulgação da Lei 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Peres e Passarone (2010) salientam que é a primeira lei aprovada seguindo as diretrizes da convenção internacional dos Direitos da Criança de 20 de novembro de 1989, sendo referendada por organismos internacionais como exemplo a ser seguido.

Contudo, Peres e Passarone (2010) salientam que foram os artigos 227 e 228 que possibilitaram a quebra de paradigma no trato com as crianças. Ou seja, um divisor de águas neste trato, pois estes artigos fomentaram a exclusão da situação da Doutrina da Situação Irregular, base do Código de Menores (1979), garantindo espaço ao ECA que institucionalizava a Doutrina de Proteção Integral ao estabelecer em seus primeiros artigos que “toda criança e todo adolescente têm direito à proteção integral, considerando-os como sujeito de direitos individuais e coletivos, cuja responsabilidade é da família, da sociedade e do Estado” (Brasil, 1990)

A Lei nº 8.069/90 – ECA apresenta uma divisão em duas partes livro I e II, a parte geral e a especial. O Livro I dispõe sobre a parte geral, que vai do Artigo 1º ao 85º, dos princípios norteadores, como o da proteção integral da criança e do adolescente, dos direitos fundamentais e da prevenção. O Livro II estabelece a parte especial, que inclui a política de atendimento, as medidas de proteção, a prática do ato infracional, as medidas pertinentes aos pais ou responsáveis, o conselho tutelar, o acesso à justiça, a apuração de infração administrativa, os crimes e as infrações administrativas este vai do artigo 86º até o 267º. De acordo com o artigo nº 86, esta política deve ser realizada através de uma articulação entre ações governamentais e não governamentais, envolvendo a União, os estados e os municípios.

Portanto, o ECA estabelece os direitos das crianças e dos adolescentes, norteando a política de atendimento, dividindo-a em quatro linhas gerais estabelecidas em:

- a. as políticas sociais básicas de caráter universal, como saúde, educação, alimentação, moradia, etc. (art. 87, item I);
- b. as políticas e programas de assistência social (art. 87, item II), de caráter supletivo, para aqueles de que delas necessitem;
- c. as políticas de proteção, que representam serviços especiais de atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso e opressão (art. 87, item III); os serviços de identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos (art. 87, IV);
- d. as políticas de garantias de direitos, que representam as entidades e os aparatos jurídicos e sociais de proteção dos direitos individuais e coletivos da infância e juventude (art. 87, item V). (RIZZINI, p 666 2010)

Para tanto, o ECA estabelece, em seu Artigo 86º, que esta política deve ser realizada através de uma articulação entre instituições governamentais e não governamentais, envolvendo a União, os estados e os municípios, estabelecendo, assim, o Sistema de Garantia de Direitos, que representa o arcabouço da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil, “que se consolida como “um conjunto de instituições, organizações, entidades, programas e serviços de atendimento infanto-juvenil e familiar”, devendo estas desempenhar ações de forma articuladas e integradas nos moldes previstos pelo ECA e pela Constituição Federal de 1988, com o propósito, de fato, implementar a Doutrina da Proteção Integral por meio da política nacional de atendimento infanto-juvenil. (PERES e PASSARONE, p. 66 2010)

No que se refere à ação da política de atendimento estabelecida pelo ECA, esta se configura em três tipos de medidas de ação, sendo estas as medidas de proteção, as medidas socioeducativas e as pertinentes aos pais e responsáveis.

No que tange às medidas socioeducativas, estas são direcionadas aos adolescentes em conflito com a lei que estabelece ações de internação, de semiliberdade, de liberdade assistida, de prestação de serviços à comunidade, de obrigação em reparar danos e a advertência. Estas se encontram estabelecidas no artigo 112 do ECA. Com referência às medidas protetivas, nas quais se inclui o abrigo – são de caráter universal, podendo ser aplicadas a qualquer criança ou adolescente que tiverem seus direitos ameaçados e/ou violados, seja por ação, seja por omissão do Estado ou pela falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável como preconiza no artigo 98 do ECA.

O cenário da história da criança e do adolescente no Brasil nos revela que a segregação da infância pobre em instituições se constituiu em uma estratégia de controle social sobre as classes socialmente menos favorecidas, tendo suas consequências recortando a história e se fazendo presentes ainda nos dias atuais através do elevado número de crianças e adolescentes em instituições fomentando assim um apartheid social.

2.2 Sistema de acolhimento Institucional

O acolhimento institucional tem, na história, a marca de sua identidade, ela reflete a própria história da sociedade brasileira, forjada pelos europeus colonizadores que inferiram a marca das desigualdades sociais, criando desta forma relação de subalternidade e imposição de poder que irá influenciar direta e indiretamente a história cultural e social, alimentando a desigualdade na sociedade.

Duas leis gerem o atendimento em acolhimento institucional no século XX: o Código de Menores de 1927 e o de 1979, ambas apresentam em seu bojo uma proposta de proteção na social que prevalecia uma visão de culpabilização das famílias, classificando as crianças e adolescente como vadios, libertinos, perigosos e delinquentes, propondo e legitimando a repressão das chamadas crianças carentes ou abandonadas.

Com o retrato deflagrado de negligência e maus-tratos que eclodiam quanto ao trato das crianças e adolescentes institucionalizadas, fomentaram-se os estudos e as pesquisas, tendo estes como objeto de investigação, que irão subsidiar a consolidação na Constituição Federal de 1988, o reconhecimento destes como sujeitos de direito e pessoa em processo peculiar de desenvolvimento.

Na busca de atender à criança e ao adolescente dentro de um paradigma de proteção, fez-se necessário consolidar um conjunto articulado de legislações e diretrizes que, nas últimas três décadas, vem fomentando uma nova postura e estabelecendo a regulamentação e a qualificação das atividades realizadas pelos serviços de acolhimento institucional. Como mencionado anteriormente, estas normativas têm como objetivo maior consolidar o divisor de águas firmado com a cultura de institucionalização de crianças e adolescentes, em detrimento ao fortalecimento do paradigma de proteção integral.

Este divisor de águas foi pactuado pela promulgação do ECA em 1990, que determina em seu artigo 92 os critérios que devem ser adotados pelos abrigos. Tendo estes as diretrizes de:

- preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;
- integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;
- atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- desenvolvimento de atividades em regime de coeducação;
- não desmembramento de grupos de irmãos;
- evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- participação na vida da comunidade local;
- preparação gradativa para o desligamento;
- participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Diante destas diretrizes e pela necessidade de atender ao que o ECA (1990) preconiza no que tange ao reconhecimento de que toda criança e adolescente têm o direito viver no seio

de uma família e interagir com a comunidade em que estão inseridos, foi criado O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFA) de 2006, com vista a atender a estas especificidades. Este sinaliza as várias adequações que devem ser implementadas pelas instituições sendo direcionadas a:

- infraestrutura adequada ao atendimento de pequenos grupos e semelhante a uma residência normal;
- localização em áreas residenciais e não afastadas da comunidade e da realidade de origem das crianças e adolescentes;
- preservação dos vínculos com a família de origem quando não impedida por ordem judicial;
- articulação e contato com o Poder Judiciário;
- condições adequadas ao pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes acolhidos, oferecendo o estabelecimento de relações de afeto e cuidado;
- condições, espaços e objetos pessoais que respeitem a individualidade e o espaço privado de cada criança e adolescente;
- atendimento integrado e adequado às crianças e aos adolescentes com deficiência;
- acolhimento de ambos os sexos e diferentes idades, preservando assim os vínculos entre os grupos de irmãos;
- respeito às normas e orientação para as equipes de trabalho, oferecendo a devida capacitação para o trabalho;
- estabelecimento e articulação com a rede social de apoio;
- promoção da convivência comunitária utilizando os serviços disponíveis na rede de atendimento a evitar o isolamento social;
- preparação da criança e do adolescente para o processo de desligamento, respeitando, assim, o caráter excepcional e provisório do regime de abrigo;
- fortalecimento e desenvolvimento da autonomia e a inclusão de adolescentes na comunidade visando a sua inserção no mercado de trabalho, possibilitando-lhes, ainda, as condições de sobrevivência fora da instituição de acolhimento.

O que direcionará o reordenamento das instituições que desenvolviam os programas de acolhimento institucional. Este plano constitui um marco nas políticas públicas no Brasil, pois estabelece um rompimento com a cultura de institucionalização de crianças e adolescentes, determinando, assim, o fortalecimento do paradigma de proteção integral e da

preservação dos vínculos familiares e comunitários, preconizados pelo ECA (1990). A manutenção destes vínculos são primordiais para fortalecer e consolidar a estruturação de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Um outro ponto se dá pela necessidade de profissionalizar as instituições e os atores sociais que desempenham este tipo de atendimento.

Como também vem determinando alternativas de acolhimento não institucional, exemplo disso o programa de família acolhedora. Sendo este uma modalidade de acolhimento diferenciada, que não se enquadra no conceito de abrigo em entidade, nem no de colocação em família substituta, porém podendo ser entendido como regime de colocação familiar preconizado no artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Como um serviço de acolhimento provisório, até que seja viabilizada uma solução de caráter permanente para a criança ou adolescente – reintegração familiar ou, excepcionalmente, adoção.

Embora seja algo ainda pouco disseminado no Brasil, o sistema de acolhimento família acolhedora encontra-se consolidado nos países europeus e na América do Norte. Tal serviço de acolhimento está contemplado na Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2004), como sendo um dos serviços de proteção social especial de alta complexidade. É importante salientar que este serviço atende ao afastamento temporário e emergencial da criança e adolescente de sua família de origem.

Sobre o sistema de acolhimento e as entidades que prestam esse atendimento, encontra-se estabelecido no artigo 90 do ECA, sendo esta diretriz para a construção do Plano Nacional, compactuando que este sistema pode ser oferecido em três modalidades: casas-lares – esta modalidade de Acolhimento Institucional é oferecida em unidades residenciais, nas quais, pelo menos, uma pessoa ou casal trabalha como cuidador residente – em uma casa que não é a sua – prestando cuidados a um grupo de crianças e/ou adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em situação de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta. Estas foram definidas pela Lei 7644 de 18 de dezembro de 1987, e obedecem às definições referentes às entidades que oferecem programas de abrigo e ou casa de passagem.

Este serviço tem como objetivo estimular o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar, promovendo hábitos e atitudes de autonomia e de interação social com as pessoas da comunidade. Com estrutura de uma residência privada, deve receber supervisão técnica, localizar-se em áreas residenciais da cidade e seguir o padrão sócio-econômico da comunidade onde estiver inserida. Devendo ser provida de uma estrutura ambiental mais próxima de uma rotina familiar para proporcionar, desta forma, vínculos

estáveis entre o educador/cuidador residente e as crianças e adolescentes atendidos, além de favorecer o convívio familiar e comunitário dos mesmos, bem como a utilização de redes socioassistenciais disponíveis na comunidade local, devendo atender a todas as premissas do Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente, no que diz respeito ao fortalecimento dos vínculos familiares e sociais, e oferecimento de oportunidades para a (re)inserção na família de origem ou substituta (CONANDA, 2009).

Nas Casas de Passagem, o acolhimento institucional se estabelece em curtíssima duração, quando se deve realizar um diagnóstico eficiente, com vista à reintegração da família de origem ou encaminhamento para o Acolhimento Institucional ou familiar. (CONANDA, 2009).

Seguindo as diretrizes estabelecidas pelas normas contidas nas Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009), o abrigo institucional é definido como:

O serviço que oferece acolhimento, cuidado e espaço de desenvolvimento para grupos de crianças e adolescentes em situação de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. Oferece atendimento especializado e condições institucionais para o acolhimento em padrões de dignidade, funcionando como moradia provisória até que seja viabilizado o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta (P. 29)

A finalidade dos abrigos é que as crianças e adolescentes possam ser reintegradas às suas famílias de origem com maior brevidade, sendo prioridade o seu bem-estar biopsicossocial; ou na impossibilidade de retorno ao convívio com sua família de origem, como ocorre em muitos casos, possam a ser reinseridas socialmente por meio da adoção ou quando atingirem a maioridade aos 18 anos, estes últimos possam tomar sua própria decisão. Para que haja um desenvolvimento pleno dos trabalhos, os abrigos devem realizar um conjunto de ações que são fomentados pelos procedimentos e métodos de acordo com a legislação em vigor e articulados com as diretrizes técnicas apontadas pela política de acolhimento institucional, estabelecido nos documentos que consolida na efetivação destes serviços em geral, mais precisamente pode-se lançar mão da Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes de 2009 e do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária estabelecido em 2006.

Neste sentido, o acolhimento institucional em abrigo é uma medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para posterior retorno à família, não

implicando privação de liberdade. O termo “acolhimento institucional” tem sido utilizado por órgãos do Governo Federal para designar os programas de abrigo nas ONGs que necessitam oferecer proteção, em caráter provisório e excepcional, àqueles sujeitos que tiveram seus direitos violados ou ameaçados e cuja convivência familiar seja prejudicial.

Embora se tenha avançado na forma do trato para com as crianças e adolescentes em situação de risco, os elementos influenciadores da internação destes sujeitos no passado, ainda se fazem presentes até os dias atuais, alimentando, no inconsciente coletivo, a forte visão de que estes são elementos fomentados diretamente pela pobreza. Assim sendo, a família pobre retoma a centralidade da culpabilização, mesmo que de forma inconsciente, pois não dispõe das mínimas condições de velar por seus filhos e filhas.

Assim, buscar-se-á debater dentro de uma visão compactuada de uma legislação que evidencia uma preocupação com aqueles que se encontram em vulnerabilidade. Assim, apresentar-se-á a seguir a visão superada de abrigo como solução mágica para a pobreza, modificando e ampliando o olhar para as condições sociais, econômicas e familiares das crianças e adolescente. Ou seja, para realidade na qual estes sujeitos estão inseridos, que são influenciados e influenciam, como também pela omissão do Estado e da comunidade que fecham os olhos e ouvidos para os gritos de súplica destes sujeitos não só pela infância roubada, mas também pela adolescência negada na sociedade brasileira.

2.3 O acolhimento como medida de proteção

Nas últimas décadas do século XX, no bojo das implantações das diretrizes de proteção integral do ECA (1990), o acolhimento começou a ser estimulado em outras bases. Não mais como forma de adestramento social, mas como espaço de proteção, passando, assim, a ser a última opção depois que todas as outras tentativas fracassaram em garantir segurança e proteção. Devendo ser um lugar que possa acolher as crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados ou negados, seja pelo Estado ou pela família, principalmente pela última. E devido a isso, necessitam ser retirados do convívio familiar de modo temporário como preconiza o ECA (1990)

É importante salientar que, no primeiro momento, foi solidificada a nomenclatura *abrigo* que identificava a situação de colocação destes sujeitos em uma instituição de abrigos, sendo substituída com a promulgação da Lei 12.010/09 que:

Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da

Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943; e dá outras providências (BRASIL 2009).

Esta Lei dispõe sobre o aperfeiçoamento da sistemática prevista para garantia do direito à convivência familiar a todas crianças e adolescentes e apresenta a terminologia Acolhimento institucional em substituição ao abrigamento. Embora se tenha modificado a nomenclatura, ainda se faz uso da terminologia anterior abrigamento com a justificativa de serem sinônimos, o que colaborou para conservar a ideia de que o acolhimento é a medida social mais ajustada.

Ferreira (1995) define abrigo como sendo: [...] refúgio; moradia; abrigado; abrigadouro; cobertura, teto; casa de assistência social onde se acolhem pobres velhos, órfãos ou desamparados [...], sendo apresentado pelo ECA (1990) como a sétima medida de proteção. Apesar de o conceito de abrigo trazer o sentido de moradia espaço de refúgio, jamais será o lar e ou a família das crianças e adolescentes, mesmos que futuramente estes venham gerar um sentimento referência e de pertença a estas instituições.

Minha mãe sempre falava que iria me deixar em um lugar pra me botarem um freio, pra aprender a ser gente de bem, um lugar que eu respeitasse, não sabia bem por que fui para lá, somente depois eu entendi direito, achava que era uma prisão, que eu não poderia fazer nada, que eu iria apanhar, e ser castigada que não queria ficar lá não. Achava que iria disciplinar aquelas meninas, eu não tinha porque estar lá. Tá, eu tinha saído com muitos caras bem mais velhos que eu, saí com o pastor, com irmão da igreja, transei com o meu tio, com o dono do mercadinho, não entendia por que eu tinha que ficar lá, porque muitas meninas fazem isso, me revoltei! Depois de ficar lá vi que a CMM não era nada daquilo que eu pensava, hoje sou muito grata por ter vivido lá, ter conhecido as pessoas - a tia Paula, mãe Katia, minha madrinha, meu padrinho, a tia Elizete as meninas pessoas muito especiais que me ajudaram muito. (MARGARIDA ROSA)

Tia, quando falaram que eu iria para CMM que era uma casa só de meninas, pirei! gritei, xinguei muito, tentei fugir, não queria ir pra lá, não. Ainda mais quando falaram que era colégio de freira – foi difícil me convencerem a ficar lá, só que eu tinha que ficar, era lá ou a rua. O mais engraçado que quando chegamos lá era a hora do pátio, depois do almoço antes do banho parecia uma festa, tocava Calypso, tava cheio de menina no pátio, fui falar com a tia Cláudia e depois fui pro abrigo, não foi fácil ter que aprender viver com muita gente – hoje esse povo todo é minha família, puxa vida! Lá eu fiz meus quinze anos, fui pra escola, aprendi a ser gente. (MARGARIDA AMARELA)

Achei um pesadelo quando falaram que eu iria pra lá, que não podia mais ficar na Central, chorei muito, a tia Rosângela disse que lá era bom, que poderiam ajudar minha mãe e minhas irmãs. Mas não queria ficar.

Desta forma, o acolhimento em abrigo se configura como uma possibilidade de viabilizar e efetivar a garantia dos Direitos Humanos das crianças e adolescentes, sendo este um espaço de possibilidade e não um lócus para a reintegração familiar.

Rizzini (2006) contribui salientando que o abrigo é um espaço que tem como princípios oferecer cuidado e proteção, sendo uma moradia passageira, ou melhor, provisória, temporária, proporcionando as características da vida cotidiana familiar. Assim a Casa Mamãe Margarida (CMM) é uma instituição que compõe o sistema de acolhimento do município de Manaus, ponto de partida para o desvelamento deste estudo.

Esta é uma obra social sem fins lucrativos de caráter filantrópico, social, educativo e religioso que atende a crianças e adolescentes de 08 a 18 anos de idade do sexo feminino, administrada pela Comunidade Salesiana Filhas de Maria Auxiliadora, tendo sua gênese gestada nas diretrizes da Igreja Católica, na data de fundação no dia 02 de abril de 1986, com a proposta educativa e formativa favorecendo a cidadania às meninas-mulheres em situação de risco pessoal e social através do protagonismo juvenil, segundo o estilo salesiano de trabalhar, situada na rua Edmundo Soares número 27 São José II. Sendo uma instituição sem fins lucrativos, esta se mantém através de convênios, projetos e ou doações de empresas parceiras e de benfeitores.

A CMM foi fundada para atender às meninas-mulheres que tiveram, de alguma forma, seus direitos negados e/ou violados, residentes na Zona Leste do município. Tendo como missão, contribuir com a redução do número de crianças e adolescentes do sexo feminino que se encontram em situação de risco pessoal e social, inserindo-as na sociedade através de educação integral, incluindo atividades científicas, culturais, artísticas e manuais, enfatizando a descoberta e ou o (re)significado de valores humanos, éticos e morais, buscando direcioná-las para um despertar da consciência e de um novo olhar para sua própria história de vida.

Devido ao acirramento e ao crescimento das refrações das expressões da Questão Social direcionados às crianças e aos adolescentes, que se consolidavam em violação de direitos, a instituição passou a ser referência no atendimento a esta população. Uma vez que, com a promulgação do ECA em 1990 e com as exigências de adequações institucionais, o Internato Estadual Maria Madalena encerra suas atividades, transferindo a sua única interna para viver aos cuidados da Instituição CMM, apresentando uma ação educativa que coloca a menina-mulher como centro de atenção e de respeito, favorecendo a redescoberta de valores humanos, reencontrando sua autoestima, bem como paradigmas que as levem a experiências maduras e conscientes, preconizando o respeito e a valorização da vida.

A CMM é uma entidade de acolhimento institucional dividida em dois sistemas: acolhimento em meio aberto e o acolhimento institucional, direcionados a três públicos específicos: às crianças, às adolescentes acolhidas e àquelas que tiveram seus direitos violados e por esse motivo foram temporariamente retirados do convívio familiar, salienta-se que estas meninas-mulheres que se encontram em séries escolares que não são contempladas pela Instituição são encaminhadas para rede regular; as da escola – são sujeitos que participam de atividades escolares regulares em tempo integral; e as da atividade – são as que desenvolvem atividades na instituição em um horário, e em outro estão na escola regular. Contudo, todas trazem consigo as marcas da vulnerabilidade social.

Esta população apresenta as demandas que se configuram com as refrações das expressões da questão social como violência física, psicológica e sexual (abuso e exploração), negligência, abandono, maus-tratos, exploração do trabalho infantil e situação de rua são vítimas de uma das expressões mais concretas da exclusão e marginalização social. É importante salientar que as crianças e adolescentes não são diferenciadas por serem acolhidas ou por serem do sistema meio aberto, todas as meninas-mulheres são tratadas de forma igualitária com intuito de trabalhar a igualdade e a valorização do ser.

A instituição apresenta uma boa estrutura para atender ao seu público alvo, constando de um pátio, uma quadra esportiva; no prédio principal, está o acolhimento – na parte de baixo, constam: área de serviço, dois banheiros, uma dispensa, uma pequena cozinha, refeitório, sala de tv e vídeo, e área de armário individual, uma capela, sala de telefone, sala de diretoria; o segundo andar apresenta sete quartos, sendo quatro direcionados às acolhidas e contém cinco camas em forma de beliche e um banheiro, os demais quartos são direcionados às freiras que são responsáveis pelo acolhimento. Contando, ainda, com quatro monitoras.

A área debaixo do prédio seguinte conta com a estrutura da escola em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, onde recebem crianças e adolescentes em distorção idade série em tempo integral, em um espaço de seis salas de aula, conta também com duas salas do serviço social, sala de artesanatos, brinquedoteca, sala da psicologia, uma sala de atendimento médico, uma da secretaria escolar, uma diretoria, uma para coordenação e projetos, sala dos professores, vestiário com seis mictórios e oito lavabos; dispensa, depósito, cozinha, e área de serviço. Na área de cima, constam uma sala de informática, uma de artes plásticas, uma para a psicologia, a biblioteca; quatro salas de aula, vestiário com seis mictórios e oito lavabos, um auditório e um camarim onde se encontram os materiais de canto, dança e do teatro (observação participante).

Ao adentrar na instituição, depara-se com um pequeno jardim não bem cuidado. Contudo, a imagem da nossa senhora Auxiliadora de frente acolhe quem adentra naquele espaço.

Não esqueço de quando entrei na Casa, seu Augusto abriu o portão vi aquela santa me olhando repreendi em nome de Jesus, se lembra? eu era evangélica (risos) porque ela olhava como se falasse seja bem-vinda (pausa olhando para o tempo na busca pela memória) minha mãe pediu para falar com a assistente social, fomos levada até a senhora que pediu para aguardar um pouco em sua sala enquanto levava algo para o abrigo – logo a senhora retornou e minha mãe e a amiga dela que também era Eunice me detonaram – minha mãe desde o início dizia se eu não melhorasse ela ia me mandar para uma casa para me corrigir – quando a senhora me chamou para falar comigo achei que era para dizer que eu não iria ficar, perguntou um monte de coisas depois de um tempo, a senhora pediu para me despedir da minha mãe e me levou lá pro abrigo e quando me dava as últimas informações fiquei sabendo que não iria ficar só três meses como minha mãe havia dito, mesmo com receio porque achava que iria fugir da Casa, me senti muito bem, me senti respeitada e amparada, coisa que não me sentia fazia muito tempo. (MARGARIDA ROSA)

Fui levada pela tia lá da Central de resgate, dizia pra mim mesma que iria fugir quando chegasse lá, só que chegamos logo depois do almoço, o pátio tava cheio de menina, era uma gritaria só, tinha umas que jogavam vôlei, queimada, outras pulavam corda, umas dormiam nos bancos e os tios da instituição estavam no pátio brincando como se fossem crianças também, tudo tava acontecendo debaixo dos olhos da Santa. Os tios da Casa eram diferentes dos lá da Central - como a tia Paula estava no pátio brincando de queimada, quem me recebeu foi a tia Cláudia, o pessoal da Central só me deixou lá, disseram que era pra me comportar e não fugir – a tia Cláudia perguntou se estava com fome, disse que sim, aí ela me levou para o refeitório, achei que ela iria cobrar, fiquei com medo de colocar muita comida porque não tinha dinheiro, depois é que ela foi conversar comigo e me levou para o abrigo. Como só tinha a roupa do corpo, ela chamou a tia Paula e pediu para providenciar com a irmã Socorro roupas para mim, recebi umas roupas novas fui tomar banho, trocar de roupa e depois fui conhecer a Casa toda, nunca tinham me tratado assim (choro). (MARGARIDA AMARELA)

Nem lembro direito do dia que cheguei na Casa, só sei que era no final da tarde, não tinha mais ninguém, a tia Rosângela lá da Central ficou preocupada porque não tinha como me levar de volta, aí veio o seu Augusto, foi quando ele abriu o portão e disse que assistente social ainda estava lá, aí a tia Rosângela deu um sorriso e pediu pra falar com ela e me deixou sentada no banco debaixo da árvore. Como já era quase noite, acenderam a luz que ficava do lado da imagem da Santa, achei linda ela, parece que olhava para gente. Depois a tia Rosângela veio e me levou para tia Paula (risos) é engraçado falar da senhora! aí a senhora conversou comigo, explicou tudo e me levou pro abrigo, me apresentou para irmã socorro. A tia Rosângela me abraçou e foi embora, e eu fiquei me sentindo só, mas logo fui fazendo amizade, foi animado na hora do jantar, já fazia um tempo que eu não comia no prato, lá na central era quentinha e colher de plástico. Lá não rezamos, depois formamos uma fila, mesa por mesa e fomos nos servindo aquilo que queríamos e botava que queríamos. Melhor mesmo foi depois do jantar, tive que ajudar, logo eu que não gostava de fazer nada (risos), me senti em uma casa. (MARGARIDA LILÁS)

Por mais diversos que sejam os motivos que efetivaram a entrada no acolhimento, estes estiveram ligados a conflitos, medos, sofrimentos, abandonos; negligência, exploração etc., o abrigo pode ser um espaço que venha a representar um temor para a criança e/ou adolescente. Contudo, a forma como são recebidos nestes espaços, vai aos poucos quebrando

esta visão e, lentamente, irá mostrar que o seu foco é a proteção dos que tiveram ameaçados ou violados seus direitos (por ação ou omissão do estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; ou em razão de sua conduta – artigo 98 do ECA) previstos na legislação protetiva, tais como vida, saúde, educação, lazer, entre outros, e, desse modo, precisam afastar-se da convivência com a família. O abrigo deve apresentar o tratamento mais aproximado de uma relação familiar, com carinho atenção, respeito e acima de tudo, comprometimento com a formação para o despertar da cidadania.

Segundo a tipificação nacional, o serviço de acolhimento institucional enquadra-se como Proteção Social Especial (PSE) de alta complexidade. Esta é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e a indivíduos que se encontram sua situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. São serviços que requerem especialização na atenção e maior flexibilidade nas soluções protetivas.

Contudo, as refrações da questão social que emanam da imposição decorrente de um sistema que exclui e marginaliza, reflete-se na história de vida familiar das egressas, provocando uma teia complexa de relações de perdas e expropriação, pela não efetivação das políticas públicas que venham garantir a efetivação dos seus direitos.

Não conheci meu pai, ele morreu e me deixou ainda bem pequena e mais três irmãos, sendo que uma de minhas irmãs é especial, então minha mãe não podia trabalhar e nós então vivíamos da ajuda dos outros vizinhos e familiares, da misericórdia de Deus. Quando comíamos frango era festa, na maioria das vezes era salsicha, e aquelas de lata! Era uma vizinha que trabalhava numa fábrica e vinha na cesta dela e ela não comia, ela quem mais ajudava a mãe, porque a mãe também ajudava ela, cuidando do filho dela. (MARGARIDA ROSA)

Não conheci meu pai, só os namorados de minha mãe, ela tinha vários era como ela tinha dinheiro para gente comer, meus irmãos que não são poucos, eles não sabem nem quem é o pai, vivíamos sem nada, às vezes ia pra rua pedir outras vez deixava o peixeiro olhar meus peitos pra ele me dá peixe pra gente comer, meu irmão menor tomava água de leite, porque uma lata tinha que durar um mês pra fazer o mingau (ficou com um semblante sério com olhar vago, como aquilo lhe trouxessem lembranças amargas suspiro profundo) mas é passado hoje comemos frango e carne. (MARGARIDA AMARELA)

Não me lembro de ter uma fatura em casa nem no Natal, passamos muita fome, minha mãe mesmo doida, do seu jeito lutava pra gente ter o que comer. (MARGARIDA LÍLAS)

O que vem infelizmente apontar que a desigualdade na distribuição de renda e a elevação da pobreza inserem-se no processo de violação de direitos pelo próprio Estado em não gerir políticas públicas que venham de fato incluir. Este apresenta um retrato de

desigualdade exposto aos desafios de enfrentar uma herança de injustiça social que alimenta a exclusão de grande parte da população ao acesso ao trabalho honesto e às condições mínimas de cidadania, proporcionando, assim, um quadro elevado de pobreza e indigência que acirra os desdobramentos das expressões da questão social que influencia o deslocamento de dezenas de crianças e adolescentes para viverem em situação de acolhimento.

No ano 2009, o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos – CNCA identificou, por meio de pesquisa, que, no Brasil existiam 36.551 crianças e adolescentes vivendo nas 1876 instituições de abrigos ou estabelecimentos mantidos por organizações não governamentais, identificou-se que um número elevado tinha famílias e estas viviam abaixo da linha da pobreza. Esta situação impulsionou uma releitura do ECA que, em consequência deste quadro, detectou-se a necessidade de rever as normas e políticas públicas do país direcionadas à infância e à juventude; nesta pesquisa, identificou-se, também, que grande parte “das crianças e adolescentes abrigados não possuíam características daqueles que se encontram em condições de adoção. Assim, depois de 19 anos da promulgação do ECA, foi promulgada a Lei 12.010/2009 em 03 de agosto de 2009, estabelecendo um conceito de acolhimento que traz em seu bojo novos elementos que irão propiciar um novo entendimento relacionado ao direito à convivência familiar, pois prioriza a família natural, inclui a família ampliada ou extensa, antes de se pensar na família substituta. Esta, também, fomenta o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Ao priorizar a família como lugar fundamental para alicerçar os valores humanos e sociais da criança e do adolescente enquanto direito, o ECA vem reconhecer a pobreza como um problema estrutural alimentado pela consolidação da desigualdade sucedida nos alicerces da formação do Estado Nação e não como a legislação menorista difundida, como sendo a incapacidade das famílias populares a sua condição de pobreza que consolidava a situação irregular destes sujeitos. Ou seja, a situação irregular era caracterizada pelas condições de vida das camadas pauperizadas da população, passando estes sujeitos a serem responsáveis por seus infortúnios, e não como preconiza este plano.

O aprofundamento e o acirramento das desigualdades sociais com todas as suas consequências, principalmente para os desdobramentos desta nas condições de vida das crianças e adolescentes, forja a necessidade de se consolidar um olhar multidisciplinar e intersetorial, iluminando a complexidade e a multiplicidade dos vínculos familiares e das complexas teias de sobrevivência estabelecidos em seu seio.

[...] deixava ele fazer aquilo comigo, porque ele ajudava minha família, era uma forma de pagar a comida, os remédios da minha irmã (choro) até mesmo o pagamento da água e da luz. Minha mãe não tinha dinheiro para nada, com uma filha especial e mais outros seis filhos ela não tinha como trabalhar, ela não tinha com

quem deixar a gente, ficávamos brincando nas casas dos vizinhos com os filhos deles pra gente ter o que comer. (MARGARIDA ROSA)

[...] minha família é um grande quebra cabeças (risos) é engraçado e triste, minha mãe tinha vários caras, eram eles que de um jeito ou de outro ajudavam ela a nos dar de comer e onde morar, porque a gente não tinha onde morar. Vivíamos se mudando, até ela encontrar o pai (padrasto), ele levou a gente para casa dele foi bom, só que a mãe não conseguia ficar com um homem só, bebia muito e ele cansou de ser chifrado e das confusões que ela fazia. Foi embora, mas deixou a casa pra gente ele gostava muito de nós, e tudo voltou como era antes, só que agora eram eles que iam pra casa, era briga, bebedeira, drogas [...] tínhamos que sair correndo e pedir ajuda pros vizinhos que sempre abriam a porta pra a gente, passava fome, íamos pra rua pedir dinheiro pros homens. (MARGARIDA AMARELA)

[...] lá em casa a gente não tinha nada, a geladeira foi dada pela vizinha, não tinha cama, era só dois colchões de espuma jogado no chão, o fogão foi achado na rua, alguém jogou e a mãe levou pra casa, mas não era muito usado porque não tinha dinheiro pra comprar gás não, aí a gente fazia a comida no fogareiro. Também não adiantava ter muita coisa mesmo, a casa era só um quarto e o banheiro era no quintal, a água e a luz era gato mermo (risos) - Minha mãe não ligava muito pra gente não, ela tinha que fazer dinheiro, saía cedo e às vezes nem voltava, a gente ficava só, era a vizinha que ficava de olho pra gente pra ir pra escola, eu né! Os outros não estudava, tudo porque tinha merenda, às vezes tinha que pedir leite da vizinha pra fazer o mingau do meu irmão mais novo, água de leite, porque não tinha muito e nem dinheiro pra comprar, tinha que durar. (MARGARIDA LILÁS)

Mesmo com a centralidade da família nas políticas públicas, nem sempre seus membros conseguem receber a proteção necessária para garantir sua sobrevivência, a ter acesso a ela ou ao bem-estar de seus membros; por outro lado, recebem, depois de se terem instalado as múltiplas refrações das expressões da questão social, aumentando os problemas no bojo familiar. As complexas relações vividas nas teias do cotidiano, como desemprego, pobreza, desigualdade, exclusão social, marginalização, contexto de violência, favorecem para que famílias e seus membros sejam expostos a situações de vulnerabilidade e risco, inclusive aquelas em que crianças e adolescentes são afastados de suas famílias naturais e encaminhados para instituições de acolhimento. (CONANDA, 2009)

É importante registrar que a família tem conhecimento de sua importância no cuidado e no bem-estar de seus membros, sendo esta o âmbito privilegiado e o primeiro a proporcionar a garantia de sobrevivência a seus integrantes, especialmente aos mais vulneráveis, como as crianças e os adolescentes, proporcionando-lhes o carinho, cuidados, a absorção de valores éticos e de conduta; bem como a introdução das crianças e dos adolescentes nos valores culturais da sociedade em que estão inseridas, elementos fundamentais para o desenvolvimento da população infanto-juvenil.

Desta forma, faz-se necessário salientar que o padrão estabelecido socialmente de família diverge da complexa e da diversidade vivenciada no tecido social. Contudo, é o modelo tradicional de família que fomenta não só as políticas e a legislação, mas também norteia os registros históricos que consolidam as relações sociais.

A sociedade brasileira passou a adotar o modelo europeu de família, excluindo, ou melhor, negando as outras experiências familiares encontradas entre os povos indígenas e negros. Esta negação se respaldava pelo fato de estes serem considerados seres de segunda classe, sem reconhecimento e valorização para a sociedade da época.

E nos meados do século XX, os movimentos de higienização da sociedade e os processos de modernização, urbanização e industrialização influenciaram e consolidaram a propagação o modelo de família nuclear burguesa como a família moderna que contraditava com o cenário da população brasileira. Este estereótipo irá ser reforçado socialmente pelos aparelhos ideológicos, principalmente pelas religiões, em destaque a católica, que irá afirmar que este modelo de pai, mãe e filhos formados pelo matrimônio é o sagrado, o normal e o aceito aos olhos de Deus.

Nas décadas seguintes, novos valores em torno da família irão ser fomentados na sociedade, impulsionados pela urbanização, pelo crescimento da industrialização, pelo aprofundamento nos debates de gênero, revolução sexual, a saída da mulher para o mercado de trabalho, a lei do divórcio fatos estes que, conseqüentemente, impactaram na organização, formação e na teia de sobrevivência familiar.

Contudo, mesmos com estas mudanças interferindo no conceito de família, a legislação brasileira ainda a vincula aos laços de sangue, à relação conjugal e ao padrão nuclear. Como demonstra a Constituição Federal de 1988 que reconhece como unidade familiar a que é constituída pela “união estável entre o homem e a mulher”, assim como a comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes. Desta forma, o ECA reafirma a definição constitucional, reconhecendo por família natural “a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes”. (ECA art. 25)

A família brasileira encontra-se em situação de mudança, sendo influenciada por novos valores sociais que passam, por vezes, distantes da legislação e das políticas públicas foram desenhadas para atendê-la. Abarcando os diferentes arranjos possíveis entre as relações de consanguinidade, de afinidade e de descendência, como sendo características de família e extrapolando, assim, o limite da coabitação. Assim, o olhar flexível sobre a disposição de cada arranjo familiar, disposto a captar sua singularidade e, principalmente, o que isso representa como potencial a ser fortalecido pode contribuir para a construção de novas soluções para os problemas vivenciados pela infância e pela adolescência brasileira em situação de risco.

Neste sentido, o cuidado e proteção com a família se concretiza através da assistência social como política pública de direitos e cidadania e como dever do Estado em provê-la, no campo da dívida social brasileira com os excluídos, da inclusão dos “invisíveis” dentre os

brasileiros, implica possibilidade de ampliar o alcance da cidadania e da proteção social, para uma lógica contrária à contributiva, e à “cidadania regulada”, pela inclusão pelo critério de cidadania, pelo direito à vida, à proteção social, independentemente de contribuição, embora mantenha o critério da necessidade.

O modelo de proteção social estabelecido pela política de assistência social consolidada nas legislações vigentes e normatizados pela NOB/SUAS 2005 que têm a família como pilar central do tripé composto pelo Estado e pelo Mercado. Sendo responsabilidade do Estado intervir quando a família não cumprir seu papel, devendo prevenir as possíveis falhas da família em não assumir o seu papel. Embora tenham ocorrido mudanças significativas na organização familiar, os papéis encontram-se quase rígidos, estabelecidos pelo modelo familista, que reforça a desigualdade de gênero, à medida que direciona para mulher mais responsabilidades no cuidado e proteção de seus membros, sem que haja o devido amparo do Estado.

Minha mãe tinha que se virar para manter a gente, tinha de se submeter a fazer qualquer coisa, ter que engolir sapo, para dar nosso sustento, tinha ainda que responder tudo isso ainda pro Juiz, porque tinha ainda uma filha especial e e e ninguém, do Estado dava ajuda pra ela, porque minha mãe nunca, nunquinha mermo recebeu uma orientação de verdade em toda vida e e, olha que ela foi em muitos muitos mesmos órgãos de como aposenta ou de ter uma ajuda pra minha irmã, no máximo era o o o remédio que ela pegava. (MARGARIDA ROSA)

Não sei por que dizem que a gente tem direito a alguma coisa, minha mãe ficou de canela fina tentando conseguir alguma coisa pra ajudar ela, se não fosse mesma do jeito dela agente tinha morrido de fome mesmo. Todas as vezes que ia pra aquele tal de CRASS e era uma coisa diferente que pediam, sei que ela teve que tinha que tirar o registro meu e dos meninos, porque tinha perdido, aí, foi difícil porque era muito caro, também, quem manda fazer tanto filho (risos) – aí ela não podia receber ajuda, da bolsa gás, da bolsa família etc. porque não tinha como ir e nem dinheiro para pagar. Meus irmão e eu fomos tarde pra escola, às vezes a gente nem ia pro médico porque nem tínhamos documentos. (MARGARIDA AMARELA)

A imputação da família na proteção social, sendo função atribuída pela assistência social, sobrecarrega a mulher, à medida que a mesma além da necessária inserção no mercado de trabalho na luta para garantir a manutenção e a sobrevivência do grupo familiar, deve dar conta das tarefas domésticas e dos cuidados dos membros mais fragilizados, sem o devido suporte e aparato público estatal. Propiciando, assim, o crescente cenário de vulnerabilidade que alimenta e retroalimenta a situação de risco para que são empurrados as crianças e adolescente.

Nesta perspectiva, estabelece-se a necessidade da mudança na forma de perceber a criança e o adolescente, não mais dentro de uma premissa estabelecida por um estereótipo da ideologia dominante, mas em uma totalidade, sendo indissociável do seu contexto sócio-

familiar, levando-se em conta a sua percepção de mundo, a partir da experiência que se fomenta em sua interligação com o mundo. (MERLEAU-PONTY,1999).

A experiência de mundo precede a sua consciência, a consciência de mundo se dá a partir do mundo vivido experienciado e internalizado, sendo estas subjetivas e vividas, internalizadas, promovendo a transformação e a singularização do sujeito.

É importante salientar que a pobreza, por si só, não é motivo para o acolhimento das crianças e adolescente, mas suas inferências que se apresentam como vulnerabilidade social que irão colocar a criança e adolescentes em situação de risco.

Neste sentido, os abrigos institucionais surgem como respostas mágicas para suprir a pobreza fomentada pela desigualdade social, pois têm a obrigatoriedade de viabilizar e prestar um atendimento que venha garantir a efetivação dos direitos e da plena cidadania da criança e do adolescente. Como também trabalhar a família para que esta possa criar estratégia de sobrevivência e autogestão.

Dentro desta perspectiva, buscar-se-á identificar como a instituição Casa Mamãe Margarida, por meio do seu sistema pedagógico em uma perspectiva de olhar diferenciado para com as crianças e adolescentes, suscita a possibilidade de se gestar a percepção de direitos e deveres sociais, como também de se perceber como sujeito protagonista de sua própria história.

A vida mostra vários caminhos, muitas vezes estes se transformam em grandes abismos, recheados com pedras, espinhos e muita tiririca que machucam, ferem e sangram, tornando-os, às vezes, sujeitos agressivos, medrosos, frios, distantes, preocupados apenas em levar vantagem ou de acreditar que os meios justificam os fins. Contudo, é importante destacar que cabe a cada um fazer a escolha de construir a sua estrada de vida da melhor forma possível, aproveitando todas as possibilidades que a vida lhe apresenta. Neste sentido, as adolescentes egressas atendidas na CMM contam com o trabalho desenvolvido pela instituição que é norteado por seu Projeto Político Pedagógico, alimentado por princípios e valores humanos que buscam, nas adolescentes, o melhor que estas têm para oferecer, mesmo que sejam resistentes em perceber.

2.4 Projeto Pedagógico da Instituição Casa Mamãe Margarida

A formação social e o valor informativo, formativo e simbólico da Instituição escolar vêm ao longo do tempo representando um papel importantíssimo no desenvolvimento dos

sujeitos nas sociedades como elemento primordial para o encadeamento destes, a fim de efetivar a formação na e para a cidadania.

Neste sentido, pensar em sistematizar ações que possam fomentar transformações futuras está ligado a uma preocupação da sociedade contemporânea em controlar o tempo presente, na busca de garantir o tempo futuro a ser dominado transformado e modificado, pois constitui-se em um espaço a ser construído. (BOUTINET 2002).

O amanhã é o futuro do hoje, hoje é o futuro do ontem, e o ontem é o passado do agora, podendo ser trabalhado, sistematizado por ações que venham a viabilizar cada vez mais a possibilidade desse domínio sobre o espaço sobre si mesmo, enquanto ser humano, sobre os outros que ainda não se encontram tão preparados e que necessitam de auxílio para decodificar a realidade social posta como está consolidada, negando, excluindo marginalizando e negligenciando os sujeitos na sociedade. (PORTELLI (2006)

Boutinet (2002) salienta que, na presente sociedade globalizada, onde as frenéticas transformações tecnológicas aceleram o processo de informações, intensificando o ritmo das ações e decisões levando o sujeito, a cada segundo a se deparar com novas exigências. Para tanto, a melhor forma de evitar esta situação seria, então, a antecipação, ou melhor, a preparação de um projeto que viesse consolidar os princípios, valores e ações focadas em objetivos individuais e coletivos que preparassem os sujeitos para esta condicionalidade.

Para esta sociedade dinâmica em incessante transformação, o projeto seria um documento transitório, à medida que se constitui efetivamente, este é baseado na busca da permanência na globalização e em proporcionar mudanças.

Assim, a Casa Mamãe Margarida se expressa pela necessidade de se manter a identidade garantindo a obtenção de sucessos, atendendo, assim, aos objetivos da instituição e da própria sociedade em detrimento das particularidades das adolescentes atendidas, uma vez que trazem consigo histórias de vida onde o agora é o que se tem, o amanhã é uma continuação deste, sem perspectiva de um futuro diferente, mesmo porque não se reconhecem como sujeitos, que podem fazer escolhas, mas como pessoas que apenas vivem atreladas à negação de direitos que suas famílias vivenciaram, ou mesmo, a continuação do ciclo das múltiplas violências vividas por suas genitoras como se fosse o seu destino.

Embora o Projeto Político Pedagógico seja uma exigência normativa, este, antes de tudo, é uma ferramenta ideológica e política que visa à gestão dos resultados por meio da projeção, organização e acompanhamento de todo universo institucional.

Neste sentido, a vida social das crianças e adolescentes em situação de risco ganha relevância e centralidade no bojo do Projeto Político Pedagógico. Esta centralidade encontra-

-se solidificada nos critérios gerais do PPP da instituição Casa Mamãe Margarida, tendo como ponto de partida: “colocar a menina como centro de atenção e de respeito”;

- Acolhê-la como ela é;
- Deixá-la livre (escolher o curso que quiser fazer deixar portões e portas abertos deixá-la no pátio ou dormir se no momento da conquista ela assim o quiser);
- Construir um clima de família (esta é a nossa casa);
- Não exercer nenhuma forma de sacramentalização. É importante que ela não se sinta pressionada, nem pelo aspecto religioso;
- Demonstrar sigilo sobre sua vida íntima, sua história; procurar conhecer o meio onde vive a sua família, parentes (quem é responsável por ela);
- Favorecer uma descoberta de valores para que possa protagonizar uma história pessoal nova, reencontrando sua autoestima, bem como valores morais e evangélicos, que a levem a opção de vida digna, madura e consciente;
- Despertar e incentivar a cidadania; [...] (P.P.P 2006, p. 07)

Nesta perspectiva, as trajetórias de vida, ou melhor, as adolescentes, enquanto sujeitos, são eleitas e passam a ser ponto de partida para o processo educativo na instituição, são valorizadas e respeitadas pelas suas ações e opções que se estabelecem em um cenário de construção de valores e aprendizados. Estes são impulsionados pelos critérios educativos:

- Educação Básica como ponto referencial para a preventividade das meninas de periodizadas, oferecendo-lhes o Ensino Básico da alfabetização à 4ª série;
- Uma educação integral, onde a menina possa descobrir e desenvolver suas aptidões científicas, culturais, artísticas e manuais oferecendo oportunidades de atendimento biopsicossocial (médico, psicológico e social);
- Uma educação que vise, com especial atenção, reconstruir os “cascos” de gente que restaram das meninas que sofreram violência e exploração sexual, maus- -tratos, exploração no trabalho, vícios e envolvimento com “galeras”. (P.P.P 2006, p. 07)

A necessidade de trabalhar o processo de educação formal faz-se necessário uma vez que as adolescentes, ao chegarem a instituição, encontram-se em distorção de idade-série, algumas provenientes da situação de negligência do Estado e da família em não proverem as condições mínimas para a inclusão escolar, outras por abandono proveniente da exploração do trabalho infantil, fugas do lar, violência sexual e/ou mesmo de uma gravidez precoce.

Situações estas que se ligam a um cenário social que estabelece a educação como elemento primordial para inclusão dos sujeitos na sociedade.

A escola sempre foi um problema, pois entrei muito tarde, já tinha 10 anos quando fui pra escola, quando eu era criança minha mãe de tanto viver mudando de um canto pro outro, acabou perdendo meu registro – aí ficou difícil né, eu estudei como ouvinte – não gostava de ir não, porque a professora lá ficava falando que eu não era aluna, que era uma ajuda que a escola dava pra minha mãe, porque eu era o muito danada e e rebelde e briguenta. Eu fugia, brigava e ia pra rua mermo, e e ficava andando com os caras e ganhava grana e ainda a a levava pra casa – às vezes (olhos marejados, com olhar distante). Só quando eu vim pra Casa que eu estudei mermo, fiz uma prova com a tia Elizete e fui para sala da tia Cris, na segunda série eu acho. A senhora sabe, se a gente não estuda não tem trabalho melhor. (MARGARIDA AMARELA)

Libaneo (1994) salienta que “a educação é um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária para existência e funcionamento de toda a sociedade.” Assim, a educação é um requisito para o sujeito ser aceito em uma sociedade, ou melhor, em um grupo social. Seus costumes e valores devem estar de acordo com os do grupo. Caso contrário, suas ações serão consideradas inadequadas, não aceitas, condenadas para a convivência em sociedade. Onde o desejo em se inserir ou atingir a um certo grau de mobilidade social alimentado pelas relações do cotidiano e os meios de comunicação social, mesmo que de forma simbólica venha garantir a inserção em grupo sem ter consciência dos valores humanos, sociais, éticos, sem se perceber em uma teia que deturpa, deprecia e precariza as relações sociais (p.16-17).

A experiência é um termo médio necessário entre o ser social e a consciência social: é a experiência (muitas vezes a experiência de classe) que dá cor à cultura, aos valores e ao pensamento: é por meio da experiência que o modo de produção exerce uma pressão determinante sobre outras atividades: e é pela prática que a produção é mantida. (THOMPSON, 1981, p. 112).

É importante salientar que as “estruturas objetivas” geram efeitos sobre as vidas das pessoas. No momento em que a consciência social é determinada pelo ser social, assim na tentativa reconstruir ou construir valores é que a Instituição Casa Mamãe Margarida tem por base, em seu PPP, o Sistema Preventivo alicerçado em um tripé consolidado da pedagogia Salesiana: Razão, Religião e Amorevolezza, pilares que fundamentam o agir: a Devoção a Maria Auxiliadora, Jesus Sacramentado e amor ao Papa. Este para Damas Humold (2004 apud Santos 2007) tem seus significados como sendo:

A Amarevolezza é uma palavra Italiana que não tem um significado em português, podendo assim ser atribuído o significado de amor, ternura e docilidade. Para Damas Humold (2004), tem o seu significado dentro de uma dimensão afetiva da educação. Esta dimensão

parte de um olhar sobre as pessoas e de as suas histórias, o que vem agregar o que é estabelecido na pedagogia do ambiente, que vem se configurar como uma nova proposta de relações educativas, forjadas nos vínculos afetivos que possibilitam construir no ambiente escolar um ambiente familiar. No caso das adolescentes atendidas por esta instituição, muitas vezes, é a única possibilidade de perceberem e experienciam o sentido de família, de proteção e cuidado sem ter que ofertar algo em troca, mas de uma educação que se estabelece em novos princípios.

Eu não queria de saber de estudar, só queria brincar, tinha muita dificuldade, era assim, como posso dizer meio burrinha, quando fiz a prova com a tia Elizete achei que ia ficar na alfa com a tia Eneila, mas fui pra segunda com a tia Cris, a tia Cris ajudava a gente de todo o jeito, lá não tinha essa não! Éramos todas juntas, menina grande, menina médias e menina pequena, tinha gente de todo tipo, e a gente aprendia uma com as outras, tinha menina que gostava de funk, brega, de dormir – eu era desse grupo (risos), de jogar e a tia Cris dividia e fazia a gente estudar com aquilo que a gente gostava né! e aí fica fácil apreender, ler com as músicas e a ver o que elas falavam pra gente e da gente, não entendia direito porque ela se preocupava com a gente e a única coisa que ela queria era que a gente se desse bem nos estudos e na vida. (MARGARIDA LILAZ).

Na Casa, a gente aprende com tudo, cada coisa tem uma lição, que faz a gente pensar, não que lá seja tudo flor, até o espinho que faz doer também ensina a gente a pensar – pensar que agente vive em um sobe e desce na vida, que tem que aprender com os erros e buscar novos caminhos, nunca fui um exemplo de menina, sempre bati primeiro para me defender, e e atacava antes, às vezes, sem necessidade e que agente apanha tanto que não quer mais apanhar; de saber que ninguém, ninguém mermo, nem a tua mãe faz algo pra ti sem querer algo em troca. Lá na Casa, a gente aprende que nem sempre a gente tem que ser assim e agir assim, que a gente pode apreender como a tia Paula falava, de se politizar, de conhecer os direitos para agir na conversa e ver que sempre tem algo bom pra oferecer, nem sempre se tem que se vender pra comer. (MARGARIDA AMARELA)

Sendo a família o primeiro território que internaliza a hierarquização das relações através do processo de socialização, estabelece a normatização de comportamentos e condutas esperado ou cristalizado por relações hierarquizadas. São nessas relações que são internalizados os códigos de conduta e comportamento que nem sempre são aceitos socialmente. Estes são construídos a partir de suas experiências no contexto familiar forjado pelas múltiplas faces da violência que priorizam a sobrevivência, dando ênfase às relações coisificadas no ter, e não no ser.

Assim, a Amorevolezza prima em seus princípios pelo atendimento individualizado e personalizado com a participação ativa dos sujeitos atendidos (adolescentes, monitores, professores, psicólogos, assistentes sociais e técnicos em geral), que propiciam um ambiente que envolve os conteúdos da educação formal, consolidando com a educação não formal, na busca incessante pela educação para a vida, utilizando todas as atividades culturais, de esporte e de lazer como espaço prolífero de aprendizado, mostrando que dificuldades, falhas e erros

são passíveis aos seres humanos, e estes devem apresentar uma reflexão para possibilitar o desenvolvimento emocional e social, ou seja, ver as ações fomentadas pela razão.

De acordo com Nanni (2014), falar de razão no contexto cultural do século XIX, iluminista e liberal, “significava também uma modalidade de vida, os valores que eram racionais, humanos, que qualquer um podia perceber, compreender, aceitar, apreciar, para fazer deles o horizonte de vida e do agir bem”. No sentido político e social, o autor salienta que, na visão e mentalidade moderna, razão e racionalidade estabelecem um modo de “ver apoiado nas ciências e nos valores civis compartilhados por todos” Podendo, assim, inferir que são “a encarnação dos princípios constitucionais, ou dos direitos humanos”. (p.24)

Para Santos (2007), a razão é trabalhada para proporcionar aos sujeitos o uso consciente e ético em momentos de medo agressividade, violência, ou seja, é a capacidade de compreender e superar uma situação presente, buscando-a, rompendo-a, buscando superá-las e proporcionando, assim, a possibilidade de reescrever um projeto de vida onde a cidadania, a ética e a justiça sejam elementos centrais norteadores de suas ações. A razão deverá fomentar a percepção da própria existência enquanto sujeito social, orientando pela livre escolha, consciente e responsável, trabalhando o lado espiritual como elemento equalizador de suas tensões e anseios.

Neste sentido, a religião no caráter salesiano se entrelaça com a razão e a bondade. Com a razão: desta forma, deverá ser uma religião “que busca as motivações da vida, da educação, de todas as pequenas e grandes coisas que se fazem a cada dia”. Devendo ser racional, porém não cheias de ritos tradicionais que, muitas vezes, são incontestáveis e degradantes. (Nanni 2014).

Para tanto, a religião é percebida como horizontes humanos e divinos de amplitude sem fins, propicia às adolescentes a formação para o convívio humano e social e para o seu destino transcendente, respeitando a diversidade de religiões e crenças.

Como a senhora lembra eu e minha família éramos evangélicos, e quando cheguei na Casa queria disciplinar todas as meninas porque falavam muito palavrão - lá nunca, jamais fui desprezada por ser evangélica ou fui obrigada assistir a missa, eu virei católica por uma questão de ver como elas me acolheram e cuidaram de mim sempre em nome de Jesus Cristo e de Maria Auxiliadora. (MR)

Acho que não tem nada melhor que o terço Mariano, é muito foda, a gente vive ali as coisas da vida, faz a gente pensar que eu vivi aquilo, mas não foi minha culpa, e vêem as outras meninas e apresentam outra coisa e mostra de quem é a culpa mermo, aí vem a outras e mostra como a gente pode lutar, é muita coisa, parece um filme que mostra - a gente aprende rezar um terço que vivo, falando da gente mermo, sem ser da gente sozinha, entende? (MA)

Eu sempre queria ir pra igreja, dá uma paz na gente, até ficava olhando as crianças às vezes ir pro catecismo, ou ir pro culto, mas minha mãe não era dessas não, pra ela era perda de tempo. Quando ela deixava eu ia com a vizinha – A Casa é diferente, lá com as Irmãs falavam acho que é isso Cristo vivo, elas são católicas, fazem as celebrações, mas respeitam quem não é. Olha o tio Fabiano não tinha religião, a tia Elines é evangélica, o tio Carlos nem sei direito, mas, todos participavam e não eram obrigados a estarem lá rezando, só no terço era muito bonito agente dançava, as meninas do teatro apresentavam e o povo do coral cantava o terço, o bacana mermo era que eles falavam da fome, da violência até hoje eu vou, porque mostram a história da gente de um jeito, e, e, e a gente reza diferente. (ML)

Santos (2007) salienta que o amor divino que é manancial da fé, de caridade, de amor-doação, de alegria, de oração e celebração, de festa, de diálogo, de perdão, esperança, possibilitando a estas a transformação de seu projeto de vida, visando a uma vida honesta e útil, digna e feliz. A espiritualidade é a atitude que alicerça a vida conscientemente vivida na relação com o transcendente, tornando-se força propulsora para a ação.

Uma ação prolífera e consciente trabalhada em tempo integral, proporciona descobrimento, (re)descobrimento e o desenvolvimento de suas aptidões, culturais, artísticas científicas e manuais, proporcionando-lhes um atendimento biopsicossocial como alicerce do trabalho na busca de solidificar nestas meninas-mulheres a possibilidade de construírem suas estradas e rescreverem suas histórias de vida, não negando o que experienciaram. Contudo, fazem destas experiências mola propulsora para buscar enxergar as possibilidades de ser menina, de ser adolescente e de ser menina-mulher agente de transformação.

TERCEIRO CAPÍTULO

DE VÍTIMAS A PROTAGONISTAS: HISTÓRIA DE VIDA DAS EGRESSAS DA CASA MAMÃE MARGARIDA.

O sonho de um mundo melhor nasce das entranhas do seu contrário. Por isso corremos o risco de tanto idealizarmos o mundo melhor, desgarrando-nos do nosso concreto, quanto de, demasiado “aderidos” ao mundo concreto, submergimo-nos no imobilismo fatalista. (Paulo Freire 1992).

As sociedades se constroem historicamente a partir de ações concretas desempenhadas por homens concretos, que produzem seus próprios meios de vida, sendo essa produção que irá fomentar a própria reprodução de seu modo de vida, é o que os estudiosos chamam de “base estrutural” ou infraestrutura; partindo desta base se reerguerão e se solidificarão as instituições políticas, jurídicas, normas e ideologias, que irão estabelecer as características que cada ser humano deve ter para viver em sociedade.

A sociedade brasileira, ou melhor, a realidade desta, é caracterizada pela desigual distribuição de renda, produzindo, assim, uma sociedade, onde a violência com todas as suas multiplicidades de conceitos e formas provoca a desintegração familiar, principalmente, em núcleos familiares em situação de extrema vulnerabilidade social, torna vivíveis o comportamento de abandono, abuso e maus-tratos. Essa situação, conforme Carvalho (1992), é reflexo da deterioração do nível socioeconômico das famílias, o que uma multidão de excluídos, sendo a criança e o adolescente o segmento mais desprotegido da sociedade.

Nesse contexto social, o estereótipo da marginalidade marca os excluídos do processo de produção, e o espaço para o desenvolvimento da criança torna-se delimitado, buscando-se superá-los de diversas maneiras, como por exemplo, a inserção precoce no mundo do trabalho, e, por consequência, deflagra-se a exploração em todos os seus níveis, gestando, por muitas vezes, a vivência nas ruas (DIEGUEZ, 1994).

Dimenstein (2000, p.25) salienta que a ausência de cidadania torna-se visível quando uma sociedade gera um(a) menino(a) em situação de rua, que vê nesta a estratégia a possibilidade de sobrevivência, sendo esse o sintoma mais agudo da crise social. Segundo o

autor, os pais que vivem em situação de vulnerabilidade social não conseguem garantir a educação, ou melhor, a formação dos filhos no que estabelece os modelos estereotipados da sociedade que estabelecem o processo de inclusão social, estes não conseguem se qualificar, não arrumam bons empregos, mantendo esse ciclo de exclusão, marginalização, abandono e negligência das instituições que deveriam garantir com absoluta prioridade o cuidado e proteção.

Assim, buscar-se-á apresentar a história de vida experienciada pelas egressas na instituição Casa Mamãe Margarida enfatizando a práxis pedagogia.

3.1 Casa Mamãe Margarida Território de Proteção

Para compreender a experiência vivenciadas pelas egressas na Instituição Casa Mamãe Margarida é importante situarmos a instituição enquanto território, tendo como ponto de partida a perspectiva de que o território se configura com um elemento relacional na dinâmica do dia-a-dia. E o fato de o território estar presente no cotidiano e na vida das pessoas evidencia que a história não se faz fora dele.

Neste contexto, o território se apresenta na interface da dinâmica social, que é capaz de se articular a partir de pontos distintos das relações de trocas, sejam elas simbólicas materiais, econômicas, políticas, culturais e sociais. (HOFFMANN, 1998).

O território define-se a partir de sua rede de interações; seus limites e fronteiras são estabelecidas de forma mais flexível, sua compreensão torna-se complexa. É importante salientar que o território é um espaço em contínua transformação e construção, não está pronto e acabado, pelo contrário, este se estabelece através das teias das relações dinâmicas entre os aspectos políticos, econômicos e culturais.

Santos (2002, p.247) salienta que o território é anterior ao espaço, e, portanto, a base material “em si mesmo.” O espaço, para Santos (2002, p.63), seria “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. O conceito, para Santos (2002), de espaço, que aparece como sinônimo de *território usado* é baseado na definição de Henri Lefebvre de “*espaço social*”, quando coloca que:

Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda

produção e de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a produção das relações (sociais) de produção. (LEFREBVRE, 1976, p.34).

É importante salientar que o território é anterior ao espaço e que a definição destes dois conceitos tenha sido elaborada por Raffestin (1980), ressaltando que a complexidade do conceito de território é tão evidente que o levou a compreender que:

[...] o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (RAFFESTIN, 1980, p. 143).

Dentro desse debate, complementa, ainda, quando salienta que o espaço é, de certa forma, ‘dado’ como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. ‘Local’ de possibilidades é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática. (ibidem, p.144)

Esta definição de Raffestin (1980) contradiz a consideração de Santos quando afirma que "A utilização do território pelo povo cria o espaço." (SANTOS, 1978, p. 189) Ou seja, Santos parte do território em si, como algo dado, para a construção do espaço, Raffestin (1980) vai contra esta perspectiva e parte do pressuposto de que o espaço é algo dado, e, quando apropriado, transforma-se em território, vinculado com a dinâmica social. Souza salienta que “todo território pressupõe um espaço social, contudo, nem todo espaço social é um território.” Este se estabelece quando se gestam as correlações de força e poder alimentados pelo cotidiano social.

A complexidade do conceito de território é tão evidente, que propicia, desta forma, uma maior compreensão do território, onde se encontra situada a Instituição Casa Mamãe Margarida, desvelando, deste modo, as nuances que alimentam e retroalimentam as teias de conflitos e de poder que se enraízam na Amazônia.

Desde o início da colonização da Amazônia, o padrão econômico voltado para a exportação acompanha a história se fazendo presente até os dias atuais, sendo a mola impulsionadora da motivação dominante da ocupação regional. Dominação que se estabelece devido à Amazônia, o Brasil e à América Latina serem rotas marítimas das instituições comerciais europeias, formando, assim, as periferias consumistas e exploradas pelo sistema. O que vem consolidar a extensiva concentração de renda e poder em mãos de poucos, resultado direto da herança colonial escravocrata que acompanha a história e se mantém viva em pleno

século XXI, mantendo as teias de poder e exploração vergonhosas do período das Capitania Hereditárias, fruto da colonização portuguesa e da cultura econômica, política e jurídica que se enraizou nas bases da sociedade brasileira responsável pelo processo de pobreza e miséria, pela desigualdade social, de gênero, racial, étnica, pela violência rural e urbana, e pela consolidação de um Estado-nação centralizador, oligárquico compactuado com a classe dominante, que alimenta o processo de exploração, de desigualdade e de poder real e simbólico das ações dos coronéis de barranco na Amazônia, Amazonas e Manaus. (FREIRE 1990)

Sendo a Amazônia brasileira a maior em área demográfica, abarcando vários estados onde se inclui o Amazonas que, no decorrer de sua história, sofreu grandes transformações com a expansão do capitalismo, alimentado pelo sangue branco dos grandes seringais que, no período de 1880 a 1913, fase áurea da borracha que consolidará Manaus como a Paris dos trópicos, infligindo assim, modificações profundas na organização do espaço urbano, nas relações sociais, trabalhistas que fomentarão o apartheid social. (NOGUEIRA et al 2007)

Com o declínio da borracha e o advento da Zona Franca (1967) e a implantação do Parque Industrial, Manaus foi e é marcada por diversas transformações positivas e negativas ocorridas no século XX. Esta sofreu com o inchaço populacional impulsionado pela política de integração que acirrou a migração rural urbana, ocupando, de forma desordenada, as áreas periféricas do município, fazendo surgir vários bairros, principalmente nas áreas das Zonas Norte e Leste, estigmatizadas pela pobreza, violência em suas múltiplas faces, marginalização e pela desordem do espaço urbano.

Neste sentido, a Instituição Mamãe Margarida torna-se um território de proteção quando as egressas vivenciam uma experiência de vida diferenciada das que tinham em seus espaços familiares e comunitários, possibilitando a estas um olhar diferenciado da sua percepção de sujeito dentro da sociedade, fazendo com que desperte seu senso crítico para sua condição de pessoa humana, como elemento central para ser protagonista, ou melhor, possibilitando o (re)significado de sua existência e logo de sua história.

3.2 A Práxis Pedagógica como elemento equalizador

A práxis pedagógica se constitui na atividade docente no contexto institucional escolar historicamente construída, fomentada e alimentada pelos preceitos ideológicos que alicerçam a sociedade, e/ou que divergem desta no que tange ao processo de desigualdade alimentado por um estado-nação que se forja alimentado pela desigualdade social.

Carvalho e Netto (1994, p. 59) afirmam:

Toda prática social é determinada: por um jogo de forças (interesses, motivações, intencionalidades); pelo grau de consciência de seus atores; pela visão de mundo que os orienta; pelo contexto onde esta prática se dá; pelas necessidades e possibilidades próprias a seus atores e própria à realidade em que se situam.

A prática pedagógica é uma prática social complexa que se encontra envolta em uma teia de relações que acontece em diferentes espaços e tempos da escola e no cotidiano dos sujeitos. No que tange à Instituição Casa Mamãe Margarida, esta se fundamenta no conceito da pedagogia do ambiente à luz da pedagogia popular de Paulo Freire, pois possibilita a decodificação e a leitura da realidade.

A Educação popular passa a ser organizada no cenário brasileiro a partir da década de 1950, ligada à ação e à organização dos movimentos sociais que buscaram e buscam a transformação da realidade.

Para tanto, esta educação social como prática compreende uma ação transformadora desenvolvida pelo homem, este, ao transformar a natureza, transforma a si próprio, passando, desta forma, a assumir novos elementos que irão forjando o novo, assumindo sempre novas características através de uma atividade vital frenética. A relação do homem com a natureza requer, desta forma, a necessária relação entre os homens. Assim, a vida social apresenta uma infinidade de relações direcionadas para atender às do homem em si (LESSA 2012). Desta forma, é o trabalho que torna o ser social diante do objeto, é essa capacidade de transformação do mundo que possibilita a si mesmo, que proporciona escrever sua história.

Assim, ao lançar mão de Marx (1983), Freire (2009) afirma que:

Os homens, pelo contrário, ao terem consciência de sua atividade e do mundo em que estão, ao atuarem em função de finalidades que propõem e se propõem, ao terem o ponto de decisão de sua busca em si e em suas relações com o mundo, e com os outros, ao impregnarem o mundo de sua presença criadora através da transformação que realizam nele, na medida em que dele podem separar-se e, separando-se, podem com ele ficar, os homens, ao contrário do animal, não somente vivem, mas existem, e sua existência é histórica (FREIRE, 2009, p. 103-104).

Nesta direção, Freire (2009) salienta que o processo de desumanização nega o ser ontológico, negando a sua própria existência e a sua história, tornando-se mero ser vivente. Freire salienta que a superação desta condição é a possibilidade histórica da qual se ocupam os homens em um processo de resistência e existência revolucionárias ao lançar mão da educação, e tomá-la como elemento facilitador para libertação e autonomia dos sujeitos que nela estão envolvidos dentro de uma arena em correlação de forças e poder. Esta tem como

foco desvelar a opressão existente dentro do oprimido, nas relações com as quais ele se identifica e de suas próprias negações.

O papel assumido por esta práxis, que não é de alienar, mas sim de possibilitar a libertação e a realização do sujeito, dentro de uma perspectiva de humanização dos homens em suas relações, que se estabelecem vivas no cotidiano social de ensinar e aprender com a roda da vida.

Neste sentido, a experiência vivenciada na CMM pelas egressas apresentam-se em uma arena de conflitos pessoais e interpessoais, de negação e aceitação, de transformação e crescimento, de resiliência e de (re)significados para a própria existência.

Não foi fácil, é me acostumar, não; era difícil ter que aceitar as regras, ter que ouvir um não, de fazer o que não queria naquela hora, de saber que a casa era nossa e tínhamos que ajudar para ela funcionar, mesmo sabendo que não era (garagalhadas) de muita vezes de achar que o tio Onercio, tia Keila a Paula, Terezinha tinham que gostar só da gente, querer eles lá só pra nós, não era moleza, ouvir que não estava bom e que deveria fazer melhor, mesmo quando achava que que eu tinha feito o máximo, de receber gritos e gritos no teatro pra deixar sair a dor, o medo, a tristeza, alegria, o nojo, a ira e etc. (ML)

Esta possibilidade de se perceber como sujeito protagonista de sua própria história e de ser capaz está vinculada diretamente com ambiente pedagógico que é fomentado pela Instituição Casa Mãe Margarida que tem um olhar humanizado centralizado na situação do sujeito, ou melhor, da menina-mulher, este olhar tem como um dos pilares a pedagogia freiriana que se vincula à pedagogia do ambiente gestada na intencionalidade da educação que qualifica o espaço como locus fértil de possibilidades de aprendizado, a partir das teias de relações que se alimentam e retroalimentam.

Esta, por sua vez, possibilita às crianças e aos adolescentes que chegam à instituição com suas vidas machucadas, exploradas, violadas, ou mesmo, que não consigam se perceber dentro destas experiências, mas ao contrário, acreditam que estão sendo violadas quando são encaminhadas para a instituição, uma vez que aquilo estavam fazendo é uma ação corriqueira no meio familiar ou mesmo comunitário, propiciar um espaço onde possam a experimentar relações forjadas nos princípios do diálogo, ancorados no apoio, na confiança, na amizade, no respeito e na valorização, o que lhes propiciará romper com as amarras dos valores forjados pela troca, medo, violência, abandono, maus-tratos e pelo desrespeito.

Ao chegarem à Instituição, as adolescentes foram recebidas pelo Serviço Social é:

É engraçado tia, ver antes de eu entrar na Casa e depois da Casa – lá eu aprendi a ser gente, eu era meio bicho do mato (gargalhadas). Comigo era assim, bateu levou, eu tava pronta pra briga todo tempo, e não deixava barato não! Só falava gritando, batia primeiro, se desse sopa eu tava levando – fico até com vergonha, ha! Isso era eu. A Casa me ajudou a melhorar, tipo assim, eu sempre levei na cara que não prestava pra

nada, minha mãe não sabia dar amor, como dar o que tu nunca teve! Lá foi diferente, é como vocês falavam, cada um tem seu tempo, e a gente ia aprendendo a gostar de vocês e vocês da gente – nem sei explicar direito, mas em tudo tinha uma lição e coisa e tal - com o tio Carlos da dança, ele brigava pra sair tudo certinho, o braço a pena, o pescoço – era tanto pomba lesa (risos), na hora a gente até ficava com raiva, mas depois a gente via, que ele tava dizendo que a gente podia fazer melhor, e quando a gente ia dançar fora, ia competir, ele dizia que não era pra se sentir diferente de ninguém [...] às vezes as outras meninas dos grupos de dança olhavam pra gente diferente (ergueu a cabeça e falou cheia de orgulho) ele dizia pra gente que a diferença tava na nossa cabeça, ali a diferença acabava no palco. Quando que antes eu aguentava alguém falando o que eu tinha que fazer! Mas do jeito deles, os tios da Casa ensinavam agente a respeitar, coisa que nunca fiz em casa. Minha mãe falava eu respondia na lata, a primeira vez que respondi pra senhora e, a senhora disse: que um dia eu ia lembrar e ver que estava errada. E quando teve o show do Calipso aqui em Manaus, sem ser a da vez que as meninas fugiram, da segunda, e a senhora foi falando quem ia e quem não ia, ha! E porque não ir também, tinha certeza que não ia, e quando a senhora chamou meu nome, nem acreditei, puts grila! fiquei desconfiada e nem sai do estudo, e quando a senhora pediu pra gente ir se arrumar, fiquei lá - aí a senhora perguntou se eu não queria ir, eu disse que sim, mas era de verdade mesmo que eu ia? E a senhora riu e balançou a cabeça. Naquele dia, vi que tudo podia ser diferente, mermo quando a gente erra, sempre tem uma outra chance, que vive brigando não levava a gente pra lugar nenhum, que querer tudo nos gritos só irritavam os outros e depois eu e quem perdia - me senti tão respeitada, tão importante quando a senhora entregou o ingresso para cada uma de nós, (gargalhada) ai! Quando entreguei lá pra moça pra entrar, e ela fez o baculejo só na bolsa e ainda pediu pra abrir. Vi que não precisava ficar com um velho pra mim ter alguma coisa. Isso a Casa me ensinou. (MA)

A prática pedagógica da Instituição envolve-se no cotidiano das vidas das meninas-mulheres em regime de acolhimento, ocorrendo em todos os espaços e momentos, envolvendo não só uma formação política social, mas também uma formação para vida, partindo da realidade de cada uma, refletindo-se sobre sua experiência de vida e o seu (re) significado.

As meninas-mulheres chegam acreditando que nada pode mudar suas vidas, que o seu destino é reproduzir a história de suas mães, avós e tias, que são assim e não podem ser diferentes. A não percepção enquanto sujeito de direitos, por si só, reflete a marca das múltiplas faces da violência que são introjetadas pelas teias ideológicas de um sistema que exclui e marginaliza, que abandona e explora, que impõe no imaginário coletivo e na consolidação dos direitos que todos são iguais, enquanto há um abismo para a efetivação dos direitos, para aplicabilidade e acesso às políticas públicas que negam a estes sujeitos as possibilidades de sonhar e se reconhecer como sujeito social.

A vida na CMM possibilitou às adolescentes uma experiência diferente. Configurando-se como um território estável e seguro, possibilitando-as vivenciar experiências positivas e negativas, de crescimento e amadurecimento pessoal. Como já foi mencionado anteriormente, a CMM, em sua práxis pedagógica, prioriza o trato humanizado, fomentado em um cotidiano educativo, em que o espaço da prática educativa se estabelece como produtor dos saberes que podem ser absorvidos para reorganizar o presente e basilar o futuro.

Neste sentido, o trabalho desenvolvido com as adolescentes buscou, no invisível do cotidiano, novos significados e competências, tomando por base a história de vida, mesmo que, para estes sujeitos, tenham sido confrontadas suas perdas e dores, pois, através destas ações, possibilitou-se o rompimento com o seu papel de vítima, de coitadinha ou mesmo de austeridade, e manifestando a busca por estabelecer um novo horizonte, um novo projeto de vida.

É importante ressaltar que o cotidiano se estabelece pela a vida de todos os dias, em qualquer época histórica, e com os ritmos e as regularidades da vida cotidiana se distinguem, se tornam diferenciáveis. É caracterizada por um conjunto de ações e relações heterogêneas que contêm em seu bojo uma certa hierarquia, não rígida e nem mutável, sendo alterada seja em função dos valores estabelecidos em cada sociedade, sendo determinado em função das particularidades interesses de cada sujeito em diferentes etapas de sua vida.

O contexto da vida na CMM se estabelece por uma rotina institucionalmente planejada que respeita as necessidades das adolescentes, garantido, assim, um sentido de acolhimento e cuidado contínuo, em um meio termo, entre a liberdade e autoridade, sem reproduzir um comportamento autoritário ou de libertinagem, mas elegendo o diálogo como elemento equalizador neste processo (FREIRE, 1992).

Neste sentido, o diálogo pressupõe, para Freire (2009), ouvir e falar. Saber escutar é um dos saberes necessários aos educadores da CMM, no falar com e não apenas discursar para, pois a escuta é um trabalho intelectual que requer de cada sujeito uma análise, reflexão, uma compreensão e uma voz ativa. “na Casa nunca estávamos sozinhos, mesmos porque sempre tinha alguém para tu ficar conversando, dando uma palavra amiga, ouvindo tuas neuras, teus medos, se importando contigo, mesmo que fosse pra ralar” (MR 2015). Não se trata de um ouvir e de um falar sem o compromisso com a libertação e com o desenvolvimento e crescimento das adolescentes.

Ao contrário, procurar ouvir e compreender quem diz as palavras, levando-se em conta a linguagem, as imagens e os símbolos presentes, de uma forma criativa, se posicionando ou discordando daquilo que a adolescente apresentava, sempre dentro de uma ação reflexiva, buscando sempre se colocar de uma forma não autoritária, porque buscou ouvir atentamente quem tinha a palavra. [...] existia sim seus momentos de tristeza, como até hoje, claro! Claro que não faz o mesmo efeito que fazia antes, mas ali você podia estar contando em momento de desespero, de tentação, você podia correr para um psicólogo, pra uma assistente social [...] É um ouvir que se baseia no acolhimento do outro, na tolerância e na disponibilidade para a mudança, no respeito à diferença, porque não se coloca sobre o outro, entre tantas qualidades necessárias a quem quer dialogar (FREIRE, 2008, p. 119-20).

Guara (2006) salienta a importância do educador, como sendo um dos principais atores no processo de desenvolvimento do trabalho no abrigo. É importante salientar que o educador não é o professor. De acordo com Santos (2007), o educador é aquele que educa, que cuida, que ensina, que repassa valores, é o artesão na arte de ensinar os sujeitos para vida em sociedade, possibilitando-lhes o despertar da consciência para as correlações de força e poder que exclui e que marginalizam, mas também possibilitando aos sujeitos um olhar para as estratégias que podem ser desenvolvidas, garantindo, assim, novas conquistas, o professor é o sujeito que professa ou ensina uma ciência, uma arte ou uma língua é um reproduzidor dos conhecimentos e dos saberes.

Sendo o educador um sujeito que possibilita novos olhares das adolescentes em relação aos outros e à sociedade, estes ganham um status de destaque no cotidiano da CMM, pois são eles que auxiliam as adolescentes na percepção da sua situação, estimulando-as na busca contínua e na descoberta de novas estratégias de sobrevivência. Contudo, esta relação só é possível quando é baseada na confiança, no respeito e no diálogo. Ou seja, como os princípios da educação salesiana conquistou um jovem e você poderá fazer dele tudo o que quiser, pois a conquista é forjada na amizade, carinho, paciência, compreensão, amor, respeito, diálogo e acima de tudo confiança, o educador passa ser referência de pessoa, de caráter, de vivência de pai, mãe, família e exemplo de vida que se constrói, se reformula no dia a dia. É engraçado no início das aulas de violão, me irritava o jeito do tio Onercio, ele era todo relaxado, pra ele não tinha tempo ruim não, o jeito dele falar até me irritava, achava que nunca ia aprender tocar uma musiquinha sequer no violão, mas ele sempre dizia que leva tempo, que violão é é é digamos que um pouco difícil, mas é prazeroso conhecer e dedilhar as notas que fazem a melodia, pra gente encher com as letra da vida - com o tempo, fui vendo que necessitava disso para minha vida, que o jeito dele me deixava segura quando ele ensina pra gente as notas, ele pra mim foi e é meu paizão e de muitas outras meninas, que a Marilac não sabia disso. (ML).

Os educadores tornam-se referências para vidas das adolescentes, não negando ou esquecendo seus pais e/ou familiares, ao contrário, são sujeitos que auxiliam as adolescentes em recolher os pedaços de sua história, dando a elas a possibilidade de acreditar que é possível. Neste sentido, o abrigo CMM se estabelece com um território seguro para egressas que preservam, resgatam possibilidades de encontrarem a própria história, compreenderem suas dificuldades e acreditarem em suas capacidades de construir um novo projeto de vida, possibilitando serem mais atuantes e autônomas neste processo.

A atuação sistêmica dos educadores de modo intencional, mas responsável, termina reforçando os vínculos familiares e comunitários na busca diária de estratégias de inclusão

social e valorização do sujeito, estabelecendo, assim, laços de amizades e confiança, mostrando que podem contar sempre que precisarem.

Vivendo na Casa tive várias pessoas que me ajudaram, a Paula, a Paula foi muito, muito essencial nesses momentos não só comigo, mas com todas as meninas, eu digo da minha idade principalmente, as maiores eu costumo dizer, foi muito, muito importante, porque tipo, eu não podia passar o final de semana em minha casa, aí eu ia para casa da Paula, passar o final de semana na casa da Paula e podíamos fazer algumas coisa juntas. E então ela, ela era uma das principais pessoas, ela nos socorria né? não só ela como Keila, Onercio, o Carlos entre outros, mas a Paula, a Paula estava lá nos momentos de tristeza, de angústia, no momento que você queria fazer alguma besteira ela tava pronta ali, também pros momentos bons ela compartilhava, nós saíamos, boi Manaus eu me lembro bem, ela era uma das que tava acompanhando agente [...] (MR)

É importante salientar que a vivência em um abrigo é recheada de perdas, de afastamentos, e de negação, medos e conflitos. Eu gosto daqui muito, quando vivia na Casa, eu queria mermo ir pra casa com a mãe, na casa era muita gente mandando só quando ralhavam, porque eu fazia as coisas erradas, porque queria fazer tudo do meu jeito e não queria aceitar ser corrigida, me achava ofendida, quando a Tia Paula me chamava atenção, nem parecia ela, às vezes ela batia o martelo e pronto, eu ficava pensando que se fosse as queridinha dela, ela não ia fazer nada, ficava com raiva e aprontava de novo. Só que ela era do mesmo jeito com todas as menina, até com o Marcelão que era filha dela, mas hoje eu vejo assim, na época era foda (MA). Guara () salienta que o sistema de abrigo deixa marcas doloridas, de sofrimento e solidão.

Às vezes eu mesmo cheia de gente comigo, porque na Casa o que não faltava era menina, me sentia sozinha, sabe lembrava dos meus irmão, pensava, pensava que eles não tinha o que comer, que eles podiam tá nas ruas, como eu já tive, isso doía muito! Eu queria estar com eles, mas pensava que lá (na Instituição) eu podia ajudar eles, porque quando ficava com muita saudade, falava com a tia Paula, ela falava com as irmãs e eu ia com ela fazer uma visita, era rápida, e sempre agente levava alguma coisa, um rancho, às vezes a gente comia lá com eles, a tia Paula não tinha frescura não, eu me sentia importante, valorizada porque elas não olhavam, não só pra mim, não se importavam não só comigo, mas se importavam com meus irmãos e minha mãe que eram tudo pra mim. (ML)

A aprendizagem se dá no cotidiano da dinâmica da vida, aprendendo uma com as outras, na Casa, as maiores cuidam das menores, são elas que ficam de olho com as roupas, se elas estão fazendo todas as obrigações, com ações concretas, a criança aprende com o mais velho os valores e princípios fundamentais para sua existência. Aprende com o não dito, com as insinuações, com as palavras e gestos repetidos dia a pós dia.

Neste sentido, os educados dentro da CMM ganham maior notoriedade, salientando que todos têm um papel fundamental para o desenvolvimento das abrigadas, pois cada atitude

destes é uma mensagem enviada para as adolescentes que, de uma forma ou outra, decodificam, internalizam, apreendem e, em algum momento, passam a fazer uso modificando em suas ações, melhorando, desta forma, suas atitudes. Ou seja, passam a se lapidar e a consolidar suas identidades.

3.3 A cada conto acrescento um ponto para a construção da identidade

Em se tratado de sistema de acolhimento em abrigo, a Política Nacional estabelece o fortalecimento da identidade individual de cada criança e adolescente que se encontram neste sistema, respeitando suas crenças e costumes. Assim, trabalhar a identidade requer um olhar sobre estar dentro de um debate sociocultural que, segundo Monteiro (2011), deve ser fomentado, favorecendo as dimensões pessoais e sociais dos sujeitos. Nessa perspectiva, a dimensão pessoal convive com a social, pois os sujeitos, como salienta Aristóteles, é um ser político e social, necessita do outro, ele não está sozinho. Logo convive e interage com vários grupos, construindo, desta forma, como salienta Monteiro (2011), a sua identidade a partir das várias experiências onde desempenha papéis diferenciados e hierarquizados.

É diante deste intercâmbio relacional como afirma Monteiro (2011), “que os sujeitos tomam consciência de sua unicidade”. Desta forma, a identidade encontra-se visceralmente conexa à subjetividade que, “por sua vez, sugere a compreensão sobre o nosso eu” (MONTEIRO 2011.p. 55). Assim, a subjetividade se estabelece pelo entrelaçamento dos sentimentos e pensamentos mais íntimos dos sujeitos. Portanto, cada sujeito vive sua subjetividade em um contexto social em que a linguagem e a cultura dão significado à experiência que estes têm deles mesmos e no qual passam a adotar uma identidade. “A subjetividade nos permite explicar as razões pelas quais nós nos apegamos às identidades particulares” (Woodward, 2000:55 apud MONTEIRO 2011 p. 56).

Neste debate, Silva colabora, afirmando que a Identidade não é:

[...] essência; não é um dado ou fato – seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tão pouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. A identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. O outro é o outro gênero, outra cor diferente, outra sexualidade, outra raça, outra nacionalidade, outro corpo diferente. (SILVA, 2000p. 97)

Logo, a identidade é nômade, que se formula, e se agrega a partir de novas experiências, de ultrapassagens de fronteira e de novos objetivos que o sujeito projeta para sua

vida. Oliveira (1996) aponta que, enquanto fenômeno sócio-histórico, a identidade deve ser refletida como um elemento flutuante, que sofre alterações, que se estabelece conforme a realidade concreta em que o sujeito está inserido, observando as correlações de poder político dos status hierárquicos assumidos.

No que tange ao trabalho da CMM, a identidade é trabalhada em uma perspectiva sociocultural, tendo as adolescentes como protagonistas, que, através de suas opiniões e comportamentos, constroem a possibilidade de refletir, analisar e perceber o lugar que ocupam na sociedade. *Eu sou eu, do meu jeito sou mulher, não importa o que eu fiz ou que fizeram comigo, sou sujeito de direito e posso ser o que eu quiser (ML)*. Desta forma, identidade “é percebida e entendida como um conjunto fragmentado de papéis que vão sendo construídos através de discursos, práticas e posições” (MONTEIRO 2011, p 56).

A Casa me proporcionou participar de várias coisas, dentre todas elas o trabalho da Sociedade da Alegria, pra mim e para as outras meninas, aí eu falo por mim, como já disse antes, foi muito, muito importante porque ele fez eu me perceber como gente, a ver minhas feridas, não eram nada na frente da situação de muitas outras, como por exemplo, a gente fazia um trabalho da sociedade em uma instituição que chamava AMA, era de pessoas especiais. Me lembro bem a primeira vez que a gente foi lá, a Paula, o Eliel, e uma psicóloga que não lembro o nome. Foi um choque, lá estávamos nós, conhecendo as crianças da instituição, tinha umas que não falavam, outras que só olhavam e outras que agrediam. Ali acho que que a a a gente viu, que nos éramos sortudas, porque podíamos fazer as coisas diferentes – recebíamos tudo e muitas de nós, inclusive eu que não queria prestar, e eles recebiam e não podiam mudar nada, nem que quisessem eles não podiam. Saímos de lá vendo como éramos egoístas, e pra maioria das menina principalmente das grandes, passamos a refletir. (MA)

[...] a ideia de abrigo prisão mudou porque lá podíamos sair, brincar ir pra shows isso tudo -, o teatro, a dança, o canto a flauta, o violão e o sociedade da alegria, quando eu falo do trabalho do sociedade da alegria o que ele fez comigo e com todas as meninas que estavam envolvidas assim da minha idade, como eu digo as meninas grandes, nos fez é é como um, não um conflito! Mas analisar a nossa história... como por exemplo! A gente fez um trabalho, um trabalho com um Abrigo Moacir Alves, foi de 2005 a 2007, de crianças pessoas especiais, foi muito bacana. Porque ali já tínhamos passado por um processo – vinha em nossa mente toda a nossa história e etc. (MR)

Guará (2006) salienta que, no estado da construção de identidade, as adolescentes acolhidas veem no grupo o espaço profícuo para elaboração da identidade pessoal e social, no qual cada um se vê confrontando seus limites e suas possibilidades. Isso leva o sujeito a se perceber na coletividade. Absorvendo, decodificando e construindo importantes referências para formular a confiança que se projeta na sua autoimagem. Possibilitando às adolescentes mais firmeza e confiança para enfrentar os obstáculos da vida e suas frustrações.

Neste sentido, forjará a identidade positiva, que é continuamente estimulada pelo esforço dos educadores em favorecer o desenvolvimento das capacidades de cada adolescente,

possibilitando-as mais firmeza e confiança para enfrentar os obstáculos, perdas e frustrações da vida. Assim, o estímulo perpassa pela garantia da individualidade no trato pelo nome, pois a primeira expressão da identidade se evidencia no nome. “O direito a um nome é um direito básico para o desenvolvimento de uma identidade sadia” (GUARÁ 2006). Do mesmo modo, o respeito por um nome deve ser garantido

Neste sentido, viver na Casa contribuiu para que as adolescentes se reconhecessem pelo nome, pelas cores e estilo – a Casa me fez que eu pudesse me conhecer e reconhecer, as irmãs lá deixam bem claro! Cada uma tem suas coisas, ninguém pode ficar usando as coisas uma da outra, somos chamadas pelo nome, não é permitido termos apelidos, mas a gente tem, mas elas brigavam, elas compram o shampoo que a gente gosta. Até as atividades eu e que escolhia pra fazer (MA).

Esta valorização possibilita, nas adolescentes, a construção de sua identidade positiva, pois estas são estimuladas a fazer o exercício da escolha que vai internalizando um poder ser, consciente enquanto sujeito, percebendo que, na roda da vida, todas as nossas escolhas trazem uma reação, e, ao escolherem, estão se permitindo serem elas mesmas, sem medo ou vergonha, sem se negar ou simplesmente se submeter aos caprichos do outro.

A identidade positiva dá às adolescentes a segurança necessária para preservar na memória o que se viveu, a fome, o abandono, a vida na rua, a troca do sexo por dinheiro, roupas, festas, passeios ou simplesmente alimento, as brigas, as experiências, pois são estas memórias que conduzem para o processo de resiliência.

A resiliência é a capacidade de as adolescentes, em determinados momentos da vida e de acordo com a conjuntura, lidarem com as desigualdades vivenciadas, precavendo a necessidade de não tornar o fato como verdade absoluta, em função do sujeito e da circunstância, mas, sim, trabalhar no aspecto de superação do problema. Para tanto, dentro da filosofia Institucional da CMM, o termo resiliência desobscurece conceitualmente a possibilidade de superação num sentido dialético, o que representa não uma eliminação, mas uma (re)significação do problema.

Problema que se revelou como tal, quando as adolescentes retiraram as vendas da escuridão que contribuía para a naturalização e banalização da exploração sexual comercial, quando se perceberam como seres de direitos e de deveres sociais.

É importante salientar que, na roda da vida, lembrar o que foi, como se foi, com quem se e como viveu, fomenta em cada uma destas adolescentes a busca em saber para onde ir, como melhor ir e o que querem ser no futuro. Mesmo que isso não esteja explícito para elas. Desta forma, as adolescentes projetam e se reservam o direito em não querer reviver o que já viveram.

3.4 Tecendo vidas na construção do protagonismo

A humanidade chega à contemporaneidade, ou melhor, à era contemporânea margeada por profundas transformações nos cenários sociais, políticos, culturais e econômicos. Como também nas relações estabelecidas pela mídia e pela tecnologia, que incidem direta e indiretamente no cotidiano e, conseqüentemente, alimentam a produção das necessidades dos sujeitos. Desta forma, pensar em um trabalho com adolescentes na perspectiva do protagonismo, requer levar em conta tais transformações que ocasionam novos paradigmas ou processos de subjetivar.

A expressão protagonismo juvenil surge no cenário político e econômico no final da década de 1980. Este cenário colaborou com a conquista e com a expansão da cidadania que se concretizam pela luta na garantia dos direitos civis, políticos e sociais estabelecidos na Constituição Federal de 1988 e nas legislações dela decorrentes - ECA (BRASIL, 2000) e LDB (BRASIL, 1996) sendo identificada como a concepção de empoderamento e participação democrática, associando-se à noção de sujeito de direitos, estando presente nas diretrizes da Lei 8.069 - ECA (BRASIL, 2000), Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (BRASIL, 1996) e também no Estatuto da Juventude (2007). Contudo, efetivar a cidadania é muito mais que isso, é necessário se sentir e se reconhecer com direitos, um efetivo sujeito de direitos, sem perder a dimensão dos deveres e da participação ativa na sociedade, ser um protagonista, em se tratando de sujeitos em pleno processo peculiar de desenvolvimento, que tiveram seus direitos violados as adolescentes, requer acima de tudo um olhar humanizado e ampliado para as correlações de força e de poderes que enraízam-se na sociedade.

Desenvolver trabalho com adolescentes expostos à violência significa considerar aspectos como a proteção, o bem-estar pessoal e social do adolescente, a administração de objetivos conflitivos entre adultos e adolescentes, a confidencialidade e a confiança, a clareza sobre a atividade, a inclusão e o efeito imponderado.

Para tanto, a necessidade da participação das adolescentes expostas às múltiplas faces da violência, em especial atenção à exploração sexual comercial, se faz necessária, uma vez que, assim, poderão compreender a complexidade de suas experiências, podendo desta forma se fortalecer e assim, sentirem-se mais seguras para se autoproteger, rompendo o silêncio ao decodificarem as situações vivenciadas por elas na sociedade, e, acima de tudo, ser uma voz ativa para propor ações disciplinares para seu violador.

O termo protagonismo refere-se à capacidade de cada sujeito em participar e influenciar no curso dos acontecimentos, exercendo um papel decisivo e transformador no cenário da vida social. Exercer o protagonismo significa não ser indiferente em relação aos

problemas da sua rua, comunidade, cidade e ou a sociedade. Em suma, o protagonismo juvenil é a participação consciente dos adolescentes em atividades ou projetos de caráter público, que podem ocorrer no espaço escolar ou na comunidade.

Assim, a participação tem como objetivo fomentar a transformação das correlações de poder estabelecidas entre adolescentes e adultos, instaurando, deste modo, processos de mudança nas estruturas políticas, sociais e institucionais. Como também, de posicionamento e legitimidade na sociedade. Esta participação é alicerçada pela ação democrática que garante às adolescentes terem vez e voz ativa. É importante salientar que ser protagonista é se colocar como ator principal de sua transformação e de sua história pessoal e ou social.

Neste contexto, a CMM se apresenta como um espaço em processo pedagógico de desenvolvimento humano. É na ação pedagógica centralizada na menina, onde todas as atividades reconhecem que as adolescentes não são o problema, mas são partes constitutivas para a resolutividade deste. Para tanto, a CMM estabelece a construção destes espaços através do seu Projeto Político Pedagógico, tendo, em seu critério de ação, preconizado o:

- Incentivo à participação de reivindicações, passeatas e manifestação de modo ativo defesa dos direitos humanos;
- Conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescentes;
- Conhecimento de sua importância enquanto cidadão;
- Despertar para o empenho de ser “Honesta cidadã”;
- Participação em Fóruns e Conselhos de Direitos, em especial da criança e do adolescente;
- Aulas de Filosofia como proposta de “educar e pensar”.

Estas atividades fomentam nas adolescentes o despertar da consciência para a construção do ser protagonista, de poder olhar para si e perceber que é capaz de buscar, fazer parte e tomar posse desse espaço.

[...] as meninas grandes do abrigo, a gente participava de um grupo, acho que já até falei, o Sociedade da Alegria, era muito legal, porque, porque é! A gente participava de uns encontros - mas primeiro todo mundo tinha uma tarefa, e a gente é que dizia o ia ficar responsável e também, nós criamos as nossas leis pra gente se entender. Cada encontro era feito conforme o que a gente queria, assim, deixa eu ver, ha! Família, aí a tia Paula falava de grupo de relações entre as pessoas, respeito e depois ela falava da família, aí a gente falava da nossa família. (ML)

Na Casa e pela Casa participei de várias formações e eventos como, por exemplo o Fórum da Sexualidade, ajudei a Eneila na organização do Forunzinho, lembra?

Tinha o fórum pras grandes e pras pequena – nossa me sentia muito importante, eu tava ajudando na coordenação do evento. Quando eu comecei a participar da agência uga uga (gargalhada) aí eu me sentia toda toda, porque lá agente estudava, discutia, elaborava projetos que diziam respeito a situação das crianças e adolescentes, era muito bacana, tinha outros adolescentes que vinham de outras instituições e movimento, como os meninos da rádio do MOCOCCI, eles até deram a ideia da gente fazer na CMM uma rádio até tentamos, funcionava só depois do almoço e pra dar recados [...] participei também no PAIR, no eixo protagonismo, mas pra tá lá fizemos formação na Casa com a Paula e na agência Uga Uga sobre políticas públicas, e participação popular e sobre violência todos os tipos e outras mais [...] (MA)

Esta participação contribui para um melhor desenvolvimento das adolescentes, pois contribui para o autoconhecimento, para o desenvolvimento da autoestima, da confiança, do respeito por si e pelos outros, da solidariedade, da percepção do sujeito coletivo, do estímulo a buscar por novos conhecimentos, dando a elas a possibilidade de sonhar e de fazer a diferença.

Quando fomos pela primeira vez para a Conferência Municipal da Criança e do Adolescente eu [...] e [...] e os outros adolescentes do MOCOCCI e da Agência, eles achavam que íamos ser só pra fazer número, só pra participar mermo, que a gente não sabia de nada e eles que iriam fazer por nós. Só que não foi bem assim não! (gargalhada) colocamos nossas proposta, falamos o que estávamos querendo, defendemos nossas ideias e articulamos com outros adolescentes que estavam ali e fomos eleitas delegas para a Conferência Nacional – fomos, participamos e mostramos o que queríamos. (MR)

A participação protagonista propicia a experiência com o despertar da consciência para sua condição de pessoa humana, proporcionando às adolescentes a não se equivocarem nas tomadas das decisões, como também despertarem para a dignidade, como sendo um elemento essencial de sua condição de sujeito ativo.

Neste sentido, Thompsom (1999) colabora afirmando que a experiência vivida não é a mesma experiência percebida, a experiência percebida é fundamental para que se tenha a compreensão das relações de poder na sociedade, que decifre o poder real e o poder simbólico como elemento essencial para o despertar da consciência de classe. Assim, a experiência, [...] se constitui e nega, opõe-se e resiste, estabelece mediações, é espaço de prática, intervenção, *obstaculização, recusa, é processo de formação de* identidades de classe, poderíamos acrescentar de gênero, de geração e etnias.

Costa (1999) salienta que o protagonismo como modalidade de ação pedagógica proporciona a criação de espaços e dá condições que possibilitam às adolescentes se envolverem em atividades que promova estratégias concretas de dirimir os problemas, atuando como manancial de iniciativa, liberdade e compromisso. Nesta perspectiva, a CMM

viabiliza a inserção das adolescentes em vários projetos que se interligam às outras atividades viabilizadas pela Casa.

3.4.1 Projetos que protagonizam

Ao longo da vivência das adolescentes na CMM, as mesmas foram inseridas em alguns projetos que auxiliaram o seu desenvolvimento. Este se deu de forma a complementar e a se articular às outras atividades planejadas e desenvolvidas ao longo desse período, levando-as a refletir de maneira crítica sobre aspectos da realidade pessoal e social, ao construir novos conhecimentos e saberes que fomentaram novos olhares sobre si e o seu território. Ou seja, despertaram a consciência para a sua história, trabalhando o hoje para sonhar, idealizando o seu futuro, um futuro que antes era inexistente, pois aparentava ser apenas o que lhes restava.

Dentre os projetos que a Casa desenvolveu, citar-se-á, apenas, os que foram direcionados somente às adolescentes abrigadas, pois havia um trabalho amplo que caminhava paralelamente, um complementando outro.

Sociedade da Alegria

Um projeto idealizado pelo Serviço Social que, inicialmente, teve como objetivo proporcionar às adolescentes um banho de realidade, devido ao não desenvolvimento destas nos trabalhos que a CMM lhes proporcionava. Contudo, devido aos resultados obtidos, o mesmo ganhou um espaço de destaque e foi reformulado, ampliando o seu enfoque, passando a ter como objetivo maior a formação política e social das adolescentes, com atenção para inserção destas em espaços de debate.

Fomentando assim, a democracia participativa. Assim, o projeto foi idealizado para atender, somente, a vinte e três adolescentes abrigadas com idade de 12 a 18 anos. Neste contexto, retrato empiricamente o processo vivenciado no desenvolvimento deste projeto junto às abrigadas na CMM.

A primeira atividade se deu com uma visita à Instituição Abrigo Moacir Alves (AMA), uma instituição que atende a crianças e a adolescentes com deficiência intelectual, durante a visita, a assistente social tinha como ideia central proporcionar uma reflexão às adolescentes quanto ao seu comportamento e seus posicionamentos diante ao trabalho que era desenvolvido, pois de tudo reclamavam, nada era bom o suficiente para estas meninas,

quando eram cobradas se colocavam em um papel de vítima ou queriam agredir o mundo. Assim, indo até ao AMA fomentava-se a ideia de que as adolescentes poderiam refletir sobre as condições e limitações das crianças e adolescentes que lá vivem, e ponderar a possibilidade de mudança de comportamento.

Neste sentido, o resultado da atividade foi além do que se havia objetivado, as adolescentes apresentaram uma mudança de comportamento imediato, pois, ao retornarem para a CMM, solicitaram uma reunião com as irmãs coordenadoras, salientando que deveriam fazer alguma coisa pelas crianças visitadas.

Neste grupo, havia três adolescentes que eram apáticas, não expressavam entusiasmos para com nada, e quase não sorriam, mas neste dia se expressaram de tal maneira, apresentando ideias e sonhando com o que poderiam fazer pelas crianças do AMA. Depois do início deste trabalho, foi possível observar uma mudança significativa no comportamento de 70% das adolescentes, com uma maior atenção aos estudos, respeitando os educadores e as irmãs. Como também, tendo uma maior participação nas atividades desenvolvidas na instituição.

Diante deste quadro, o projeto reformula seus objetivos e passa a desenvolver oficinas que possibilitem a formação política social com temáticas: grupos, sociedade, violência e suas múltiplas faces, educação, família, convivência familiar e comunitária, cidadania, conquista de direitos - ECA – democracia, participação democrática, espaços de participação democrática, entre outras.

Estas oficinas proporcionaram importantes momentos de integração e intimidade com as adolescentes, possibilitando o fortalecimento dos laços de amizade, confiança, pertença e companheirismo. (Relatório de atividades do Serviço Social, 2005)

Álbum de vida

Este projeto foi idealizado pelo Serviço Social em parceria com a Psicologia, tinha como objetivo prover nas adolescentes a construção da sua história de vida, trabalhando suas dores e fomentado nas mesmas a ressignificação de valores, sentimentos que iriam delinear a (re)construção de seus desejos e sonhos. (Relatório de atividades do Serviço Social, 2005)

Ao enfatizar o sonho, não se direciona às fantasias, fala-se no sonho que impulsiona o sujeito a estabelecer metas, de ir ao encontro de seus desejos. Paulo Freire (1991 p. 91) a firma que:

[...] sonhar não é apenas um ato político necessário, mas também uma conotação da forma histórica social de estar sendo [...]. Faz parte da natureza humana que, dentro da história, se acha em permanente processo de tornar-se.

Portanto, é o sonho que envolve o outro no sentido ético, que o faz projetar no amanhã suas perspectivas, seus anseios e pretensões de realizações sendo este, a força motriz de sua caminhada de vida.

Estes dois projetos proporcionaram às adolescentes um despertar da condição de dormência social, possibilitou-lhes darem um significado e significância a sua história de vida na construção de um outro caminhar. Embora muito se tenha avançado no que tange ao amadurecimento e segurança das adolescentes abrigadas, muito mais ainda havia por fazer para que estas pudessem se sentir mais confiantes e, de fato, vivenciarem a cidadania de modo pleno.

3.5 Para onde meus pés me levem

A realidade de vida das adolescentes egressas da CMM é marcada por experiências pessoais de abandono, exclusão, marginalização, violências em suas múltiplas faces, fruto da desigualdade social, política e econômica praticada pela sociedade brasileira que incide nas teias da dinâmica familiar, que traz como consequência o elevado número de crianças e adolescentes que são conduzidos por estas teias, a serem colocados em uma situação de risco pessoal e social, como alternativa para sua sobrevivência em um cenário de naturalização e banalização da vulnerabilidade vivenciada.

É nesta estrada sem as mínimas bases que atendam às condições básicas de vida em sociedade, é que, os pés das adolescentes abrigadas na CMM caminharam por um longo tempo de suas vidas, estradas que as conduziram por um caminho que em um primeiro momento, apareceu-lhe uma prisão. Contudo, aos poucos, foi se revelando em um território de segurança, amparo e proteção que colaborou significativamente para se reconhecerem como sujeitos de direitos, capazes de construir novas estradas, ou mesmo, caminhar por antigas estradas, porém mais preparadas para gerir suas escolhas.

[...] quando saí da Casa, e fui viver com a minha família, vi que não dava pra morar com eles, não. Gosto deles, mas era como antes, uma brigalhada, grito por tudo, cobrança, não é que negasse eles, é que eu já não estava mais naquela, não porque era melhor que eles, é que eu via que eu queria algo diferente pra mim [...] (ML)

[...] fui mandada viver com minha mãe e meus irmãos, no início achei bom ficar com eles [...] eles não mudaram em nada, minha mãe fazia as mesmas coisas, não respeitava a gente, bebia e às vezes saía [...] não tô mais acostumada, não sou santa mais! É ver o que ela fazia e achar que tava de boa, ela é minha mãe gosto muito dela, mas não era mais pra mim. (MA)

Neste sentido, a perspectiva e a experiência vivida pelas adolescentes chocam-se com a experiência percebida (THOMPSON, 1981), pois as experiências que estas vivenciaram antes da CMM fizeram com que a vivência na instituição possibilitasse levá-las ao ato de rever práticas, valores, normas e comportamentos que seus (re)significados puderam impulsioná-las para um novo caminhar diferenciado. Como elas mesmas afirmaram “um caminhar digno”.

Desta forma, os relatos das egressas configuram-se como uma busca concreta de seus objetivos forjados em seus projetos de vida. Um projeto que foi escrito a partir de sua vivência na CMM como elemento promotor de sua cidadania.

Minha vida não mudou muito, queria ser rica (risos), mas ainda tem tempo! Mais do jeito que tá, já tá bom tia. Hoje eu tenho meus estudos, ainda vou estudar mais, quero ser Assistente Social, trabalho dignamente, tenho minha casinha, ainda não é um “castelo” (gargalhadas), mas é minha. [...] sei que nada é fácil, “ô” se sei! Mas é a vida e assim, a gente tem que acreditar, tudo que passei, acho que nem taria chegado aqui se não tivesse ido parar na Casa Mamã Margarida, acho que já tinha morrido cedo, antes mesmo de viver direito. Sei que deveria ter muitas Casas Mamã Margarida, pra ajudar mais meninas, que como eu pude aprender a viver dignamente. Porque antes eu achava que fazer o que eu fazia era legal, era bom e ninguém tinha nada a ver com isso [...] foi lá que descobri que é uma violência, que eu não estava sendo esperta [...] hoje eu falo na igreja com as adolescentes, eu falo sempre que nem sempre as pessoas são assim porque querem ser assim. E isso é a minha história tia, um pedacinho dela. (ML)

É nesse contexto de empoderamento que possibilitou às egressas (re)escreverem suas histórias, não como um conto de fadas, com um príncipe encantado e um final feliz, mas dentro da condicionalidade de buscar outras alternativas de sobrevivência, que cada dia é um dia, e deve ser vivido, acreditando que as dificuldades são postas por um sistema que exclui, que abandona, que marginaliza e adormece os sujeitos, negando a estes a possibilidade de sonhar e de buscar conhecer e exercer seus direitos.

O empoderamento para egressas fez romperem com as vendas e as mordaças que as cegavam e as calavam, e deu a estas a confiança necessária para sonhar.

Que bom que pude fazer tudo que a Casa Mamã Margarida me proporcionou de graça né! Coisas que aprendi, que aprendi lá que pude usar em outro lugar [...] e hoje ao contrário de antes, eu eu posso dizer que antes de chegar onde até mesmo cheguei hoje, comecei a enxergar uma nova estrada, um novo caminho pra minha vida, coisa que eu não conseguia ver antes. A partir do momento que eu passei por todos os processos com a psicologia e serviço social e, as outras coisas que eu fazia na

Mamã Margarida, me deu a possibilidade de eu dizer: eu sou importante né? Eu posso ter um futuro melhor [...] e aí eu agarrei isso com todas as minhas forças e, graças a Casa Mamã Margarida e também, a Casa Mamã Margarida pude me ver como uma pessoa importante que pode ajudar as pessoas, como ocorreu com minha sobrinhas, que elas estão crescendo e eu converso muito com elas, falo tudo pra elas, pra elas não viverem a mesma coisa que eu – mas não só a elas, mas em outros momentos proporcionados pela Casa Mamã Margarida de palestra etc. ou seja, que a gente pode tá levando pra outras pessoas que viveram ou que vivem a nossa situação, de que tem um esperança, né? Lá eu digamos que podia ser normal né? E ter alguém pra sair, mas de uma forma mais digna, me sentir e me valorizar enquanto mulher, enquanto pessoa.

Ter a possibilidade de enxergar-se enquanto menina, enquanto mulher, conseguindo perceber que os mecanismos e estratégias de sobrevivência eram na verdade uma forma de violação de direito, uma imposição de poder, uma reprodução dos valores culturais que condicionam as mulheres como objeto de prazer e dominação. Uma representação cotidiana do imaginário social dominante, de caráter machista, onde a mercadoria do sexo é vista como trivial, banalizada e desqualificada e desqualificante. (FALEIROS 2004)

[...] eu não poderia chegar onde cheguei hoje sem a Casa Mamã Margarida, foi e sempre será fundamental pra mim, foi lá que fez com que eu desse início a uma nova vida. E se hoje tenho tudo que tenho e sou tudo que sou é graças a Casa Mamã Margarida – meu passado ele existe, porque é impossível de esquecer. Ele existe! Mas não me afeta. Não, não de jeito nenhum! Ele é uma lembrança que eu posso até dizer “que bom que ele existiu por um lado” se não eu não teria vivido tudo que vivi e não seria tudo que eu sou hoje. Eu costumo até dizer algumas vezes que graças a Casa Mamã Margarida, pude escrever uma nova história, conhecer vários lugares não só aqui no Brasil, mas também no exterior, conhecer pessoas que me ajudaram e me ajudam, que me tem como família, pude ser a autora de uma nova história pra poder viver emoções hoje que antes nem eram pensadas. Hoje é assim, eu posso falar com muito orgulho, tô fazendo faculdade, uma coisa que antigamente nem passava na minha cabeça – hoje faço estágio na área de administração, aqui em Belém, onde estou vivendo atualmente, e onde vou tendo oportunidade, falo da Mamã Margarida [...] no meu curriculum tem a Casa Mamã Margarida, porque trabalhei lá [...] hoje vivo com uma família de coração, que me ajuda cem por cento, dando carinho, atenção e nos momentos de chamar atenção, chama! E ajuda materialmente porque ainda não alcancei o sucesso (risos), mas pretendo chegar lá, trabalhar em uma grande empresa, tenho essa expectativa. A Casa Mamã Margarida me ensinou a pensar assim, pensar grande... pensar longe! Eu quero, eu posso! - Uma coisa importante disso tudo é que vivendo na Itália ou aqui em Belém eu nunca perdi o contato com minha mãe, minha família biológica, eu falo com ela pelo menos uma vez por semana – procuro aquilo que não pude fazer antes que é uma coisa simples, tô tentando fazer agora que é de dar orgulho pra ela, e sempre quando eu posso, como acontecia antes quando vivia na Itália, ajudava financeiramente minha mãe e minha irmã especial – hoje a gente tem uma relação diferente, hoje eu, dia após dia tento ir reconstruindo esta relação também com meus irmãos, que anos atrás foi muito difícil, mas... hoje começou existir um diálogo, uma relação de irmãos [...] enfim, isso foi minha história é um pouco do que eu vivi, infelizmente a vida é assim, aconteceram coisas tristes, negativas, mas se elas não tivessem acontecido eu nunca tinha (risos) conhecido a minha mãe Kátia, minha mãe Keila, o meu pai Onercio, a minha tia Paula, as irmãs e a Família Patada, as meninas Lidiane, a Neide e tantas outras... e talvez não tivesse tão bem como estou, e é, eu acredito que tô. E hoje é a minha história, que tô escrevendo diferente e aprendendo que dá pra fazer a diferença. (MR)

As experiências vividas representam a vida como um todo. O que se vive na infância repercute por toda a existência direta ou indiretamente. Não se vive sem experiências e nem se tem experiências sem vida, pois elas é que são responsáveis pela forma do querer e ser dos sujeitos, transformando-as conforme suas realidades em seus cotidianos em fatores positivos e negativos, ou seja, a experiência é inseparável da vida humana.

A experiência vivenciada pelas egressas da exploração sexual comercial é apresentada como um grave e complexo problema pelas políticas públicas em âmbito nacional e internacional, e se configura como uma grave violação dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes. Contudo, as adolescentes em seus relatos produzem uma conotação positiva para esse grave problema, sem negar a sua complexidade. Para tanto, salientam que, se não fosse por terem vivenciado esta violação de direitos, não teriam contato com as políticas de proteção de crianças e adolescentes. Como também não teriam a oportunidade por meio do trabalho especializado de (re)significar a sua própria existência em quanto pessoa humana.

TEMPORALIDADES

Aquela colcha de retalho que tu me deste
 Juntando pedaço em pedaço foi costurada
 Serviu para o nosso abrigo em nossa
 pobreza
 Aquela colcha de retalho está bem
 guardada
 Agora na vida rica que estás vivendo
 Terás como agasalho colcha de cetim
 Mas quando chegar o frio em teu corpo
 inteiro
 Tu hás de lembrar da colcha e também de
 mim
 (Canção popular interpretada por
 Cascatinha e Inhana)

O cuidado e a preocupação de trabalhar a oralidade da história de vida das egressas da Casa Mamãe Margarida, não como um relato corriqueiro do dia a dia, mas como uma experiência humana recheada de significados e significância, de valores e símbolos que fomentam os sujeitos na reelaboração dos significados acerca da construção e reconstrução de sua história de vida, trouxeram resultados promissores.

Podemos inferir, desta forma, que o fenômeno da exploração sexual comercial se configura como uma refração da expressão da questão social, que naturaliza e banaliza esta

violação de direitos, que se reproduz pela desigualdade e pelos fatores políticos, sociais e culturais alicerçados em uma sociedade machista, consumista, tornando as relações pessoais em relações mercantilizadas e coisificadas, tendo os sujeitos como objeto de prazer e dominação.

Um poder real e simbólico que se produz e reproduz no imaginário coletivo de naturalização do uso e abuso do corpo das adolescentes através dos tempos nas sociedades, principalmente na sociedade brasileira contemporânea.

A dominação que se faz presente no relato das egressas, encontra-se atrelada às manifestações culturais autoritárias, patriarcais presentes nas relações sociais históricas, que permearam as suas histórias de vida, seja pela soberba da professora, seja pela autoridade do “cafetão”, considerado aquele que lhes devia proteção, mas que, por vezes, chegava a ser cruel, quando as obrigava a trocarem-se por alimentos ou outros valores. Além disso, o sofrimento aumentava quando eram submetidas à exposição pública pela família, pela igreja e pelos órgãos públicos ou pela negação das mães quando lhes recusavam acolhimento.

O que se revela neste cenário e se torna preocupante é a ausência e a ineficiência das políticas públicas no que tange à prevenção e proteção da família e por conseguinte das adolescentes. Em todos os relatos, a fome, a miséria, a falta de empregabilidade e de moradia se fizeram presentes, em decorrência da omissão do Estado em não prover a inclusão dos sujeitos em programas e projetos sociais que lhes viessem fomentar o amparo e a autogestão.

Neste olhar, fica visível uma consecutiva transgressão das relações de proteção pela família, pelo Estado e pela sociedade, fragilizando ainda mais as adolescentes, uma vez que lhes foram negados os direitos básicos como alimentação, saúde, moradia, cuidado, proteção nos quais vão aos poucos, empurrando-as em direção a exploração sexual comercial.

A Exploração Sexual Comercial surge como alternativa, ou melhor, como estratégia para sua sobrevivência, tornando-as vítimas de seus próprios infortúnios, o que as levam a viver um “prazer imediato” por não terem condições materiais de sanar as suas “fomes”, sem perceberem a presença constante da violência em suas múltiplas faces. Ao se desvelar esta situação, torna-se evidente a relação de poder que recorta a sociedade e expõe os mecanismos estratégicos invisíveis que mantêm o sistema vivo para sua própria sobrevivência. É o poder real e simbólico existente entre o dominante e o dominado.

É por meio deste poder que se alimentam as relações, colocando-as em dormência ao internalizarem a violência como algo natural. Neste contexto, torna-se difícil perceber a exploração sexual comercial como uma violação de direitos. Uma vez que as adolescentes não têm esse entendimento da violência a que são submetidas, já que a veem e a compreendem como meio e fim para a sua sobrevivência e de suas famílias.

Assim, a compreensão distorcida da exploração sexual comercial, faz voltarem-se os olhares para a fragilidade existente em ações específicas direcionada para as adolescentes que se encontram na situação de exploração.

Pelos relatos das egressas, foi possível identificar que o processo de atendimento configura-se em duas vertentes, uma que as coloca em condição de vítimas, coitadinhas, como se não tivessem algum tipo de responsabilidade pela situação e, por um outro lado, uma posição de culpabilização das egressas pelo situação vivenciada, em um atendimento que reproduz o poder simbólico na relação de dominação patriarcal e submissão da figura da mulher. Não sendo cogitado um atendimento humanizado que as valorizasse e as respeitasse pelo que são ou pelo que poderão vir a ser, e não pelo que já foram.

Um atendimento que pudesse alimentá-las com saberes e conhecimentos que viessem lhes proporcionar o rompimento com as vendas da ignorância e não a cega-las e/ou, adormecê-las ainda mais; como afirma Fernandes (2011 p.57), “crianças e adolescentes sendo pessoas em desenvolvimento não têm possibilidade de discernir o que é certo” mas, se forem trabalhadas, pode ser desenvolvida nelas: a capacidade de refletir a partir de suas experiências, de fazer escolhas, de acreditar em suas capacidades e de sonhar com uma vida melhor. E, para além disso, se perceberem como pessoas humanas e seres de direito.

É nesta perspectiva que as adolescentes poderão perceber a exploração sexual, não como tábua de salvação e estratégia mais fácil e rápida para suprir as suas necessidades e de sua família, mas como uma violação de seus direitos.

Não quero colocar aqui a CMM como o modelo único e o certo que desenvolve estas ações, mas quero ressaltar a possibilidade de ser levada em conta, pelos gestores das políticas públicas de atendimento e proteção, a necessidade de pensar e repensar as estratégias de atendimento a crianças e a adolescentes em situação de exploração, ou melhor, em situação de vulnerabilidade. Objetivando não só tratar o problema em si, mas também planejar e implementar ações efetivas de prevenção junto às famílias, à comunidade e à sociedade.

Não com políticas de faz de conta, mas como políticas públicas que venham refletir as necessidades e os anseios dos sujeitos. Não sendo ingênua em não perceber que as políticas públicas se estabelecem, como salienta Fernandes (2011 p.87), “dentro de relações sociais no campo de poder, onde os atores estão envolvidos num jogo de poder, de falar, de definir prioridades do problema [...] onde os interesses dos gestores se sobrepõem à urgência” no trato e no atendimento às demandas apresentadas por esses sujeitos. De efetivar políticas públicas de fato, com ações concretas, não como foi identificada nos relatos das egressas quando “a central me pegava e me deixava em casa, uma hora depois eu fugia”.

Cabe-nos uma reflexão quanto ao trabalho com a criança, em especial, com as adolescentes em processo de exploração sexual comercial. Qual de fato é o sentido de proteção integral que a política de atendimento tem? Será que estamos apenas higienizando as ruas e vielas de nosso município, ao retiramos temporariamente as adolescentes destes espaços e reconduzirem-nas para suas casas? Qual é o trabalho que se faz concretamente com estas famílias?

É nesse sentido que enalteço o trabalho que a Instituição CMM e seus colaboradores desenvolvem, pois não basta somente ter uma filosofia, necessita-se de pessoas motivadas, ou melhor, sensibilizadas pela causa da criança e do adolescente, que lutem para efetivar os direitos deste sujeitos, não isoladamente, mas na compreensão de seu cotidiano.

Esta instituição busca desenvolver um trabalho pautado na perspectiva da pessoa humana, na situação da menina-mulher; não em um olhar da situação em si como fato desagregado, mas dentro de uma totalidade, buscando perceber os fatores que influenciam as adolescente a chegarem onde chegaram, já que não foram conduzidas sozinhas, apesar de a sociedade afirmar que foram elas que procuraram.

É um trabalho que sensibiliza a busca de possibilitar o despertar da consciência destas para sua condição de menina-mulher, fazendo com que o seu cotidiano seja um manancial de aprendizagem e de ressignificação de valores, atitudes, comportamentos não impostos, mas construídos a partir de suas experiências, pois o que possibilita transformar as pessoas é viabilizar um aprendizado por meio de seu mundo vivido. Sendo portanto a experiência que leva à reflexão, à emoção e/ou à ação resultando, assim, um sujeito mais experiente, seguro e confiante para fazer suas escolhas.

Os relatos das egressas mostram que, mesmo diante da dificuldade inicial de não desejarem ficar na instituição, por se sentirem tolhidas de sua liberdade, por terem que seguir regras, normas e limites, por terem de respeitar os direitos dos outros e deveres seus, estes foram elementos fundamentais para o seu aprendizado, como também para se sentirem parte integrante da Instituição enquanto referência para sua formação, pois, em suas relações sociais, estes elementos eram ausentes, eram apenas cobrados, mas não repassados, eram apenas impostos e não vivenciados.

Infere-se, a partir dos relatos das egressas, que, apesar de terem vivido a negação de seus direitos, de terem sua infância roubada e sua adolescência negada, essas meninas-mulheres apreenderam, e, acima de tudo, não se anularam como pessoas humanas, mulheres, e, sim, se permitiram o despertar da consciência, a desejar, a sorrir, a falar, a se expressar, em acreditar que é possível sonhar com uma vida diferente e melhor, que nada vem fácil, que é

necessário lutar por seus sonhos, que o crescer dói e traz responsabilidades. Isso é ser protagonista.

Estas egressas não sonham com luxo, com carro do ano ou com muito dinheiro. Elas sonham em poder estudar, trabalhar, cuidar da família e daqueles que um dia deveriam ter lhes dispensado cuidados e, também, daqueles que continuam necessitando de cuidados; querem caminhar de forma digna, valorizar e serem valorizadas, de respeitar e serem respeitadas; de simplesmente caminhar de cabeça erguida sendo menina, sendo mulher, sendo pessoa humana que ri, que chora, que grita, que erra, mas têm o direito de buscar seus caminhos.

E, na busca destes caminhos, as vejo com famílias constituídas, ainda solteiras, mas não em busca do príncipe encantado, fazendo faculdade, ou sonhando com ela, terminando curso técnico; vivendo na simplicidade, mas podendo suprir as suas necessidades sem ter que usar o corpo como moeda, vejo-as, também, como mulheres fortes e ao mesmo tempo frágeis, com uma ânsia de querer viver, mas as marcas de suas experiências, ainda, as inibem de se lançar. Vejo-as em uma luta diária pela sobrevivência em uma sociedade que a muitos exclui e a poucos acolhe

No fim deste trabalho que acredito ser o início de uma outra caminhada, percebo o quanto é complexa a exploração sexual comercial, o quanto de esforço ainda temos que fazer para extirpar, definitivamente, este câncer voraz que atinge as sociedades através dos tempos e ganha uma abissal proporção e uma complexidade ainda maior na contemporaneidade, pois vê, nos vulneráveis, a possibilidade de se perpetuar.

Portanto, não podemos deixar de sonhar, pois as histórias da MR, MA e ML me fizeram acreditar e a curar minhas feridas, as cicatrizes ficam, mas me fortalecem; fizeram-me crer que é possível, pode até ser uma utopia, mas devemos sonhar com uma sociedade mais justa, mais igualitária e mais humana, ou melhor, que nossas crianças e adolescentes não tenham que construir suas estradas de vida derrubando, com seus próprios corpos, grandes árvores, mas que possam construí-las com dignidade, com respeito, com valorização e com seus direitos respeitados.

REFERÊNCIAS

Adolescentes para fins de Exploração Sexual e Comercial no Brasil: Realidade e Desafios. Disponível em:

<http://www.violacao.org/_upimgs/arquivos/arq4d0bb6fd11cb5.pdf>. Acesso em: 11 de junho de 2014.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA (2003). **O grito dos inocentes: os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes.** São Paulo: Cortez. Disponível em: <<http://www.sbponline.org.br/revista2/vol16n1/v16n1a06t.htm>>. Acesso em: 11 de junho de 2014

ALBERTI, V. **historia oral. A experiência do CPDOC.** Rio de Janeiro Fundação Getúlio Vargas 1990.

ALVIN, R.; VALLADARES, L. P. **Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura.** In: *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)*, Rio de Janeiro, n. 26, 1988.

AKERMAN, M.; BOUSQUAT, A. **Mapa de risco de violência.** São Paulo em Perspectiva, v. 13, n. 4, 2000,

ARAÚJO, M. F. **Violência e abuso sexual na família.** In: *Psicol. estud.*, jul./dez. vol.7, no.2, 2002, p.3-11.

ARIES, P. **História Social da Criança e da Família.** Trad. Dora Flaksman, 2º Edição. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981,

AZEVEDO, M. A. **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder.** Iglu Editora, 1989.

_____, V. **Vitimação e vitimização: questões conceituais.** In: AZEVEDO, M. A.;

GUERRA, V. (orgs). **Crianças vitimizadas: A síndrome do pequeno poder,** São Paulo: Iglu, 1989.

_____. **Violência de Pais contra filhos: a tragédia revisada** 4º Ed. Revista ampliada – São Paulo Cortez, 20012

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal nº 8.069/90. Brasília, 1990.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: 2000b. Disponível em www.mec.gov.br. Acesso em 18 julho 2008.

BRASIL, **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Criança e do adolescente à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília, 2006.

BRASIL. **Ministério do desenvolvimento Social e Combate a Fome**. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Tipificação Nacional de Serviços sócio assistenciais - <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/protecao-e-atendimento-integral-a-familia-paif/arquivos/tipificacao-nacional.pdf/download> acessado em 09 de janeiro de 2015.

CAVALCANTI, R.C. Adolescência. In: VITIELLO, N. et al. *Adolescência hoje*. São Paulo: Roca; 1988 p. 5-27.

CECRIA. **Políticas públicas e estratégias contra a exploração sexual comercial e o abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes**. Ministério da Justiça - Departamento Nacional da Criança e do Adolescente – CECRIA, Brasília – Distrito Federal, 1997.

COUTO, I. A. P. de; MELO, V. G. de. Reconstruindo a história do atendimento à infância no Brasil. In: BAZÍLIO, L. C.; NORONHA, P. A.; SÁ EARP, M. de L.(Org.). **Infância tutelada e educação: História, política e legislação**. Rio de Janeiro: Ravel, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1995

DIOGENES, Glória (org.). **Os sete sentimentos capitais**. São Paulo: Annablume, 2008.

FERREIRA, Marieta Moraes. História do Tempo Presente: desafios. *Cultura Vozes* v. 94, n. 3. Petrópolis: Vozes, 2000

FALEIROS, V. P. (2004). **O fetiche da mercadoria na exploração sexual**. Em R. M. C.

FERNANDEZ. Cristiane Bonfim **Infância Violada – Políticas Públicas de Enfrentamento da Violência Sexual infanto-juvenil no Amazonas**. Manaus; Edua 2014.

FRANÇOIS Etienne. **A Fecundidade da historia oral** Em Ferreira & Amado (org.) **Uso & abuso da história oral**, 8ª Ed. Ed. Fundação Getúlio Vargas 2006 Rio de Janeiro

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

_____. Conscientização. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. Pedagogia da Autonomia. 28 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. Pedagogia da Autonomia - Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GUARÁ, I.M.F.R. (Coord.). **Trabalhando Abrigos**. In: Série Programas e Serviços de Assistência Social, MPAS. 2. ed. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (IEE-PUC/SP), 1998.

GUARÁ, I.M.F.R. **Abrigo – comunidade de acolhida e socioeducação** In: Abrigo : comunidade de acolhida e socioeducação. Coord. Myrian Veras Baptista.-- São Paulo : Instituto Camargo Corrêa, 2006. -- (Coletânea abrigar; 1)

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (orgs.). Autonomia da escola: princípios e propostas. 6 ed. São Paulo: Cortez – Instituto Paulo Freire, 2004.

GONZÁLEZ REY . Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico cultural. São Paulo: Thomsom Learning, 2003.

HAAL, Stuart. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. SILVA, Tomaz T. (org.), HALL, Stuart, WOODWARD, Kathryn. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

HAAL, Stuart. **Identidade cultural na pós modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu Silva: DP&A Editora. 7ª edição – São Paulo. 2005.

HAESBAERT, Rogério; ARAUJO, F. G. B. (Orgs.). **Identidades e Territórios: Questões e Olhares Contemporâneos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Access, 2007. v. 1.

HOFFMANN, Rodolfo. (1998), **Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza**. São Paulo, Ed. da USP.

LIBÓRIO & S. M. G. Souza (Orgs.), **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: Reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais** (Goiânia: Casa do Psicólogo/Editora da UCG.

_____. & Martinez, S.D.T. (2002). **A construção de novos parâmetros conceituais sobre crianças e adolescentes em situação de exploração sexual**. *Intertemas*,

M. G. Souza (Orgs.), **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: Reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais**. Goiânia: Casa do Psicólogo/Editora da UCG. Ward, T. & Keenan.

LIBANEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MARCÍLIO, M.L. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil**. 1726-1950. In: FREITAS, M.C. **História social da infância no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARICONDI, M.A. (Coord.). **Falando de abrigo: cinco anos de experiência do projeto Casas de Convivência**. São Paulo: Febem, 1997.

MEDEIROS, M. e OSÓRIO, R. **Arranjos domiciliares e arranjos nucleares no Brasil: classificação e evolução de 1977 a 1998**. Texto para discussão no 788. Brasília: IPEA, abril de 2001

MEIHY, José C. Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 2005

MENDEZ, E.G. Legislação de “menores” na América Latina: uma doutrina de situação irregular. *Revista Fórum DCA*, n. 1, Brasília: Fórum DCA/Forja, 1993.

MERLEAU-PONTY, M. (1994). Fenomenologia da percepção. (C. Moura, Trad.) São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em francês, 1945).

MINAYO. M.C.S, Souza ER. **É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública.** Saúde Coletiva 1999; Deslandes SF, Cruz Neto O, Gomes R, Minayo MCS. Organizadores. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 7ªed. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes; 1994.

MORAES, A. C. Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no longo século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000

NOGUEIRA Ana Cláudia Fernandes; SANSON Fábio; PESSOA Karen. A expansão urbana e demográfica da cidade de Manaus e seus impactos ambientais In Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. Florianópolis. Brasil 21 – 26 abril 2007

NEDER, Gizlene. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. IN KALOUSTIAN, S. M. (org.) Família Brasileira, a base de tudo. 6 ed. São Paulo: Cortês; Brasília: UNICEF, 2004

PESQUISA NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO: 2000/IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 431 p.

PEREZ. José R. R. PASSONE. ERIC F. **POLÍTICAS SOCIAIS DE ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES NO BRASIL**, Cadernos de Pesquisa, v.40, n.140, p. 649-673, maio/ago. 2010 -<http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n140/a1740140.pdf> acessado de 10.04.2015

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chianna (Toscana: 29 de junho de 1944) mito, política e senso comum. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SAFFIOTI, H. (1989). **Exploração sexual de crianças.** Em M. A. Azevedo & V. N. de A. Guerra (Orgs.), **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder.** São Paulo: Iglu.

SANTOS, B. R. (2004). **Contribuições para um balanço das campanhas de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.** Em R. M. C. Libório & S.

RIZZINI, Irene (coord.); BAPTISTA, Rachel; NAIFF, Luciene; RIZZINI, Irma. Acolhendo crianças e adolescentes: experiência de promoção de direito à convivência familiar e

comunitária no Brasil. São Paulo, Ed. Cortez; Brasília, DF; UNICEF; CIESP; Rio de Janeiro, RJ: PUC-RIO, 2007.

_____. PILOTTI, Francisco (orgs). A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3ª Ed. São Paulo, Ed. Cortez; Brasília, DF; CIESP; Rio de Janeiro, RJ: PUC-RIO, 2011.

ROSENDAHL, Z.; CORREA, R. L.. Religião, identidade e território. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

SANTOS, M. et al. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Org.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994.

_____. O papel ativo da geografia: um manifesto. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 12., 2000. Florianópolis. Anais... Florianópolis: 2000.

_____. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In:

SILVA, Enid Rocha Andrade (Coord.). O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília, IPEA / CONANDA, 2004.

SILVA. Saulo Vieira Cavalcante da. **Identidades Socioculturais e Processos de Aprendizagem de Meninas em Situação de Vulnerabilidade Social**. 2013. 196p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas, 2013.

SIMÕES, Carlos. Curso de Direito do Serviço Social. 3ª. Ed. São Paulo, Cortez 2009.

THOMPSON, E. P. A miséria da teoria, ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, Edward. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

THOMPSON, E. P. Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

PESQUISA NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO: 2000/IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 431 p.

VIEGAS, Simone Soares. A Política de Atendimento a Crianças e Adolescentes em Abrigos de Belo Horizonte: história, organização e atores envolvidos. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2007.

APÊNDICE A



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA - PPGSS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da pesquisa intitulada “DE VITÍMAS A PROTAGONISTAS: a experiência de exploração sexual comercial vivenciadas pelas egressas da instituição Casa Mamãe Margarida”, desenvolvida pela pesquisadora, **Ana Paula Andrade Angiole**, mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Rua: General Rodrigo Otávio - nº. 3000 - Japiim I, Manaus/AM, telefone (92) 3305 – 4579 – E-mail: solpauca@yahoo.com.br, sob orientação da Profa. Dra. Heloisa Helena Correa da Silva, Rua: General Rodrigo Otávio - nº. 3000 - Japiim I, Manaus/AM, telefone (92) 3305 – 4579 – E-mail: heloisacorrea85@hotmail.com. O objetivo geral do estudo consiste em compreender a experiência de exploração sexual comercial e o processo de fortalecimento para o rompimento da situação abusiva das egressas da Casa Mamãe Margarida.

Sua participação é voluntária e você terá plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento no decorrer na pesquisa. Será garantida a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa, assim como, não receberá nenhuma remuneração. O local, horário a e data da pesquisa serão acordados com antecedência entre pesquisador e entrevistado afim de não causar nenhum contratempo ao entrevistado.

No mais, informamos que toda pesquisa com seres humanos, pode envolver riscos embora mínimos, no caso específico deste estudo, se ocorrer riscos de ordem emocional ou psicológica, serão sanados através de atendimento psicológico, providenciado pelo próprio

pesquisador sem qualquer ônus ao (a) Sr (a), de forma, que não lhe ocasione qualquer dano ou constrangimento. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardados em sigilo.

Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora, **Ana Paula A. Angiole, (92 9162 4232)** bem como sua orientadora, a Profa. Dra. Heloisa Helena Correa da Silva nos endereços acima mencionados, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-5130.

Consentimento Pós-Infomação

Eu, _____, após a leitura e/ou o deste documento, estou ciente dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto, apresento minha concordância de livre e espontânea vontade em participar desta pesquisa como informante.

Data: ___/___/_____

Assinatura do participante



Coleta de digital

Data: ___/___/_____

Assinatura de uma testemunha



Coleta de digital

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste voluntário (ou de seu representante legal) para a participação neste estudo.

Data: ___/___/____.

Ana Paula Andrade Angiole
RG: 11254840
CPF: 564.205.952-15

APÊNDICE B



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA - PPGSS

TERMO DE ANUÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Solicitamos autorização institucional para realização da pesquisa intitulada “DE VITIMAS A PROTAGONISTA: a experiência de Exploração Sexual Comercial das egressas da Casa Mamãe Margarida a ser realizada na Instituição Casa Mamãe Margarida, por **Ana Paula Andrade Angiole**, mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Rua: General Rodrigo Otávio - nº. 3000 - Japiim I, Manaus/AM, telefone (92) 3305 – 4579 – E-mail: solpauca@yahoo.com.br, sob orientação do Dra. Heloisa Helena Correa da Silva, Rua: General Rodrigo Otávio - nº. 3000 - Japiim I, Manaus/AM, telefone (92) 3305 – 4579, tem como o objetivo geral do estudo: Compreender a experiência de exploração sexual comercial e o processo de fortalecimento para o rompimento da situação abusiva das egressas da Casa Mamãe Margarida e, como objetivos específicos, Identificar a situação de exploração sexual comercial vivenciadas pelas egressas; Conhecer os processos socioeducativos da Casa Mamãe Margarida visando o rompimento da situação abusiva; Evidenciar como as egressas da Casa Mamãe Margarida exploradas sexualmente (re)escreveram suas vidas

Para tanto, faz-se necessário ter acesso aos dados, no setor de Serviço Social sendo estes: a) cadastros sociais dos anos de 2006 e 2007 das crianças e adolescentes que estavam em regime de acolhimento; b) arquivos estatísticos dos anos de 2006 e 2007; c) projeto político pedagógico, teses, dissertações e livros do trabalho desenvolvido no arquivo da

instituição. Na oportunidade, solicitamos autorização para que o nome desta instituição possa constar no relatório final, bem como em futuras publicações na forma de artigo científico.

Ressaltamos, por sua vez, que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução nº 196/96, que trata de pesquisas envolvendo seres humanos. Salientamos ainda que, tais dados sejam utilizados tão somente para realização deste estudo.

Na certeza de contarmos com a colaboração e empenho desta Diretoria, agradecemos antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Manaus, _____ de _____ de _____.

Pesquisador Responsável
Ana Paula Andrade Angiole
CPF: 564.205.952-15

Manaus, _____ de _____ de _____.

Concordamos com a solicitação

Não concordamos com a solicitação

Ir. *Liliana Maria* Daou Lindoso

Diretora

(Carimbo da Instituição)

APÊNDICE C**CARTA DE ACESSÃO**

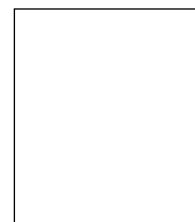
_____ de _____ de _____.

Ao

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE
NA AMAZÔNIA - PPGSS**

Eu _____, _____,
portador da Carteira de Identidade nº _____ e Cadastro de Pessoa
Física (CPF) nº _____ declaro aos devidos fins que cedo os
direitos autorais de minha entrevista gravada em _____ para a Sr^a Ana
Paula Andrade Angiole, portadora da Carteira de Identidade nº 11254840 e Cadastro de
Pessoa Física nº 564.205.952-15, usa-la integralmente ou em partes sem restrições de prazo
ou citações, desde a presente data. Abdicando de direitos meus e de meus descendentes
quanto ao objeto dessa carta de acessão, subscrevo o presente.

Assinatura do Entrevistado



Digital